



Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**UM ESTREITO GLOBALIZADO:**  
**A LUTA POR ORMUZ (1622) E A GLOBALIZAÇÃO DAS**  
**RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PERÍODO MODERNO**

MARIA DA GRAÇA BURNAY PEREIRA DE ALMEIDA BORGES

TESE SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM:  
**HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA**  
**ESPECIALIDADE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ORIENTADOR:**  
**PROFESSOR DOUTOR JOSÉ VICENTE SERRÃO**  
**PROFESSOR ASSOCIADO, ISCTE**

SETEMBRO DE 2008

RESUMO

Esta dissertação escolheu como objecto de estudo a luta pelo controlo do Estreito de Ormuz, que agitou as águas do Golfo Pérsico em 1622, e que seria perdido pelos portugueses para uma aliança anglo-persa. Este conflito permite a ponderação de três problemas, cuja articulação é o tema central deste trabalho. Antes de mais, nele convergiam interesses económicos e políticos. Em segundo lugar, Ormuz projectava os conflitos entre potências europeias como Portugal, Espanha, Inglaterra e Províncias Unidas, rivalidades que ultrapassavam a geografia europeia e adquiriam uma dimensão ultramarina. Por último, Ormuz representava a intersecção de conflitos inter-europeus e as demais tensões regionais que envolviam persas, otomanos, uzbeques, mogóis e árabes.

Dadas estas circunstâncias, este trabalho pretende contribuir para a História das Relações Internacionais, inserindo-se dentro de um tema tão actual quanto pertinente: o debate sobre a Globalização e o seu lugar nesta área disciplinar. Para tal, procurou estudar-se a interdependência inter-regional de rivalidades e alianças entre os actores políticos do Médio Oriente e os da Europa que se desenvolveu a partir da luta por Ormuz. Depois de uma análise rigorosa dos acontecimentos que constituíram o conflito propriamente dito, bem como de outros factos com ele relacionados, o *case-study* de Ormuz foi utilizado para esboçar uma definição sólida e consistente e um conjunto de critérios para um conceito tão complexo quanto flexível como o é o da Globalização, aplicado, por sua vez, às Relações Internacionais no Período Moderno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização; Relações Internacionais; Expansão europeia; Ormuz, o Golfo Pérsico e o Médio Oriente; Relações, conflitos e alianças Euro-asiáticos.

ABSTRACT

This study focuses its attention on the struggle for the control of the Strait of Hormuz, which shook the Persian Gulf waters in 1622, being lost by the Portuguese to the English-supported Persians. Such struggle allow us to ponder three problems together, whose articulation is the main subject of this work. First of all, in such conflict converged economical and political interests. Secondly, Hormuz was a stage which projected the conflicts and rivalries between European powers such as Portugal, Spain, England and United Provinces, quarrels which would fly out of Europe's geography and acquire an overseas dimension. Finally, Hormuz represented the intersection between inter-European conflicts and other regional tensions involving the Persians, Turks, Uzbeks, Mughals and Arabs.

Given these circumstances, this work intends to contribute to the History of International Relations by framing itself in a topic which is both as current as it is pertinent: the controversial debate on Globalization and its place on this disciplinary area. In order to do so, it has chosen the conflict of Hormuz and the inter-regional interdependence of rivalries and alliances which has evolved around it between the political Middle-Eastern actors and those coming from as far as Europe. After a through analysis of the facts which led to and made the conflict itself and those somehow related to it, the case-study of Hormuz was then used to provide a consistent and solid definition and criteria to such a complex and flexible concept as Globalization, applied to the International Relations in the Early Modern Period.

KEYWORDS: Globalization; International Relations; European expansion; Hormuz, the Persian Gulf and Middle East; Eurasian relations, conflicts and alliances.

## AGRADECIMENTOS

Dedicar algumas linhas aos “agradecimentos” é um exercício quase tão rigoroso como qualquer outro empreendido ao longo de todo este trabalho. O receio de deixar alguma das pessoas que estiveram por perto durante todo o percurso que culminou com o último ponto final da “conclusão” é tão grande como o receio de descurar alguma referência ou fonte de vital importância, de interpretar erroneamente alguns dos factos ou documentos analisados, ou não proporcionar argumentos suficientemente sólidos para as conclusões a que esta dissertação chegou.

As primeiras palavras vão para os meus Pais. O seu apoio incondicional permitiu-me sempre investir naquilo a que aspiro e em que acredito. É um privilégio ser sua Filha. Agradeço aos meus Irmãos – Filipe, Frederico, Teresa e Madalena – porque sou e serei sempre um bocadinho de cada um deles e com eles e a sua, a nossa, cumplicidade, aprendi tudo sobre o conceito de Amizade.

Agradeço também ao Tio Luís e à Tia Maria Fernanda. As razões são tantas e eu acredito que eles sabem quais são. Acima de tudo, a presença constante na minha vida, em cada uma das suas fases, e muito especialmente, nesta última, marcada pela entrega à minha tese de mestrado, com tudo o que ela implica – entusiasmos, alegrias, inseguranças e receios.

À minha Família, pelo ambiente de alegria a que me habituei desde sempre. Ao Tio Zé e à Tia Paula, à Tia Mimi e ao Tio Pedro. À Tia Isabel, pelas intermináveis conversas sobre o Tempo e a falta dele, e ao Tio Luís, pelo sentido de humor constante – indispensável quando as inquietações começam a surgir. Um obrigado muito especial também para o Tio António. E, claro, para a Rosita, pela força e boa-disposição em cada momento.

Aos Amigos, com A maiúsculo, que me acompanharam sempre – a Constança, a Joana, o Bruno, a Maria e a Liliana. Porque me ajudaram a resolver as minhas interrogações mesmo quando as deles eram maiores do que as minhas. Ao Luís e à Sónia. Aos colegas e amigos que se mantiveram sempre presentes nesta última fase, sempre disponíveis para ajudar a desfazer qualquer nó mais emaranhado: o Luís Miguel e o Thiago.

Não posso deixar de agradecer ao Professor Doutor Rui Manuel Loureiro pela disponibilidade e apoio que sempre demonstrou, pelo auxílio na bibliografia mais difícil de alcançar para uma “jovem investigadora” como eu, pela ajuda nas fontes e por todas as sugestões.

À Professora Doutora Nilza Mouzinho de Sena, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, quero também deixar os meus agradecimentos, porque, mesmo à distância,

muito contribuiu para o meu desempenho ao longo de todo o mestrado, sem sequer imaginá-lo. Foi, e será sempre importante ter podido contar com os seus conselhos e orientações, noutra Faculdade e noutra altura da minha vida.

Não posso deixar de agradecer também à Lara Carregã, do Departamento de História do ISCTE, pela disponibilidade constante, por telefone ou correio electrónico, na resolução de quaisquer dúvidas, das mais simples às mais burocráticas.

Por fim, guardo as últimas palavras para um agradecimento muito especial ao Professor Doutor José Vicente Serrão, pelo acompanhamento permanente e pela confiança demonstrada ao longo deste caminho. Um Professor e um Orientador que faz a diferença.

*Graça Almeida Borges*

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
ÍNDICE	5
ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	7
PARTE I: ORMUZ E O GOLFO PÉRSICO NUM CONTEXTO EURO-ASIÁTICO	23
1.1. A importância estratégica de Ormuz	23
1.2. <i>Nossa Senhora da Conceição</i> : uma fortaleza em alerta permanente	28
1.3. Alianças e rivalidades em dois planos regionais: A Europa e o Médio Oriente em finais do século XVI	35
PARTE II: ORMUZ, 1622: UM ESTREITO GLOBALIZADO	42
2.1. A política de Abbas, o <i>Grande</i> , no Golfo Pérsico	42
2.2. Rivais europeus no Golfo Pérsico: Ambiguidades de uma diplomacia inter-regional	54
2.3. A luta por Ormuz e o cruzamento de conflitos europeus e regionais	66
CONCLUSÃO: GLOBALIZAÇÃO NA IDADE MODERNA?	81
FONTES E BIBLIOGRAFIA	95
APÊNDICES: MAPAS	111
CURRICULUM VITAE	123

ABREVIATURAS

BA: Biblioteca da Ajuda

BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa

Cód.: Códice

Cx.: Caixa

Doc.: Documento

DRI: Documentos Remetidos da Índia

Fol.: Fólio

Graça: Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça

Lv.: Livro

ML: Manuscritos da Livraria

SV: Coleção de São Vicente

TT: Torre do Tombo

## INTRODUÇÃO

Foi no alvorear do século XVI que os portugueses, pioneiros da expansão europeia, entraram com os seus navios pelas águas deste enorme mar entre a Pérsia e a Arábia com a determinação de se apoderarem da riqueza comercial que afamava a região. O local escolhido foi a pequena ilha de Ormuz, cujo porto, à entrada do Golfo, recebia os navios mercantes de toda a Ásia carregados com todo o tipo de mercadorias orientais, e cuja actividade comercial fazia da sua alfândega uma das mais abastadas de todo o Oceano Índico. A riqueza de Ormuz, por si só, alimentava toda a reputação da região, dando azo a ambiciosas pretensões em relação ao seu controlo e, conseqüentemente, a acerbados conflitos entre as potências interessadas e a uma gestão cuidadosa das suas alianças.

Este trabalho procurará focar-se na luta pela possessão de Ormuz no primeiro quartel do século XVII. Em 1622, numa altura em que já assistiam ao declínio do seu Império Asiático, os portugueses perderiam esta importante fortaleza para uma aliança que juntava num mesmo eixo ingleses e persas. Mas, e não obstante o domínio centenário de Portugal sobre o estreito ormuzino, este tema não diz respeito apenas à sua história. Ormuz permite a ponderação de três problemas em conjunto, cuja articulação, aplicada à globalização das relações internacionais no Período Moderno, é o foco central deste trabalho.

Por um lado, na disputa que se desenrolou em torno de Ormuz convergiam interesses económicos e políticos. Por outro, Ormuz projectava em si os conflitos e rivalidades entre as potências europeias como Portugal, Espanha, Inglaterra e Províncias Unidas. Quezílias que transpunham a geografia europeia e adquiriam uma dimensão ultramarina. E, por fim, Ormuz representava a intersecção entre os conflitos europeus e as tensões regionais que envolviam as forças do Médio Oriente e Ásia Central, ou seja, persas, otomanos, mogóis, uzbeques e árabes. Ao juntar numa mesma travessa este vasto leque de potências, oriundas de geografias tão dispersas no mapa mundial, o conflito que envolveu Ormuz no primeiro quartel de Seiscentos pode, eventualmente, ser considerado um exemplo sintomático do início da globalização das relações internacionais no Período Moderno e inserir-se no debate sobre um tópico em evidente emergência na historiografia.

Quando os portugueses se acercaram do Estreito de Ormuz em 1507, resolutos em conquistá-lo, estavam perfeitamente cientes das suas potencialidades estratégicas e económicas, e do quanto o seu império ultramarino e a sua situação financeira poderiam beneficiar com o seu domínio. Por esta altura, já circulavam pela Europa várias narrativas de viajantes e mercadores que glorificavam todas as riquezas do Oriente, e revelavam um

especial fascínio pela pequena ilha ormuzina. Sem dúvida, geograficamente localizada à entrada do Golfo Pérsico, o controlo de Ormuz permitia o controlo de algumas das rotas comerciais mais importantes do comércio asiático, que vinham desde o Oceano Índico, atravessavam o Golfo, e alcançavam a Europa através do Mediterrâneo, impondo-se, ao mesmo tempo, como um entreposto incontornável no cruzamento de algumas das rotas terrestres que ligavam a Europa, o Médio Oriente e a Ásia Central. A fama das riquezas da Pérsia corria mundo, e Ormuz surgia nas palavras destes autores como a melhor maneira de alcançar tais preciosidades.

Aqui, os portugueses viam um mundo de oportunidades e, essencialmente, um porto vital desde onde assegurar a manutenção do seu Império Asiático e, logo, a posição hegemónica que ocupavam naqueles mares. Além de lhes permitir a intervenção no comércio intra-asiático, a presença portuguesa em Ormuz permitia-lhes também interferir no animado fluxo destas rotas, uma vez que, consolidada a Rota do Cabo, uma boa parte da valiosa mercadoria oriental passaria a chegar à Europa através de Lisboa.

Tinham, de facto, bem presente o significado do seu domínio sobre a fortaleza, mas tinham também consciência do quanto a sua perda afectaria a sua economia e o império que, um século depois da conquista definitiva do estreito, procuravam a custo sustentar. Até porque, o controlo sobre Ormuz implicava um estado de alerta e defesa permanente. De um lado, os persas sempre de olho na recuperação da alfândega ormuzina, de outro, os otomanos a lutar pela supremacia e controlo do comércio asiático que cruzava o Golfo, e de outro ainda, as potências europeias que procuravam expandir os seus impérios ultramarinos e tirar proveito do comércio asiático em todos os palcos geográficos possíveis. As ambiciosas pretensões dirigidas a Ormuz tornavam as águas do Golfo Pérsico extremamente turbulentas.

Entre dois grandes impérios, o Otomano e o Mogol, e abrangendo um vasto território delimitado pelo Azerbaijão e pelo Oceano Índico, por um lado, e pelo Coração e o Golfo Pérsico, por outro, a Pérsia governada desde 1501 pela dinastia sefévida encontrava-se rodeada por conflitos iminentes. Os otomanos representaram sempre a maior ameaça, procurando continuamente expandir o seu território através da fronteira ocidental da planície iraniana, o Azerbaijão, o Curdistão e o Iraque, ao mesmo tempo que procuravam estender o seu domínio ao Golfo Pérsico através da cidade de Baçorá e a alguns portos na costa arábica do Golfo. Os uzbeques, em seu turno, ameaçavam constantemente o território oriental do Coração. As pretensões persas em relação à cidade afegã de Qandahar espoletavam querelas com o império Mogol. E no Golfo Pérsico lidava ainda com a pressão dos árabes que se dividiam entre reconhecer a soberania persa ou a otomana. Tudo isto aliado a uma

instabilidade interna, própria de tão vasto território e que não deixava de se repercutir nos conflitos externos e fronteiriços.

No virar do século XVI, à medida que outras potências europeias além dos portugueses foram chegando aos mares da Ásia e ao Golfo Pérsico em particular, e laços diplomáticos e comerciais foram estabelecidos pelos persas com ingleses e holandeses, Ormuz tornou-se gradualmente um “estreito globalizado”. Rivalidades com origem na distante Europa encontravam expressão naquela pequena ilha. Os europeus reacendiam os conflitos que animavam as relações entre os seus estados no Golfo Pérsico, que já tinha, por sua vez, a sua boa parte de distúrbios locais, uma vez que o Médio Oriente era nesta altura tão instável como a sua Europa contemporânea. Depois da ocupação do porto, os portugueses conseguiram estabelecer relações cordiais esporádicas com os persas, “amizade” esta facilitada pela animosidade que ambos cultivavam contra os otomanos. Contavam ainda, por vezes, com o apoio dos árabes, pois sendo os otomanos a maior força da região, era naturalmente o inimigo comum. Pelo menos enquanto os portugueses conseguiram manobrar a boa vontade dos governantes e mercadores locais, boa vontade esta que acabaram, eventualmente, por esgotar.

Com a chegada dos ingleses, que pouco tardariam a prestar o seu apoio à Pérsia na recuperação de Ormuz em troca dos convidativos lucros do comércio da seda, as relações entre portugueses e persas acabariam em ruptura. Mesmo sendo Inglaterra a aliada tradicional de Portugal em solo europeu, os ingleses não se fizeram rogados em desiludir os portugueses, em larga medida porque, como resultado da crise dinástica de 1580, a coroa portuguesa encontrava-se unida à espanhola sob o reinado de Filipe II de Espanha (I de Portugal). Como o episódio da Armada Invencível demonstraria em 1588, espanhóis e ingleses não estavam propriamente nos melhores termos, procurando cada um dos seus soberanos impor a uma hegemonia na Europa. Esta rivalidade declarada era ainda agravada pela oposição entre o catolicismo ibérico e o protestantismo britânico.

Por outro lado, para levar a cabo as intenções inglesas no Golfo Pérsico até mesmo a ajuda dos holandeses, também protestantes, era bem-vinda, mesmo que ambos não deixassem de ser rivais na Europa e no além-mar. As Províncias Unidas, com uma força naval cada vez mais nítida, já preparando a posição de supremacia que dentro de pouco tempo ocupariam nos mares da Ásia, e apesar da Trégua dos Doze Anos que precedeu o conflito em torno de Ormuz, continuavam a lutar persistentemente pela independência face ao domínio dos habsburgos espanhóis, tendo por isso Espanha como principal inimiga, o que arrastava,

consequentemente, Portugal, que ficava agora fragilmente mais exposto às ameaças do Norte da Europa.

A partir do momento em que deixavam de contar com a boa-vontade do Xá Abbas I, o *Grande*, que, consolidadas as suas fronteiras terrestres, focava agora Ormuz na sua mira, e estando cada vez mais sufocados pelos “inimigos da Europa”<sup>1</sup>, os portugueses acabariam por encontrar objectivos em comum com os otomanos, ávidos inimigos da Pérsia, nomeadamente em torno da cidade de Baçorá. A tudo se permitiam para segurar tão valiosa alfândega, mesmo o alinhamento junto do eterno inimigo da Cristandade, cuja derrota e supressão, convém não esquecer, fora outrora o argumento a alentar a iniciativa da Expansão.

Cada um dos rivais regionais dentro do Golfo Pérsico encontraria muito provavelmente um aliado numa ou outra potência europeia. Estas alianças equilibrariam o poder na região, mas criariam também novas inimizades e acerbariam as já existentes. Os confrontos entre todos estes elementos teriam as suas repercussões não só na região, mas também na Europa e no Mundo. Se observados desde cima, os conflitos que tinham lugar neste Período Moderno estavam todos ligados de uma maneira ou de outra, cada um dos seus peões actuando num tabuleiro global.

Em particular, neste primeiro quartel do século XVII, o papel que Ormuz desempenhou na história das relações internacionais é muito mais relevante do que poderá parecer a um primeiro vislumbre. Ormuz era mais um sinal de que o mundo se globalizava.

A partir do Estreito de Ormuz este trabalho concentrou a sua atenção num palco geográfico riquíssimo em termos de interacção de conflitos e interesses inter e extra-regionais: o Golfo Pérsico, o Médio Oriente e a Ásia Central – uma região com grande projecção na actualidade internacional e tão “quente” hoje como no período em estudo<sup>2</sup>. A presença permanente dos assuntos que lhe dizem respeito na agenda internacional tem vindo a influenciar um crescente interesse no seu estudo por parte de especialistas de diversas áreas disciplinares, nomeadamente a da História e a das Relações Internacionais, que cumpre agora passar rapidamente em revista.

Apesar de não se pretender com este trabalho providenciar mais um estudo sobre a expansão portuguesa, mas sim enquadrá-la no âmbito da expansão europeia, não se pode

---

<sup>1</sup> A expressão “inimigos da Europa” é repetidamente utilizada na documentação do século XVII, quer em cartas ou comentários, entre outros exemplos, para se referir aos rivais europeus que foram desafiar a supremacia portuguesa nos mares do Índico.

<sup>2</sup> Cumpre aqui apontar a necessidade de um maior desenvolvimento ao longo de todo o trabalho da participação de forças regionais como os Árabes e os Afegãos. Ainda que “actores secundários” no conflito por Ormuz e em todo o jogo geo-estratégico que o envolveu, não se pode deixar de ter em conta a sua interferência, algo que se pretende no desenvolvimento futuro deste tema de investigação.

deixar de começar por mencionar algumas obras de abrangência mais geral, como a dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Europeia* (1998) que, distribuída por cinco volumes, faz uma cobertura total da experiência colonial portuguesa desde o início do século XV até finais do século XX, e cujos dois primeiros volumes, nomeadamente *A Formação do Império (1415-1570)* e *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, se encontram mais relacionados com este trabalho, ao concentrarem-se na presença portuguesa no Oriente nos séculos XVI e XVII – o período áureo e o seu declínio. Outra referência incontornável é a colectânea de artigos que Luís Filipe Thomaz, um dos maiores especialistas em História dos Descobrimentos, reuniu em *De Ceuta a Timor* (1994) que providencia, por seu turno, um estudo da expansão portuguesa, ainda que não de um modo linear, uma vez que é constituída por um conjunto de artigos publicados dispersamente. Ainda no contexto da Expansão, é digna de menção a *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, obra dirigida por A. H. de Oliveira Marques e dedicada ao estabelecimento e contacto dos portugueses no Extremo Oriente (nomeadamente Sumatra, Malaca, Indochina, China, Macau, Timor, Molucas e Japão) e a todas as conjunturas que marcaram a presença portuguesa na região, bem como a interacção com as suas civilizações e povos. É imprescindível fazer referência a esta obra, mesmo que a geografia e área de influência escolhidas não correspondam às deste trabalho.

A importância de Ormuz nunca foi, de resto, desvalorizada pela historiografia de um modo geral, nem tão pouco a presença portuguesa na ilha. Basta recordar os trabalhos de Boxer (1969), Godinho (1963-1972), Steensgaard (1973), Farinha (1989), Subrahmanyam (1993), que a inseriram essencialmente no quadro da expansão portuguesa – salvo a excepção de Steensgaard. No entanto, a presença e influência dos portugueses em Ormuz, no Golfo Pérsico e no Médio Oriente estiveram mais ou menos adormecidas na agenda da historiografia portuguesa durante décadas, só vindo a ser resgatadas recentemente pelos trabalhos de alguns historiadores nacionais e internacionais que se têm esforçado por colmatar esse vazio. Tal tem-se manifestado através da publicação de um conjunto de novos trabalhos, da organização de encontros científicos e do investimento em projectos relacionados com o tema.

Em primeiro lugar, cumpre fazer referência ao livro *Ormuz: 1507-1622. Conquista e Perda*, da autoria de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, publicado por ocasião da comemoração dos 500 anos da conquista da ilha por Afonso de Albuquerque. Concentrando-se nas duas datas-chave que balizaram a presença dos portugueses em Ormuz, os autores dão

ênfase às relações mantidas com ormuzinos, persas, árabes e otomanos, fazendo um balanço da importância da passagem dos portugueses no Golfo Pérsico.

Há também a realçar a recente obra *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period* (2008), uma obra editada por Rui Manuel Loureiro e por Dejanirah Couto que resultou da Conferência Internacional com o mesmo título, organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian através do Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris em Março de 2007. A iniciativa contou com a colaboração de vários especialistas de diferentes nacionalidades e áreas disciplinares, e com trabalhos de historiadores como Willem Floor, Zoltán Biederman, Vasco Resende e os próprios editores, que se debruçaram sobre a presença portuguesa da região desde vários pontos de vista: diplomacia e relações internacionais, documentação, cartografia, arquitectura, religião, arte e literatura.

Ainda sobre Ormuz, há a salientar os trabalhos de Jean Aubin, compilados em três volumes na obra *Le latin et l'astrolabe: recherches sur le Portugal de la Renaissance, con expansion en Asie et les relations internationales* (2000). A obra reúne vários artigos de extremo interesse para o tema, particularmente: “Le Royaume d’Ormuz au début du XVI<sup>e</sup> siècle”, que permite um bom enquadramento do estatuto político do reino bem como da sua vida quotidiana à chegada dos portugueses; “Cojeatar et Albuquerque”, que analisa as relações entre o capitão-mor e o vizir do reino, demonstrando as principais dificuldades que os portugueses encontraram ao estabelecer-se na ilha; e “L’Iran et le Portugal au XVI<sup>e</sup> siècle”, que alarga o panorama, dando um enquadramento das relações entre persas e portugueses ao longo do século XVI. Os trabalhos de Aubin, ainda que nestes exemplos em concreto confinados ao século XVI, proporcionam um excelente contexto para o que se viria a passar em Ormuz no primeiro quartel do século XVII.

*Revisiting Hormuz*, acima citada, contou também com a contribuição de Luis Gil Fernández, académico espanhol que tem dado especial atenção às relações de Portugal e Espanha com a Pérsia Sefévida durante o período filipino. Na sua última obra, *El Império Luso-Español y la Persia Safávida*, Tomo I (1582-1605), distinguida com o Prémio Nacional de História de Espanha de 2007, estuda minuciosamente os contactos entre a Monarquia Católica e a Pérsia desde um ponto de vista essencialmente diplomático, com todos os interesses e ambiguidades que a intensa troca de embaixadas entre estes Estados acarretava.

Mas, uma vez que o foco deste trabalho não se limita à ilha e ao Estreito de Ormuz, é imprescindível considerar toda a região: Golfo Pérsico, Pérsia Sefévida, Médio Oriente e Ásia Mogol. Vários trabalhos têm contribuído para a compreensão histórica deste complexo quadro

regional. Destaque-se por exemplo a recente obra do académico holandês Willem Floor, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730* (2006), que, baseando-se num diversificado suporte documental, faz uma análise dos principais portos do Golfo Pérsico: Ormuz, Baçorá, Bandar Abbas, Mascate e Bandar-e Kong. A análise do autor é, como o próprio título o indica, essencialmente política e económica, mas abrange também aspectos sociais, culturais e religiosos. Acima de tudo, Willem Floor procura estudar cada uma destas cidades portuárias tendo em conta as várias forças políticas envolvidas nos acontecimentos que marcaram o Golfo Pérsico durante o período sefévida.

Ainda relativo ao Golfo Pérsico merece referência o *Atlas historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)* (2006), edição organizada por Jean-Louis Bacquêt-Grammont, Dejanirah Couto e Mahmoud Taleghani. É um trabalho também ele resultante de uma conferência organizada pela École Pratique des Hautes Études da Sorbonne e pela Universidade de Teerão, que reúne os mais importantes documentos cartográficos desenvolvidos pelas diferentes potências europeias que marcaram presença na região. O valor para a evolução da representação cartográfica do Golfo Pérsico é indiscutível. Mas, num volume que destina cada capítulo a cada um dos actores europeus que a partir do século XVI foram surgindo na região – portugueses, ingleses, holandeses, franceses e alemães – e ao respectivo legado cartográfico por cada um deles deixado, acresce ainda o excelente (ainda que sucinto) enquadramento histórico da presença de cada um deles no Golfo.

Por outro lado, e centrando a sua atenção essencialmente nos contextos interno e externo da Pérsia, surge-nos o recente trabalho de Andrew J. Newman, *Safavid Iran: Rebirth of a Persian Empire* (2006), que dedica cada um dos seus capítulos a cada um dos soberanos da dinastia sefévida que governou a Pérsia entre 1501 e 1722 (ano da invasão afegã), fazendo um balanço das principais características – políticas, económicas, sociais, culturais e religiosas – do reinado de cada Xá.

Outra obra digna de menção e particular interesse para o período que este trabalho pretende estudar é a biografia do Xá Abbas I, o *Grande* (r. 1587-1629) da autoria de Yves Bomati e Houchang Nahavandi, *Shah Abbas: empereur de Perse, 1587-1629* (1998). Os autores traçam o percurso daquele que foi, a par de Ismail I, o fundador da dinastia, o soberano persa mais importante, concentrando-se não só no homem como também na sua política interna e externa e na contribuição de Abbas para a reemergência da Pérsia neste início do século XVII.

Também Rudi Matthee, um dos historiadores que mais tem investido na história do Irão e do Golfo Pérsico no Período Moderno, assina, entre outros trabalhos, uma obra de

especial relevância para a compreensão do revigoramento da Pérsia durante o reinado de Abbas e o declínio que se lhe seguiu, *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730* (1999). Abrangendo um período que se estende muito para além daquele que o presente trabalho pretende focar, proporciona uma visão acurada da política económica empreendida por Abbas, responsável por colocar de novo a Pérsia no quadro das potências regionais, analisando simultaneamente a natureza das relações do soberano sefévida com os rivais fronteiriços e com a Europa, dando também um especial enfoque ao monopólio da exportação da seda – política posta em prática pelo *Grande*. A partir daí, passa a analisar também o gradual declínio político e económico que se seguiu à morte de Abbas.

Há ainda a assinalar a organização de outros eventos académicos intrinsecamente ligados a esta temática e região. Em Setembro de 2007, na comemoração dos 500 anos da chegada de Afonso de Albuquerque a Ormuz, marco do início dos contactos entre Portugal e a Pérsia Sefévida, a Iran Heritage Foundation realizou em Washington D.C. a conferência “Portugal, o Golfo Pérsico e a Pérsia Sefévida”, que juntou um vasto leque de especialistas na área, alguns deles já mencionados acima. As comunicações deste encontro serão reunidas num volume, actualmente no prelo, cuja edição está a cargo de Jorge Flores e de Rudi Matthee.

Também em Abril de 2008, no âmbito do projecto “As Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica”, desenvolvido pelo Centro de História de Além-Mar com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi organizada a conferência “Portugueses, Otomanos e Safávidas” que contou com as comunicações de Juan Gil (“El Golfo Persico en la tradición medieval”), Dejanirah Couto (“Os Portugueses e o Golfo Pérsico”) e Luis Gil Fernández (“Relaciones Luso-Persas durante la Unión Ibérica”).

É claro que este esforço académico mais recente se vem juntar a todo um conjunto de obras que em muito contribuíram para o avanço científico desta área temática, das quais são exemplos os estudos de Roger Savory (1987) sobre a Pérsia Sefévida e o sexto volume da *Cambridge History of Iran* (1997), editado por Peter Jackson e Lawrence Lockhart, entre outros trabalhos não menos dignos de menção.

Jean-Michel Sallman, por sua vez, contribuiu de uma forma bastante rica para o estudo deste período numa perspectiva mais geral. O seu *Géopolitique du XVIe siècle: 1490-1618* (2003) procura o estudo das relações internacionais em diversos palcos geográficos do mundo: Europa, África, Médio Oriente e Extremo Oriente. Além de um capítulo dedicado ao “progresso do Islão”, capítulo que dá um excelente panorama das relações entre os três impérios que protagonizaram as relações internacionais do Médio Oriente do século XVI –

otomano, sefévida e mogol –, é de salientar um outro dedicado à expansão europeia – espanhola, portuguesa, inglesa e holandesa. Estes dois capítulos em particular providenciam uma boa base para a análise mais profunda do cruzamento de conflitos e interesses que este trabalho procura empreender.

Dado que o Golfo não pode ser estudado sem se levar em conta o interesse das potências regionais vizinhas, há que considerar os trabalhos de Halil Inalcik, *An economic and social history of the Ottoman Empire* (1990), ou de Palmira Brummett, *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discoverey* (1994), que se centralizam na importância e força do Império Otomano na região, bem como na natureza das suas relações com os seus vizinhos ocidentais e orientais. Também o livro de John F. Richards, *The Mughal Empire* (1987), ainda que menos recente, é de extrema importância pelo quadro que traça de um dos Estados mais importantes da região nos séculos XVI e XVII, e que vem desempenhar um papel de destaque nesta dissertação. Sobre o Império Mogol há ainda a sublinhar, por exemplo, as contribuições, dispersas por vários artigos, de historiadores como Sanjay Subrahmanyam ou Jorge Flores<sup>3</sup>.

Parte do enquadramento problemático desta tese remete para a expansão europeia e para o modo como as rivalidades e conflitos do continente europeu ganharam uma dimensão ultramarina, projectando-se em todos os mares da Ásia. É importante frisar que este trabalho não procurará impor-se como mais um estudo sobre a expansão portuguesa. Não pretende, obviamente, descurá-la, mas acima de tudo procurará inseri-la no contexto da expansão europeia e dos conflitos que vão ultrapassar a geografia da Europa e ganhar expressão no Golfo Pérsico, Médio Oriente e Ásia Central.

Na interacção entre os europeus e os estados do Médio Oriente, da Ásia Central e do Índico, além dos conceituados trabalhos sobre expansão portuguesa de Charles Ralph Boxer (1969), Sanjay Subrahmanyam (1993), Vitorino Magalhães Godinho (1963-1972), A. J. R. Russell-Wood (1998) ou James C. Boyajian (1993), convém sublinhar algumas obras que adquirem um âmbito mais geral, focando-se não só nas características dos povos da Ásia e do Índico antes da chegada dos primeiros europeus à região, como também na expansão de potências europeias como Inglaterra e as Províncias Unidas para a Ásia, na interacção política e económica entre civilizações culturalmente distantes, bem como nas rivalidades e alianças

---

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, os artigos: “The Deccan Frontier and Mughal Expansion, ca. 1600: contemporary perspectives”, (Muzaffar Alam & Sanjay Subrahmanyam. *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 47 (3), 2004, pp. 357-389; “The Shadow Sultan: Succession and Imposture in the Mughal Empire, 1628-1640”, (Jorge Flores & Sanjay Subrahmanyam. *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 47 (1), 2004, pp. 80-121; e “ ‘I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of the Mughal Succession Crises”, (Jorge Flores. *E-Journal of Portuguese History*, Vol. 3, nº2, 2005, pp. 1-23).

transportadas pelos europeus para a região e o seu cruzamento com as rivalidades e alianças já existentes nos mares da Ásia.

Dentro do vasto conjunto de trabalhos dedicados a estes temas, destaque-se o recente livro de Michael N. Pearson, *The Indian Ocean* (2003), que faz do Oceano Índico o seu objecto de estudo tomando-o como uma unidade económica e social<sup>4</sup>, a partir dos povos que habitavam as suas costas. É de extremo interesse o balanço que o autor faz do desenvolvimento que este “espaço marítimo” sofre a partir da presença muçulmana e europeia na região.

É também de salientar a obra de Rene J. Barendse, *The Arabian Seas: The Indian Ocean World of the Seventeenth Century* (2002), um trabalho muito interessante que focaliza a sua atenção nos diferentes actores políticos que “navegaram” o Índico no século XVII. Apesar de concentrado nesta área geográfica específica, o autor pretende analisar a interacção dos diferentes intervenientes que moldaram os mares da Ásia desde uma perspectiva global.

Neste contexto, cumpre fazer ainda referência ao historiador Kirti N. Chaudhuri e ao seu *Trade and Civilisation in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750* (1985), recentemente reeditado em 2005, obra fundamental para a compreensão da interacção política e económica entre as diferentes potências europeias (nos vários períodos em que se destacaram) e as forças regionais.

Também no quadro das rivalidades e conflitos projectados para os mares da Ásia pelos europeus, é de referir a conferência que teve lugar em Leiden em Junho de 2003, organizada pelo IAS (International Institute for Asian Studies)/ Universidade de Leiden, que resultou num volume editado por Ernst van Veen e Leonard Blussé, *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries* (2005), que juntou um amplo leque de comunicações centradas sobretudo na rivalidade ultramarina entre portugueses e holandeses. O artigo que abre este volume, “The European-Asian relations during the 16th and 17th centuries in a global perspective”, assinado por Ernst van Veen, enquadra-se na visão que se pretende com esta dissertação sobre o conflito de Ormuz em 1622: uma visão que nos permita encará-lo como um prenúncio da globalização das relações internacionais no Período Moderno.

A Globalização é uma área que, pela sua pertinência e actualidade, exige um investimento cada vez maior pela parte da comunidade científica internacional. Apesar de ser um tema que tem concentrado uma grande atenção nas duas últimas décadas (a partir do

---

<sup>4</sup> Ver também o artigo de Michael Pearson “Coastal communities and maritime history” em <http://www.history.ac.uk/ihr/Focus/Sea/articles/pearson.html>.

momento em que o próprio termo se começou a generalizar no discurso corrente) continua a carecer de uma perspectiva mais histórica. Na verdade, a historiografia chegou tardiamente ao estudo da globalização, mas os últimos anos têm sido já marcados quer pela publicação de obras como as dirigidas por A. G. Hopkins, *Globalization in World History* (2002) ou Michael D. Bordo, Alan M. Taylor e Jeffrey G. Williamson, *Globalization in Historical Perspective* (2005), quer até pela emergência de uma nova disciplina que dá pelo nome de História Global, pelo nascimento de novas revistas como o *Journal of Global History*, ou pela organização de encontros científicos directamente debruçados sobre a história da globalização, dos quais é exemplo próximo o último encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Lisboa, 2007) e que dedicou o evento ao tema “Globalization: Long-Term Perspectives”.

Na abordagem histórica da globalização que se começa a impor há, contudo, duas tendências determinantes: uma que diz respeito às áreas disciplinares prevaletentes e outra respeitante à sua cronologia. Na primeira tende a encarar-se a globalização como um fenómeno essencialmente económico e na segunda a apresentá-la como uma característica da Época Contemporânea. Assim, se começam a emergir historiadores com fortes intenções de investigar o tema, estes tendem a olhá-lo desde uma óptica económica e contemporânea. É o caso de Kevin O’Rourke e Jeffrey G. Williamson (2002; 2004) que, apontando a integração de mercados como principal factor propulsor da globalização, situam o seu início no século XIX.

Mas aquilo que, talvez, mais importa assinalar é a escassez de literatura dedicada exclusivamente à globalização das relações internacionais; além de que, quando existe, a sua perspectiva é essencialmente contemporânea, confinando-se aos séculos XIX e XX. São exemplos as obras de especialistas das Relações Internacionais como Ian Clark, *Globalization and Fragmentation: International Relations in the Twentieth Century* (1997), ou John Baylis e Steve Smith, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations* (2005).

Apesar de alguma resistência em recuar a Globalização até ao Período Moderno, há no entanto alguns autores que o fazem, como, entre outros: Geoffrey C. Gunn que desenvolve o seu *First Globalization: The Eurasian Exchange, 1500-1800* (2003) a partir do ponto de vista da interacção cultural; Dennis O’Flynn, Arturo Giráldez e Richard von Glahn que adoptam uma perspectiva essencialmente económica no seu “Global Connections and Monetary History, 1470-1800”; ou George Modelski e William R. Thompson que, em obras como *Leading Sectors and World Politics: The Coevolution of Global Politics and Economics*

(1996) ou *Seapower in Global Politics: 1494-1993* (1988), a contextualizam na História das Relações Internacionais.

Não pode, porém, deixar de sentir-se uma lacuna no estudo da Globalização inserida na historiografia das Relações Internacionais e é precisamente para esta área que esta dissertação procurará modestamente contribuir, ao servir-se do exemplo do conflito no Estreito de Ormuz em 1622 para “empurar” o debate sobre a globalização quer para a história das relações internacionais, quer para a Época Moderna.

Mas esta dissertação não pretende, obviamente, assentar apenas numa revisão bibliográfica dos temas abordados. Mesmo não sendo o seu objectivo principal reunir um suporte documental desconhecido que sustente toda uma nova interpretação historiográfica dos acontecimentos que envolveram Ormuz, o Golfo Pérsico e a região no primeiro quartel do século XVII, os arquivos portugueses são riquíssimos em documentação relacionada com esta temática, pelo que este trabalho procurou apoiar-se numa sólida base documental. Não se pretendeu, contudo, a análise exaustiva de toda a documentação disponível e, como tal, optou-se por cingir a pesquisa ao Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, à Biblioteca Nacional de Lisboa e à Biblioteca da Ajuda<sup>5</sup>. Por outro lado, o objecto de estudo escolhido tem a vantagem de beneficiar de um vastíssimo número de documentos já impressos, recurso essencial para este trabalho.

Antes de fazer um esboço muito genérico das colecções consultadas, do tipo de fontes utilizadas e de uma breve explicação do modo como foram utilizadas, é necessário fazer referência a uma obra que constitui um instrumento de trabalho incontornável para qualquer investigador que queira concentrar o seu trabalho nesta região e neste período: *Das Relações entre Portugal e a Pérsia: 1500-1758. Catálogo Bibliográfico da Exposição Comemorativa do XXV Centenário da Monarquia no Irão* (1972), organizada por Luís de Matos. Além de um bom enquadramento histórico sobre as relações entre Portugal e a Pérsia, introdução assinada pelo editor, proporciona um guia exaustivo de fontes manuscritas, impressas e secundárias que cobrem todo o período em que Portugal manteve contactos com a dinastia sefévida. Abrange todo um conjunto de documentos de natureza política, militar, comercial, económica, diplomática, social, cultural e religiosa, apresentados com um breve sumário do

---

<sup>5</sup> Ao limitar a pesquisa a estas três instituições, deixou-se de parte outros arquivos e bibliotecas nacionais como o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, a Biblioteca Pública de Évora, além de importantes arquivos estrangeiros, nomeadamente em Espanha, o Arquivo Geral de Simancas e a Biblioteca Nacional de Madrid, (cuja consulta, ainda que acessível, se tornou impossível por motivos de tempo), bem como outros fundos arquivísticos estrangeiros.

seu conteúdo, o que tornou este catálogo bibliográfico um excelente auxiliar no decurso de todo o trabalho de investigação.

Nesta fase da investigação, as colecções perscrutadas quer na Biblioteca Nacional quer na Torre do Tombo foram ainda algo restritas e sobretudo exploratórias. Na Biblioteca Nacional de Lisboa a pesquisa concentrou-se em alguns códices do Fundo Geral (da Sala de Leitura de Reservados), e na Torre do Tombo, em algumas colecções como a de São Vicente, a dos Manuscritos da Livraria e a das Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça<sup>6</sup>. A pesquisa na Biblioteca da Ajuda valeu-se de um outro auxiliar precioso: *O Índico na Biblioteca da Ajuda: catálogo de manuscritos relativos a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor* (1998), um volume coordenado por Francisco da Cunha Leão que empreendeu o mesmo esforço que Luís de Matos na obra acima citada, confinando-se neste caso à documentação existente na Biblioteca da Ajuda. A partir daí, procedeu-se a uma selecção dos documentos mais relevantes para este estudo, retirados de diversos códices.

A tipologia dos documentos utilizados, independentemente do arquivo ou biblioteca onde foram consultados, é idêntica. São essencialmente documentos oficiais que variam entre regimentos, instruções e cartas do Rei para os seus representantes no Estado da Índia e no Estreito de Ormuz e vice-versa, e também para e de embaixadores e missionários religiosos enviados à Pérsia, ao Xá Abbas, ou enviados por este ao monarca habsburgo. A natureza destes documentos é maioritariamente política e diplomática, uma vez que se entendeu ser esta a selecção mais adequada aos objectivos deste estudo.

A base de fontes manuscritas reunida e acima referida considera-se suficiente, tanto mais que foi completada com um conjunto de documentos publicados – cartas, assentos, relações, comentários, fontes literárias e relatos de viagem – em diversas obras que merecem ser referidas. São exemplos algumas colectâneas como os *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, organizadas por Raymundo António de Bulhão Pato (1880-1893) e António da Silva Rego (1974-1977); compilações documentais inglesas como *The English Factories in India* (1906-1909), que contém um extenso número de excertos de cartas

---

<sup>6</sup> Ficaram, porém, algumas importantes colecções por esmiuçar, cuja exploração a limitação de tempo obrigou a adiar, uma vez que este é um tema de investigação que se pretende prosseguir. Na Biblioteca Nacional de Lisboa são exemplos os Códigos Alcobacenses, Iluminados ou a Colecção Pombalina; e na Torre do Tombo o Corpo Cronológico, Fragmentos, Gavetas da Torre do Tombo, Colecção de São Lourenço, entre outras. Com a clara noção de que a exploração dos documentos incluídos nestas colecções e nos arquivos e bibliotecas que ficaram por visitar dotaria os argumentos deste trabalho de uma maior consistência e solidez, fica o registo da lacuna e expressa a intenção de um aprofundamento da base documental numa investigação futura. Sendo este um trabalho que se pretende continuar a desenvolver, fica também expressa a intenção de explorar tão exaustivamente quanto possível fundos arquivísticos estrangeiros, para dotar este tema de uma perspectiva global, solidamente sustentada, não apenas por fontes portuguesas – ainda que o valor destas seja indiscutível – mas também por outras fontes estrangeiras, tanto impressas como manuscritas.

reunidas por William Foster, ou *Pilgrimes*, editado pela primeira vez em 1625 por Samuel Purchas, contendo extractos de narrativas de viajantes ingleses, sendo estas duas últimas obras fundamentais, uma vez que proporcionam a visão inglesa dos acontecimentos que envolveram o conflito de Ormuz.

Devem ainda ser referidas as fontes cronísticas ou similares, como é o caso da *Década 13 da História da Índia*, escrita por António Bocarro em 1634 e reeditada em 1876 sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, e que vem completar as *Décadas da Ásia* de João de Barros e Diogo do Couto; a *Relação* de António Gouveia impressa por Pedro Crasbeeck em 1611; os *Apologéticos Discursos*, redigidos em 1641 por Luís Marinho de Azevedo que, através da junção de um vasto leque de documentos, pretendem defender a honra de Fernão de Albuquerque, Governador do Estado da Índia, e desresponsabilizá-lo da queda de Ormuz; ou ainda os *Comentários de Don García da Silva y Figueroa*, concluídos pelo mesmo em 1624, e editados por Manuel Serrano y Sanz em dois volumes entre 1903 e 1905<sup>7</sup>.

É importante salientar que, ao longo de todo o século XVI, foram muitas as narrações históricas deixadas por cronistas portugueses que navegaram os mares do Índico, testemunhos de extrema relevância para o estudo e conhecimento da presença portuguesa na Ásia e que reservam descrições notáveis de Ormuz e do Golfo Pérsico, bem como das suas relações com o Médio Oriente, com a Ásia e com os portugueses. São exemplos: *Suma Oriental*, de Tomé Pires, 1512-1515; *Livro do que viu e ouviu no Oriente*, de Duarte Barbosa, 1516; *Itinerário*, de António Tenreiro, 1523-1529; *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia; *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, 1551-1553; *Décadas da Ásia*, de João de Barros e Diogo do Couto. Legados, de resto, importantíssimos para o enquadramento que se pretendeu na primeira parte deste trabalho.

Por outro lado, é também essencial o recurso a fontes publicadas em valiosos apêndices documentais de obras como *O Conselho da Índia* (1952) de Francisco Paulo Mendes da Luz, impossíveis de contornar quando tomamos o Golfo Pérsico como objecto de estudo; ou os *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade*, compilados e

---

<sup>7</sup> Os “*Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*” têm sido alvo de uma atenção especial nos últimos tempos. O Centro de História de Além Mar leva a cabo neste momento e sob a responsabilidade de Rui Manuel Loureiro o projecto “*Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os “Comentários de D. Garcia da Silva y Figueroa”*”, que prevê a publicação da obra em dois volumes. Também George Bryan Souza tem trabalhado sobre o embaixador espanhol e as circunstâncias da sua embaixada, tendo-se envolvido recentemente e em colaboração com Jeffrey S. Turley na tradução anotada inglesa da obra seiscentista (a ser publicada brevemente pela Hakluyt Society), e tendo igualmente participado na conferência “*Portugal, o Golfo Pérsico e a Pérsia Sefévida*” em Washington D.C. com uma comunicação intitulada “*The Catholic Monarchy's last emissary and embassy to Persia: D. Garcia de Silva y Figueroa and his Comentarios*”.

publicados pela primeira vez em 1647 por Pedro Crasbeek e reeditados por José Gervásio Leite em 1940 juntamente com um útil apêndice documental.

Em termos mais práticos, no que diz respeito às citações bibliográficas – tanto de livros como de revistas – procurou-se limitá-las ao autor, ano de publicação/ edição e páginas, sendo as respectivas referências facilmente encontradas na bibliografia final do trabalho. Também em relação às citações de fontes, procurou abreviar-se ao máximo a sua referência. Para melhor percebê-las, entendeu-se conveniente fazer uma lista de abreviaturas e incluí-la no início do trabalho. Na transcrição das fontes procurou utilizar-se o português corrente. Por outro lado, fez-se um esforço por empregar os topónimos e os nomes na sua versão portuguesa mais actual e utilizada.

Por fim, uma nota breve sobre o modo como este trabalho está estruturado. Ele encontra-se dividido em duas partes. Na primeira – *Ormuz e o Golfo Pérsico num contexto Euro-asiático* – pretender-se-á entender a importância estratégica de Ormuz como ponto de encontro de rotas, produtos e mercadores, e o valor da sua alfândega no contexto do *Estado da Índia*, de maneira a perceber o quanto significava para os portugueses manter a fortaleza ormuzina e qual a dimensão da sua perda. Ao analisar o valor político-económico de Ormuz, acabar-se-á por explicar as aspirações que a sua conquista suscitava junto das potências rivais. Em seguida, procurará fazer-se um esboço do Golfo Pérsico à chegada dos portugueses no início do século XVI, ou seja, uma análise do equilíbrio de poderes em que os portugueses viriam a interferir com a conquista de Ormuz, procurando demonstrar-se simultaneamente que a história da fortaleza ao longo do século XVI sempre foi a de um estado de alerta constante. Um estado de alerta atado por persas, otomanos e árabes, e agudizado com a chegada de ingleses e holandeses, os “inimigos da Europa”, no virar do século. Conclui-se esta primeira parte fazendo uma análise sucinta das circunstâncias que, em finais do século XVI, moviam as relações internacionais entre as potências de dois palcos geográficos distintos: a Europa e o Médio Oriente e Ásia Mogol, uma vez que estas circunstâncias, e as aliança e rivalidades que as caracterizavam, seriam projectadas – directa ou indirectamente – para Ormuz. Procurar-se-á também, através desta breve análise, chamar a atenção para a fragilidade das relações entre estes diferentes actores, fragilidade esta que ditaria tão peculiares alinhamentos em torno do conflito de Ormuz no primeiro quartel do século XVII.

A segunda parte do trabalho – *Ormuz, 1622: Um Estreito Globalizado* – já se focalizará apenas no primeiro quartel do século XVII, começando por concentrar-se na reestruturação da Pérsia sefévida durante o reinado do Xá Abbas I, o *Grande*, que consolidaria o território persa interna e externamente. Os seus objectivos expansionistas

levariam o Xá a direccionar a sua política para o Golfo Pérsico, particularmente Ormuz, o que viria interferir, por seu turno, no controlo dos portugueses sobre o Estreito e a influência que a partir dele exerciam no Golfo. Procurar-se-á, em seguida, entender de que modo a chegada de potências europeias como os ingleses e holandeses ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico viria a ameaçar a hegemonia portuguesa em toda a Ásia, e naquela região em particular. A ingerência norte-europeia deu-se, não apenas nos recontros navais contra os portugueses em águas asiáticas e nos ataques às suas possessões, mas também pela via da diplomacia, instrumento, de resto, utilizado de parte a parte para conseguir o apoio e boa-vontade das potências regionais, neste caso em concreto, do Sofi. Neste contexto, valerá a pena apontar as aproximações diplomáticas entre uns e outros elementos, uma vez que o envio de representantes diplomáticos foi bastante intenso neste período e a troca de embaixadas entre o Xá e a Europa uma constante, sendo a questão de Ormuz uma prioridade frequente em tais missões.

Cruzar-se-á em seguida as rivalidades europeias e as rivalidades regionais, e analisar-se-á os realinhamentos resultantes da interacção destes conflitos com génese em áreas tão dispersas no mapa euro-asiático. Por outro lado, procurar-se-á também articular a questão de Ormuz com as de Qandahar e Baçorá, de modo a compreender a influência recíproca entre cada uma destas contendidas e o de Ormuz, no que diz respeito a fragilidades e forças, alinhamentos e rupturas. Pretende-se com estes dados demonstrar que o conflito em torno de Ormuz, sendo protagonizado por várias forças de palcos geográficos bem distintos e distantes e tendo as suas inerentes consequências nos equilíbrios regionais e mundiais, poderá ser considerado um “prenúncio” da globalização na Época Moderna.

Por fim, procurar-se-á inserir este trabalho dentro de um tema tão actual quanto pertinente: o debate sobre a Globalização e o seu lugar na área disciplinar da História, particularmente a das Relações Internacionais. Para tal, estudar-se-á a interdependência inter-regional de rivalidades e alianças entre os actores políticos da Europa e os do Médio Oriente que se desenvolveu a partir da luta por Ormuz. Depois de uma análise rigorosa dos acontecimentos que constituíram o conflito propriamente dito, bem como de outros factos com ele relacionados, o *case-study* de Ormuz será utilizado para esboçar uma definição sólida e consistente e um conjunto de critérios para um conceito tão complexo quanto flexível como o é o da Globalização, aplicado, por sua vez, às Relações Internacionais no Período Moderno.

## PARTE I: ORMUZ E O GOLFO PÉRSICO NUM CONTEXTO EURO-ASIÁTICO

### 1.1. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE ORMUZ

Nos seus 45 quilómetros de diâmetro, pouco mais crescia além de sal e enxofre, mas nem por isso Ormuz deixava de invadir o imaginário do mercador quinhentista com a fama das suas riquezas, uma fama apregoada pela mão de viajantes e cronistas que faziam da minuciosa observação o seu ofício<sup>8</sup>.

À chegada dos Portugueses à região, no alvorear do século XVI, Ormuz era um pequeno reino autónomo que pagava um tributo ao Xá da Pérsia, mas que gozava de autonomia suficiente para que a sua soberania tocasse ambas as margens do Golfo Pérsico. A influência deste “verdadeiro empório na encruzilhada do mundo iraniano, do mundo árabe e do mundo indiano” [Couto 2007:12] alargava-se assim não só a pequenas ilhas quase desertas espalhadas pelo Golfo, como também a ilhas maiores em área, população e riqueza, como Queixome, cuja fertilidade era fundamental para o abastecimento de água e comida de Ormuz, e Barém, famosa pela sua riqueza em pérolas. Alcançava também algumas cidades e feitorias tanto na margem árabe como persa do Golfo, pequenos portos piscatórios no território do Mogostão e outras tantas cidades marítimas de relevância situadas no Mar de Oman, como Calaiate, Mascate ou Soar<sup>9</sup>.

Apesar da sua relativa “elasticidade”, não era propriamente o domínio territorial que o rei de Ormuz procurava exercer na região. A intensa actividade comercial que caracterizava o porto ormuzino era suficiente para que a sua economia dependesse de si própria e, por isso mesmo, o único domínio que interessava a este soberano era o do tráfego comercial que navegava as águas daquele Golfo. Aliás, como refere Herzig, Ormuz representa “talvez o

---

<sup>8</sup> Jean Aubin deixou uma excelente descrição do reino de Ormuz antes da chegada dos portugueses e nos primeiros anos da sua presença na ilha, no século XVI, no seu artigo “Le Royaume d’Ormuz au début du XVIe siècle”. Ver Aubin 2000: 287-377 e Cunha 1995: 19-21. A importância comercial e a prosperidade de Ormuz, bem como a sua atmosfera multi-cultural, tem sido sobejamente descrita, quer pelos historiadores que se têm debruçado sobre o Império Asiático Português ou sobre a região do Golfo Pérsico no século XVI e XVII, quer em relatos de viajantes, cronistas e mercadores da época. Ver, entre outros, Aubin 2000, Bethencourt & Chaudhuri 1998a: 175, Boxer 2001, Chaudhuri 2005: 108; Couto e Loureiro 2007, Couto e Loureiro 2008, Disney 1981, Floor 2006, Godinho 1963-1972, Herzig 1985. Dos relatos quinhentistas e seiscentistas, são muitos os que se encontram hoje disponíveis em edições impressas. Ver, entre outros, Barbosa 1989, Castanheda 1979, Della Valle 1991, Pires 1944, Tenreiro 1980, mencionando apenas alguns.

<sup>9</sup> Para melhor perceber como Ormuz impunha a sua supremacia comercial na região, ver Floor 2006: 39-43.

exemplo mais puro imaginável de um reino mercante”<sup>10</sup>. Daí que a sua influência se estendesse, essencialmente, a determinados pontos com algum valor estratégico.

Ainda que privilegiando o comércio intra-regional, Ormuz impunha-se na região como um entreposto central no comércio de longa distância. A sua frenética actividade mercantil era fomentada tanto por terra, uma vez que importantes rotas caravaneiras<sup>11</sup> incluíam o mercado ormuzino na sua escala, como por mar, atraindo navios e mercadores de regiões desde o Mar Vermelho e do Mediterrâneo ao remoto Sueste Asiático. Um fluxo comercial tão animado trazia ao pequeno porto à entrada do Golfo Pérsico os mais variados produtos orientais, desde especiarias a metais preciosos, de seda a algodão, de pérolas a cavalos, entre tantas outras preciosidades. Nos seus extremos, as rotas que cruzavam o Estreito de Ormuz, faziam a ligação entre os mercados da Europa e os do Extremo Oriente<sup>12</sup>.

Dadas as particularidades do reino de Ormuz neste início do século XVI e o seu eco pelo mundo, não é de estranhar que quando Afonso de Albuquerque se aventurou por águas arábicas já tivesse a sua estratégia bem delineada<sup>13</sup>. Nas instruções do rei D. Manuel I, a prioridade residia na captura de Adém, cuja conquista permitiria bloquear a passagem das mercadorias que transitavam através do Mar Vermelho, que ligava por sua vez o Índico ao Levante. No entanto, as investidas que os Portugueses levaram a cabo contra Adém resultaram malogradas e o *Terrível* acabou por abdicar da conquista desta cidade<sup>14</sup>. Já em relação a Ormuz, Afonso de Albuquerque foi bastante mais persistente, mesmo depois de gorada a primeira conquista de 1507. Consciente da sua mais-valia estratégica e política, económica e comercial, o “leão dos Mares da Ásia”<sup>15</sup> não descansou enquanto não conquistou

---

<sup>10</sup> Herzig 1985: 5. O autor, especialista em Estudos Persas, dedicou este artigo à breve vida de Ormuz como centro comercial dinâmico e como cidade propriamente dita. Ver também Couto 2007: 12-14.

<sup>11</sup> Sobre as rotas terrestres caravaneiras na região de Ormuz, Golfo Pérsico e Médio Oriente ver Russell-Wood 1998: 68-71. Ver também mapa “Rotas Terra/Mar entre o Estado da Índia e Portugal” em Russell-Wood 1998: 70. Também Herzig (1985) sublinha a importância que as redes de comércio regionais desempenhavam na Ásia e como o seu controlo era uma prioridade política constante.

<sup>12</sup> Ver Mapa 1 em Anexos.

<sup>13</sup> Sobre o “plano de Albuquerque” ver Bethencourt & Chaudhuri 1998a: 175-177. Luís Filipe Thomaz (1994: 23) coloca Ormuz ao lado de Malaca como peças de uma “rede marítima coerente”. Ver também Thomaz (1994: 181).

<sup>14</sup> Michael Pearson (2008: 124) tem outra visão sobre a tentativa falhada da conquista de Adém. Segundo o autor, ao não se estabelecerem nesta importante cidade, os portugueses tinham pretexto para continuar a patrulhar, pilhar e a encher os bolsos de forma duvidosa nas águas à entrada do Mar Vermelho, algo que o estabelecimento efectivo de uma fortaleza em Adém não lhes permitiria.

<sup>15</sup> Segundo Geneviève Bouchon (1992: 7-8), era assim que o Xá da Pérsia se referia a Afonso de Albuquerque na sua correspondência.

a pequena ilha, algo que conseguiria em 1515 ao terminar a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição [Bethencourt & Chaudhuri 1998a: 177]<sup>16</sup>.

A construção de uma fortaleza em Ormuz, “uma das maiores praças do comércio internacional” [Aubin 2000b:284], integrava-se numa estratégia bem ponderada por Afonso de Albuquerque, determinado em estabelecer uma linha de comunicação entre os portos vitais dos mares asiáticos que permitisse aos Portugueses controlar a rede de distribuição do comércio inter-regional do Oriente<sup>17</sup> e, conseqüentemente, lançar as bases daquele que se tornaria o *Estado da Índia*<sup>18</sup>. Assim, além de Goa, Malaca e Adém, Ormuz seria fundamental para a concretização dos objectivos estratégicos do *Terrível* e a influência que os portugueses passariam a exercer na região através da sua presença no estreito, estender-se-ia muito para além dos escassos quilómetros da ilha<sup>19</sup>. Não é ao acaso que a sua conquista é frequentemente apontada como um dos feitos mais importantes do estabelecimento dos portugueses na Ásia<sup>20</sup>.

A relação dos portugueses com os governantes ormuzinos, tanto o rei como o seu vizir, foi sempre marcada por uma relativa e mútua desconfiança<sup>21</sup>. No entanto, o domínio português sobre o porto não afectou a sua actividade comercial, pelo menos assim o foi nos primeiros anos da sua presença na ilha, antes dos capitães portugueses se servirem da sua posição para desviar os lucros da alfândega em seu proveito<sup>22</sup>. Nem mesmo o tributo anual que os portugueses exigiam ao rei de Ormuz e os impostos a que obrigavam os mercadores

---

<sup>16</sup> Quando os portugueses conquistaram Ormuz pela primeira vez, em 1507, deixaram uma fortaleza inacabada, fortaleza a que tinham dado o nome de *Nossa Senhora da Vitória*. Quando regressaram à ilha para conquistá-la definitivamente em 1515, retomaram a construção da fortaleza, rebaptizando-a de *Nossa Senhora da Conceição*.

<sup>17</sup> Ver Chaudhuri 2005: 80. Sobre as rotas inter-regionais do Oriente, ver Russell-Wood 1998: 51.

<sup>18</sup> Ver, entre outros, Melis 2008: 112-113, Russell-Wood 1998: 38-39.

<sup>19</sup> Numa carta dirigida ao rei D. Manuel I, datada de 22 de Setembro de 1515, Afonso de Albuquerque enfatizava o grande “crédito” e “confiança” que a conquista de Ormuz trazia aos assuntos do Índico, sublinhando a necessidade de mantê-la sob o controlo português e protegê-la desde o primeiro instante. Ver Pato 1884-1935: 376-385. Godinho (1963-1972: 107-108) dá razão a Albuquerque, dizendo mesmo que “toda a história posterior do oceano Índico português dependeu desta escolha”. Já o filho de Afonso de Albuquerque, com o mesmo nome que o pai, deixaria para trás uns “Comentários” (1557) onde sublinha a importância do controlo dos estreitos de Ormuz, Adém e Malaca: “E se el Rei de Portugal tivera senhoreado Adém com uma boa fortaleza, como tem Ormuz e Malaca, senhoreando estes três estreitos, que tenho dito: pudera se chamar senhor de todo mundo (como fez Alexandre quando chegou ao rio Ganges) porque com estas três chaves fechava as portas a tudo”, fol. 299.

<sup>20</sup> De uma maneira geral, não há historiador que se tenha dedicado ao Império Português do Oriente que não se refira a Ormuz como um dos empreendimentos mais importantes dos Portugueses no além-mar. Também na literatura portuguesa, a conquista de Ormuz é frequentemente referida e louvada, desde *Os Lusíadas* de Luís de Camões a *Os Maias* de Eça de Queiroz.

<sup>21</sup> Sobre o modo como os portugueses partilharam o poder com o Rei de Ormuz na ilha e no estreito, ver Thomaz (1994: 224-225), que considera Ormuz como um “protectorado colonial” que os portugueses impuseram ao rei ormuzino.

<sup>22</sup> O comportamento duvidoso dos capitães portugueses é muitas vezes apontado como uma das razões para o declínio de Ormuz, uma vez que instigava os espíritos já por si revoltados com a presença lusitana na ilha, agravando, conseqüentemente, a sua instabilidade. Ver Boyajian 1993: 59, Chaudhuri 1985: 73, Faria e Sousa 1945-1948.

que comerciavam naquele estreito, interferiram no sistema comercial a que estes estavam habituados. Não era essa a intenção de Afonso de Albuquerque<sup>23</sup>.

Sem dúvida, o comandante português estava bem consciente da importância das diferentes forças que orbitavam em torno do comércio do Golfo. Apesar da sua declarada oposição aos muçulmanos, os portugueses não podiam de modo nenhum privá-los do mercado ormuzino pois, dependendo este largamente do comércio intra-regional, eram essencialmente os mercadores muçulmanos que o robusteciam [Boxer 2001: 70-71; Godinho 1990: 421-422; Pearson 2008: 153]. Por outro lado, os portugueses não teriam qualquer interesse em prejudicar a influência comercial de uma cidade portuária cuja moeda circulava em todos os portos da Índia, Pérsia e Arábia, até ao porto de Malaca [Boxer 2001: 56].

A sua prosperidade seria perpetuada pelas palavras dos cronistas portugueses da época, como António Tenreiro, Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda, entre outros. Fascinados pela riqueza que emanava da pequena ilha, dedicariam longas passagens das suas narrativas a Ormuz. Quer descrevendo a geografia da ilha, a configuração da cidade e a sua arquitectura, a vida quotidiana e política ormuzina, as relações do reino dentro do quadro regional e, naturalmente, a quantidade e diversidade de produtos que tornavam o seu porto tão abastado e famoso.

Ao tornar Ormuz a sua “sede regional”, os portugueses asseguravam uma forte presença no Golfo Pérsico, o que lhes permitia desviar o importante tráfego comercial daquelas águas através da recém-criada Rota do Cabo. Este tráfego passaria agora a ser filtrado por Lisboa, que se tornava por sua vez um elo de ligação entre as maravilhas orientais e os mercados europeus. Tal resultava bastante favorável para a economia portuguesa, ao mesmo tempo que prejudicava as forças até então privilegiadas pela Rota do Levante, os venezianos e os mamelucos, e vinha competir com os otomanos, por esta altura em nítida expansão em direcção ao Índico. Por outro lado, o controlo de Ormuz e a influência exercida sobre o Golfo possibilitava-lhes ainda uma participação activa nas redes do comércio intra-asiático pois, como já se viu, uma importante parte deste tráfego destinava-se a mercados regionais [Farinha 1989: 445-472]. Além disso, os portugueses viam-se ainda na conveniência geopolítica de, como potência Católica, interferir numa região em que o Islão era supremo [Couto 2007: 26-27].

Contudo, tal empreendimento teria o seu preço, e seria errado pensar que a presença portuguesa em Ormuz e no Golfo Pérsico foi pacífica e incontestada ao longo do século em

---

<sup>23</sup> Ver Costa 1994: 833-836. Ver também Tenenti 2003: 160.

que dominaram a região ou marcada por uma continuidade de relações saudáveis com os governantes locais e os seus vizinhos persas, árabes e turcos<sup>24</sup>. Poder-se-ia dizer que existiam interesses em comum, mas mesmo esses eram permanentemente escoltados por uma desconfiança mútua entre os vários poderes que vagueavam nas águas do Golfo.

---

<sup>24</sup> Ver *Cojeatar et Albuquerque* em Aubin 2000a: 149. Ver também os relatos de Castanheda acerca dos primeiros anos da presença portuguesa em Ormuz e na região em Castanheda 1979.

1.2. *NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO*: UMA FORTALEZA EM ALERTA PERMANENTE

Quando os portugueses se apoderaram de Ormuz em 1515, encontraram neste pequeno porto um empório comercial governado por um rei cuja actuação era largamente manobrada pelo vizir local, Cojeatar, que se demonstrou mais poderoso do que o próprio rei e um hábil arquitecto contra os portugueses durante os primeiros anos da sua presença na região. Apesar do reino ormuzino estender a sua influência sobre vários portos, ilhas e cidades tanto na margem árabe como persa do Golfo, como já foi visto, a sua soberania não era totalmente estável e tranquila. As disputas pelo poder e os distúrbios internos eram constantes e uma acesa crise dinástica precedeu a chegada dos portugueses. Como tal, quando Afonso de Albuquerque chegou àquele estreito com a determinação de se apoderar da cidade, não encontrou um reino propriamente pacificado<sup>25</sup>.

Por outro lado, à altura da chegada do capitão-mor, apesar de uma governação consideravelmente independente, Ormuz pagava um tributo ao Xá da Pérsia, Ismail I, o fundador da dinastia sefévida que lograra conquistar a Pérsia ocidental e que introduzira no seu território cada vez mais unido e em contínua expansão uma única religião, o shiismo. Este tributo permitia ligar o porto ormuzino às rotas caravaneiras que cruzavam o interior da Pérsia [Couto (2007): 43]. A partir do momento em que Afonso de Albuquerque passava a exigir este tributo ao rei de Ormuz, tornando-o vassalo do rei de Portugal [Saldanha 2006: 76, 82], espoletaria inevitavelmente o desagrado do soberano sefévida.

Como seria de calcular, à medida que iam erguendo a sua fortaleza, os portugueses não podiam deixar de considerar estes elementos. Apesar de uma evidente superioridade naval e militar, não podiam de modo nenhum esperar que a sua presença não desejada fosse recebida de forma fácil e incontestada. A revolta simultânea que eclodiu em 1521 (e que se prologou até Janeiro de 1522) em Ormuz, Barém e Calaiate, fruto de um plano atempadamente preparado pelo círculo próximo do rei de Ormuz, Turan Shah IV, é bem ilustrativa do quão ténue era o fio que segurava Ormuz na posse dos portugueses. A rebelião acabou, todavia, por revelar-se um fracasso, o rei ormuzino foi morto pelo seu próprio vizir e os portugueses, ainda que a custo, restabeleceram a situação. No entanto, ficavam agora bem cientes de que a manutenção de uma cidade como Ormuz exigia tudo menos um ânimo leve<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Para saber mais sobre Cojeatar e a sua relação com Afonso de Albuquerque, bem como uma descrição mais detalhada da crise dinástica que precedeu a chegada dos portugueses, ver *Cojeatar et Albuquerque* em Aubin 2000a, Bouchon 1992: 103-108 e também Couto 2007.

<sup>26</sup> Willem Floor (2006: 106-114) proporciona uma descrição mais pormenorizada da revolta de 1521 – 1522.

Apesar disso, os portugueses tinham, sem dúvida, alguns ventos a soprar em seu favor. Neste início do século XVI, as potências do Médio Oriente e da Ásia Central digladiavam-se constantemente entre si, procurando “esticar” os seus territórios até onde fosse possível. Tal insistência ou necessidade obrigava a uma concentração dos seus esforços bélicos nas fronteiras continentais [Barreto 2000:18]. O próprio soberano sefévida passou a primeira década do seu reinado (1501-1510) a consolidar o território no centro e no norte da Pérsia, guardando assim pouca atenção para os assuntos do Golfo Pérsico e aliviando, por conseguinte, o estabelecimento dos portugueses na região [Black 2004: 22]. Aliás, a conquista de Ormuz em 1515 deu-se num momento em que Ismail I acabava de sofrer um duro golpe na fronteira otomana, a humilhante derrota na célebre batalha de Tchaldiran, em 1514, uma derrota que além de militar abalou o equilíbrio espiritual do Xá [Lockhart 1997: 380]. De modo a tirar partido destas correntes favoráveis, os portugueses teriam que manusear habilmente as suas alianças, nunca esquecendo o quão frágeis, breves e instáveis estas se poderiam tornar. Este era, aliás, um padrão nas relações internacionais asiáticas da época que não era de todo desconhecido das europeias.

De maneira a perceber melhor as dificuldades que os portugueses enfrentaram para manter hasteada a sua bandeira no estreito de Ormuz, é conveniente observar as forças regionais que viriam a ser prejudicadas pela sua chegada e o modo como procuraram ajustar-se às novas circunstâncias, uma vez que o surgimento das proas lusitanas naquelas águas exigia por certo novos alinhamentos. De facto, de cada vez que uma potência europeia decidia aventurar-se pelo Golfo Pérsico, as relações entre os poderes regionais sofriam uma grande, e por vezes inesperada, reviravolta.

Até à chegada dos portugueses eram dois os protagonistas que beneficiavam do comércio das especiarias que chegavam à Europa através da Rota do Levante: os mamelucos do Egipto e os venezianos<sup>27</sup>. Eram estes os intervenientes regionais que procuravam controlar tão próspero comércio, cuja valiosa mercadoria vinha dos mercados da Ásia e do Índico, atravessava o Mar Vermelho em direcção a portos como Alexandria, Cairo ou Alepo, alcançando a partir daí os mercados do Mediterrâneo. A imposição da presença portuguesa na região alarmaria Veneza e o Sultanato Mameluco, ao agoirar o fim de um monopólio que ambos partilhavam (quase) confortavelmente há tanto tempo, o que os levou a unir as suas forças para contrariar a dos portugueses, ignorando um fosso tão largo como as religiões que os opunham [Subrahmanyam 1993: 91].

---

<sup>27</sup> Sobre os protagonistas do Levante antes da entrada em cena dos portugueses, ver Inalcik 2005: 319-320, e Subrahmanyam 1993: 88-93.

Contudo, os portugueses de um lado e os otomanos – que por esta altura pareciam determinados em alcançar o Índico – do outro, infligiriam demasiada pressão tanto sobre venezianos como sobre mamelucos. Em 1516 – 1517, os otomanos conquistariam o sultanato mameluco do Egito, juntamente com a Síria, pondo assim fim à influência mameluca na região e aproximando-se consequentemente do Golfo Pérsico, o que, apesar de afastar definitivamente os rivais do Egito, não deixava de se traduzir numa preocupação para os recém-chegados portugueses. Quanto aos venezianos, se um braço de ferro constante com os otomanos tinha sido desde sempre o maior desafio à sua participação nos lucros do Levante, seriam os portugueses ao estabelecer a Rota do Cabo, a pôr termo ao seu período como “amante europeia do comércio oriental”<sup>28</sup>. A partir de agora, Veneza teria que contentar-se com as fronteiras do Mediterrâneo e concentrar-se em impedir o avanço otomano por este mar europeu. Por outro lado, e o que não deixa de ser contraditório, ao fazer com que o comércio de especiarias chegasse à Europa pelo Cabo da Boa Esperança e danificando consequentemente a posição privilegiada de Veneza, os portugueses acabariam por beneficiar a posição otomana no Levante [Frank 1998: 81].

Ainda que tenha sido a actuação quase simultânea de um poderio crescente tanto de otomanos como portugueses a afastar a influência mameluca e veneziana da região, nada mais os aproximava, pois, ao longo de todo o século em que os portugueses controlaram Ormuz, foram os otomanos a sua principal preocupação<sup>29</sup>. Curiosamente, seria a ameaça otomana que permitiria a aproximação dos portugueses ao Xá da Pérsia, aproximação esta decisiva para a permanência dos portugueses nesta ilha à entrada do Golfo Pérsico [Pearson 2008: 130, 133].

De facto, se não vissem nos otomanos um inimigo comum, muito provavelmente os persas não teriam encontrado qualquer vantagem em alinhar-se junto dos portugueses e em facilitar a sua permanência em Ormuz, bem como a sua intervenção no Golfo, o que não teria permitido certamente aos portugueses a demora secular no estreito. Os otomanos e os persas eram rivais desde há muito, e debatiam-se constantemente pelos territórios fronteiriços da Pérsia ocidental, um conflito que era ainda acerbado pela oposição da vertente islamita que cada um dos soberanos abraçava, o sunismo e o shiismo, respectivamente [Boxer 2001: 56-57]. Por outro lado, por via desta inimizade, a Pérsia desempenhava um importante papel na “política de equilíbrio do Mediterrâneo” [Loureiro 1977: 491] e, logo, na Europa, uma vez que o Mediterrâneo era a principal fronteira comum entre o Império Otomano e a Europa [Casale 2007: 290]. Quando e se os otomanos estavam “distráidos” com os seus conflitos com

---

<sup>28</sup> A expressão é de Arnold T. Wilson (1928: 110). Neste sentido, ver também Braudel 1992-1993: 113.

<sup>29</sup> Sobre a importância de Ormuz para portugueses e otomanos no Golfo Pérsico, ver Melis 2008.

os persas, os europeus poderiam certamente esperar um alívio dos seus esforços por um lado, e uma abertura na vulnerabilidade otomana por outro<sup>30</sup>.

Ao mesmo tempo que o rei de Portugal, ao conquistar Ormuz, estabelecia e estendia a sua supremacia em todo o Golfo Pérsico – uma posição que manteve ao longo de todo o século XVI – também os otomanos expandiam o seu território e poder em direcção ao Golfo, algo que inquietaria sobejamente os portugueses. Tal avanço, paralelo ao dos portugueses na região, exigiria da parte de Afonso de Albuquerque um pulso firme, um traço que não era alheio à personalidade do capitão-mor, que se mostrou bastante sensato ao ponderar uma aliança com o Xá e com o Papa desde o primeiro momento, não apenas contra os otomanos mas também contra os mamelucos<sup>31</sup>.

Convém nunca esquecer que a luta contra os muçulmanos, especialmente os otomanos, a ameaça mais perigosa e naturalmente o inimigo *Infiel* mais temido e odiado, estava na base de toda a iniciativa expansionista. Pelo menos assim o apregoavam os seus protagonistas. Esta era uma causa partilhada pelos reinos cristãos mas também e obviamente pelo Papado. Apesar da Pérsia Sefévida ser também um império muçulmano, a sua natureza não era inteiramente conhecida pelos europeus, circulando inclusivamente uma lenda de que o Xá teria alguma origem cristã pela parte de sua mãe [Couto 2007: 43]. Quaisquer que fossem as suas intenções expansionistas, não ameaçavam de modo nenhum as fronteiras europeias. Eram os otomanos que estavam à porta da Europa. E à porta da Pérsia também. Afonso de Albuquerque demonstraria uma vez mais a sua astúcia ao sugerir uma tripla aliança entre Portugal, a Pérsia e a Santa Sé. Não importava que o Xá fosse também ele muçulmano. O que prevalecia é que existia em comum o inimigo otomano, mais forte do que portugueses e persas se qualquer um deles tivesse que enfrentá-lo isoladamente [Melis 2008: 115].

Esta abertura de relações entre os portugueses e os persas tem que ser entendida no contexto do que era a Pérsia neste início do século XVI: uma dinastia recém-fundada, um jovem e destemido Xá determinado em unir o seu povo sob a obediência a uma única religião,

---

<sup>30</sup> Sobre as diferenças entre otomanos e sefévidas respeitantes ao sunismo e ao shiismo, diz Jorge Flores (2005: 5), que a tal percepção por parte dos portugueses permitia a identificação da fraqueza dos “gigantes”, uma das estratégias do Estado da Índia para lhes fazer frente, na crença de que “a “discórdia entre os infiéis” seria um prenúncio do fim do Islão”.

<sup>31</sup> Os “Comentários” escritos por Afonso de Albuquerque (1557), filho de capitão-mor, proporcionam uma descrição útil e interessante dos seus feitos, acompanhados, claro está, por algumas considerações pessoais: “E neste tempo que Afonso de Albuquerque chegou a Ormuz seria homem de vinte e quatro anos. E como Afonso de Albuquerque era grande conquistador e muito fácil na execução das coisas: escreveu a el Rei Dom Manuel por muitas vezes que fizesse com os reis da Cristandade, que quisessem ter amizade com o Xequê Ismail, e se favorecessem com ele: porque tendo-o da sua parte era mui leve coisa destruir-se o Turco, e o Grão Soldão, e que pedisse ao Papa licença para lhe mandar mestres para lhe fazerem artilharia: porque isto só lhe faltava para distrair o Turco”, ver Albuquerque 1557: fol.298-299. Ver também as cartas escritas por Afonso de Albuquerque dirigidas ao rei D. Manuel I em Pato 1884-1935.

o shiismo, e em expandir e consolidar o seu território, com todas as hostilidades que tão ambiciosas intenções acarretam<sup>32</sup>. Estando a sua expansão territorial concentrada nas fronteiras continentais da Pérsia, os portugueses estavam longe de ser uma ameaça para o ávido soberano sefévida, pelo que este não encontraria grandes inconveniências em pautar as suas relações com os portugueses pela cordialidade.

Os territórios ocupados pelos otomanos, bem como o papel que assumiram como protectores do Islão, que acreditavam nesta altura estar perigosamente ameaçado pela chegada dos portugueses aos mares arábicos e ao Oceano Índico [Inalcik 2005: 320-322], não eram feitos menores do que os que os portugueses protagonizavam por toda a Ásia pela mesma altura. Apesar de ter a sua atenção desviada por Carlos V e pelos venezianos no Mediterrâneo e pelo conflito permanente com o Xá da Pérsia na sua fronteira oriental, em meados do século XVI, o Sultão otomano tinha logrado expandir o seu território até à Síria e ao Egipto, tinha conquistado Bagdad e Baçorá no Iraque, e Adém no Mar Vermelho (a grande frustração de Albuquerque nas Arábias), dando um novo impulso ao comércio das especiarias do Levante. Ao mesmo tempo que abraçava novos territórios no Médio Oriente e que se impunha como potência islâmica principal, avançava também pelo Mediterrâneo, aproximando-se cada vez mais do seu extremo ocidental, algo que não poderia de modo nenhum ser ignorado pela Coroa Espanhola, uma vez que punha em causa o seu poder no Mediterrâneo e, logo, na Europa<sup>33</sup>.

O crescente poder otomano na região alarmava a Pérsia e aproximava-se cada vez mais do Golfo e da supremacia que os portugueses aí tinham alcançado<sup>34</sup>. A ocupação de Baçorá em 1546, em particular, deixava os otomanos demasiado próximos de Ormuz, augurando a possibilidade de tomarem o estreito e daí alcançarem o Índico. Com efeito, os otomanos mostravam-se decididos a prosseguir as suas conquistas pela costa arábica do Golfo Pérsico e a consolidar o seu poder no Mar Vermelho. Os portugueses, por sua vez, pareciam agora ter razão sobeja para temer a capacidade otomana de arruinar a sua presença no Índico<sup>35</sup>. Os

---

<sup>32</sup> Sobre a fundação da dinastia sefévida e o reinado do Xá Ismail I, ver Newman 2006: 13-25, e também Farinha 1998: 175.

<sup>33</sup> Sobre a expansão otomana no Médio Oriente e no Mediterrâneo ver Black 2004: 23, Boxer 2001: 70-71, e Macedo 2006: 131-132.

<sup>34</sup> Sobre as ameaças implícitas no crescente poderio otomano, ver Godinho 1963-1972: 123, e Inalcik 2005: 327.

<sup>35</sup> No seu artigo, "The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf", Svat Soucek (2008), afirma que a ameaça otomana ao domínio português no Golfo Pérsico e no Oceano Índico, apesar de permanentemente sentida pelos últimos, era mais virtual do que real. O autor refere ainda, que as tentativas de conquistar Diu em 1538, de ocupar Ormuz em 1552 e de tomar Barém em 1559, devem ser consideradas três excepções. Neste sentido, ver também Couto 1998: 183-184. Segundo a autora, ao contrário do que tem sido defendido pela historiografia tradicional, os otomanos não estavam verdadeiramente concentrados na expulsão dos portugueses do Índico. Também Michael Pearson (2008: 130) refere que apesar da força do Império Otomano se traduzir numa ameaça

alertas chegaram, por um lado, sob a forma do cerco a Diu comandado pelo governador do Egípto em 1538 e do ataque “não oficial” à mesma fortaleza protagonizado por um grupo de abissínios, turcos e persas em 1546<sup>36</sup>. Por outro lado, a investida protagonizada em 1588 pelo corsário otomano Mir Ali Bey na costa oriental africana e os objectivos ambiciosos que lhe são atribuídos, ou seja, expulsar os portugueses de toda aquela costa e estender a soberania do sultão otomano em toda a região, também viria a alarmar sobremaneira os capitães portugueses daquelas águas<sup>37</sup>.

Ao longo de todo o século XVI, as maiores ameaças reais à fortaleza portuguesa em Ormuz deram-se, precisamente, por iniciativa turca, ainda que nem todas tenham acontecido por ordem do Sultão otomano. Em 1551 – 1552, uma armada comandada pelo almirante turco Piri Reis partiria do Suez em direcção ao Golfo Pérsico, onde saquearia Mascate antes de chegar a Ormuz. Depois de um cerco de algumas semanas que não logrou, contudo, trespassar a resistência portuguesa, o comandante otomano acabaria por retirar, dando a investida como fracassada<sup>38</sup>. Em 1559, o *beylerbey* de Hasa juntaria uma pequena frota e atacaria Barém. Esta iniciativa não seguia directrizes nem de Istanbul nem de Baçorá e acabou também por resultar malograda. Por último, em 1581, um corsário turco juntaria quatro galeotas e saquearia Mascate, para logo regressar ao Mar Vermelho de onde houvera partido<sup>39</sup>.

Os “percalços” no Índico e no Golfo Pérsico protagonizados pelos otomanos contra os portugueses tornavam agora evidente que a presença portuguesa em Ormuz e a influência que a partir desta fortaleza os portugueses exerciam sobre o Golfo Pérsico não eram invioláveis. Ingleses e holandeses não tardariam a chegar aos mares da Ásia para deixá-lo bem provado e, com efeito, a partir da última década do século XVI, a posição portuguesa na região ver-se-ia numa competição que mostrou não ter capacidade para aguentar.

---

constante para os portugueses ao longo do século XVI, por ser uma potência continental, as suas atenções estavam mais viradas para o Mediterrâneo e para o Médio Oriente, nomeadamente a Pérsia, do que para o Oceano Índico, pelo que os receios portugueses eram desnecessários. Giancarlo Casale (2007: 276-277), por sua vez, contraria esta visão, e defende que os otomanos exerciam uma política de “império suave” no Oceano Índico, que passava por expandir a influência otomana através de laços ideológicos, comerciais e diplomáticos com as várias comunidades muçulmanas da região. Também Inalcik e Brummett acreditam nas intenções dos otomanos em relação ao Índico.

<sup>36</sup> Para saber mais sobre estas duas iniciativas ver Couto 1998, Couto 2007: 49-50, e Inalcik 2005: 325-327.

<sup>37</sup> Sobre a expedição liderada por Mir Ali Bey, os objectivos que se propunha atingir e a estratégia otomana em que se inseria, ver Casale (2007: 293), que aponta a iniciativa deste corsário turco como o primeiro passo num esforço prolongado que pretendia criar uma “infra-estrutura imperial otomana centralizada” ao longo de todo o Oceano Índico.

<sup>38</sup> Segundo Soucek (2008: 34-35), tivesse esta iniciativa partido de Baçorá, onde havia capacidade de construir uma armada tão forte quanto a do Suez, em que a distância era metade da que separava o Suez de Ormuz e em que o apoio logístico seria constante ao longo de todo o cerco, e a expedição otomana teria largas probabilidades de ter sido bem sucedida.

<sup>39</sup> Sobre as investidas turcas à fortaleza de Ormuz durante o domínio português, ver Bethencourt & Chaudhuri 1998a: 191, Floor 2006: 170-182, e Özbaran 1994: 129-140.

Por esta altura, depois do longo reinado do Xá Tahmasp, que governou a Pérsia entre 1524 e 1576, a Pérsia assistia a um renascimento do seu poder e influência no Médio Oriente. Apesar de não ter sido tão dinâmico como Ismail I, que o antecedeu, nem tão *Grande* como Abbas I que se lhe seguiu, Tahmasp desempenhou um importante papel na manutenção do equilíbrio da Pérsia no quadro regional. Este equilíbrio viria a ser quase irreversivelmente posto em causa pelos Xás Ismail II e Muhammad Khudabanda, dois reinados que deixariam a Pérsia à beira do colapso, situação que seria invertida pelo espírito audacioso do quinto Xá da dinastia sefévida, Abbas I, o *Grande*<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Sobre os aspectos mais relevantes dos reinados de Tahmasp (r. 1524 – 1576), de Ismail II (r. 1576 – 1577) e de Muhammad Khudabanda (r. 1578 – 1587), ver Newman 2006: 26-49.

### 1.3. ALIANÇAS E RIVALIDADES EM DOIS PLANOS REGIONAIS: A EUROPA E O MÉDIO ORIENTE EM FINAIS DO SÉCULO XVI

Como se pôde ver, a sensação de um estado de alerta permanente dentro da fortaleza de Ormuz não era de modo algum estranha aos portugueses. Foi uma sensação que acompanhou a sua permanência no estreito ao longo de todo o século XVI. Mesmo assim, lograram defender as fortalezas erguidas e proteger a supremacia que exerciam, tanto no Golfo como nos mares do Índico. Atravessaram todo um século balançando prudentemente as suas alianças e perigos, conseguindo conservar a alfândega que era por tantos considerada como uma das mais ricas do *Estado da Índia*. Poder-se-ia dizer que os portugueses conseguiram penetrar na balança de poderes regional, que pelos seus pratos distribuía as forças dos sefévidas, dos otomanos, dos árabes, além da sua. No entanto, este “equilibrado balanço” seria algo também conseguido por ingleses e holandeses, os tão chamados “inimigos da Europa”, que entrariam em cena no virar do século<sup>41</sup>.

O que os portugueses não conseguiram prever, foi como é que os seus rivais europeus viriam a assaltar os seus domínios e a alterar definitivamente o peso de cada prato da balança, desafiando toda a configuração do equilíbrio de poderes no Golfo Pérsico de acordo com as forças que, no primeiro quartel do século XVII, apertavam gradualmente o cerco a Ormuz.

No que diz respeito à perda portuguesa de Ormuz, é muitas vezes mencionada a inscrição numa estátua de Afonso de Albuquerque que se encontrava dentro da fortaleza ormuzina onde se podia ler: “Se inimigos da Europa nesta barra vires surgir, abre a cava, deita-te a dormir”<sup>42</sup>. A estátua foi levada para a fortaleza na década de 1580 pelo então capitão Matias de Albuquerque. Apesar de não haver indicação precisa da sua data, subentende-se que, mesmo não prevendo com exactidão a dimensão da ameaça que vinha da Europa, os portugueses temiam a sua chegada. E foi precisamente nestes finais do século XVI que as primeiras armadas do Norte da Europa zarpariam em direcção ao Oriente com intenções tudo menos modestas.

---

<sup>41</sup> Sobre a concorrência inglesa e holandesa no ultramar, com exaustiva descrição sobre a constituição das Companhias das Índias Orientais, suas características e sua interacção com as forças regionais, ver Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 82-106.

<sup>42</sup> A alusão a esta inscrição pode ser encontrada em Azevedo 1641: fls. 121-122, Loureiro 2007: 103, Rego 1977: 36. Segundo Rui Loureiro (2007: 103), numa altura em que os portugueses já se viam cercados por persas e ingleses, por terra e por mar, esta grande cava ou fosso “transformaria a fortaleza numa verdadeira ilha, difícil de atingir pelo lado de terra”, deixando os portugueses bastante mais seguros das investidas anglo-persas. No entanto, Simão de Melo Pereira, capitão de Ormuz à altura do ataque anglo-persa em 1622, não abriu o fosso, o que teria sido fundamental para uma defesa mais eficaz da fortaleza.

Será talvez conveniente retroceder ligeiramente e esboçar um panorama geral do que sucedia na Europa neste final de século, e de como as relações diplomáticas estavam a ser levadas a cabo pelos diferentes Estados, particularmente aqueles cujos interesses incidiam directamente nas questões asiáticas: Portugal, Espanha, Inglaterra e as Províncias Unidas.

Em 1578, o Rei de Portugal, D. Sebastião, determinado em levar a causa contra o Mouro o mais longe possível, lideraria o seu exército até Alcácer-Quibir, no Norte de África, onde acabaria por perder a vida. Não deixando descendentes e morrendo o seu tio, o Cardeal D. Henrique, já em avançada idade, apenas dois anos depois, a Coroa Portuguesa cairia no colo do rei de Castela, Filipe II. Apesar de não perderem a independência total, a sua autonomia estava agora em mãos do monarca castelhano, sob a “fórmula ambígua de unidade dinástica”<sup>43</sup>.

Nos últimos anos da sua vida, D. Sebastião tinha orientado a sua política externa segundo um imperativo principal: evitar o avanço dos otomanos pelo Mediterrâneo em direcção a Marrocos, o que, a ser concretizado, tornaria as águas do Atlântico permeáveis à ameaça turca. Tal “responsabilidade”, assumida por D. Sebastião a partir da presença portuguesa no Norte de África, adquiria uma dimensão mais do que nacional ou peninsular. Ao proteger as rotas atlânticas, preservava um domínio que era, até então, exclusivamente europeu [Macedo 2006: 154].

Apesar da orientação externa de D. Sebastião ter como fim último agradar de certa maneira as principais potências europeias, ao conduzir a sua acção em direcção a Marrocos e contra os otomanos, o imaturo soberano português acabou por, inadvertidamente, descuidar as suas relações dentro da Europa, até mesmo com os britânicos, aliados por tradição. Deixava assim por cumprir os insuficientes esforços a que vinha a dedicar-se antes da derradeira batalha. Tal complicada conjuntura era agravada porque, não prosseguindo os esforços de D. Sebastião, Portugal deparava-se sem o apoio internacional de que necessitava para assegurar a sua independência integral. Isto tornar-se-ia um problema quando, em 1580, Filipe II de Espanha se tornasse Filipe I de Portugal, pois, infalivelmente, Portugal ficaria agora exposto aos inimigos do Império Espanhol. O soberano castelhano herdaria finalmente um trono desde há muito ansiado pela Coroa Espanhola, e os portugueses herdariam, em seu turno, um sem número de conflitos, dificuldades e inimigos contra os quais não estavam preparados para

---

<sup>43</sup> A expressão é de Jorge Borges de Macedo 2006: 154. Sobre o contexto da união dinástica ver também Valladares 2000: 11-35; Dias & Braga & Braga (1998: 748-760).

lutar, nem tão pouco em condições de ultrapassar<sup>44</sup>. Toda esta reconfiguração do enquadramento geo-político e estratégico dos interesses portugueses viria a manifestar-se especialmente no espaço ultramarino, como Ormuz bem o exemplifica<sup>45</sup>.

Filipe II de Espanha tinha herdado do pai, o imperador Carlos V, um território extremamente vasto<sup>46</sup>. Apesar de não ser fisicamente concentrado, abarcava Espanha, os Países Baixos, alguns territórios em Itália, como Milão, Nápoles, Sardenha e Sicília, esticando-se até à América e às Filipinas na Ásia [Valladares 2000: 12]. Tendo em conta uma Europa no rescaldo das guerras religiosas, Filipe II de Espanha retomaria a causa católica professada por seu pai, assumindo-se a monarquia espanhola como líder das potências católicas. A política anti-protestante que estava determinado a seguir, aliada à posição hegemónica no palco europeu, fazia com que os interesses da Espanha Filipina colidissem acerbadamente com os de Inglaterra que, mesmo não sendo territorialmente tão magnificente, não deixava de se impor naquela Europa do século XVI como uma das principais potências<sup>47</sup>.

Depois de uns escassos quatro anos de casamento com a rainha Maria Tudor, a filha católica de Henrique VIII, que não viveu para dar nem a Filipe nem a Inglaterra um herdeiro, a rainha que sucedeu ao trono britânico, a protestante Isabel, acabaria com as aspirações do soberano espanhol de ver no trono de Inglaterra uma coroa católica.

Por todo o Atlântico, navios e corsários ingleses atacavam os barcos portugueses e espanhóis, evidenciando um poder marítimo e naval em crescendo. Além dos prejuízos em que estes ataques se traduziam, os ingleses foram também recolhendo informação preciosa

---

<sup>44</sup> Uma boa contextualização da expedição fatal de Alcácer-Quibir, bem como das suas consequências, pode ser encontrada no terceiro capítulo de Macedo (2006). O mesmo autor (2006: 154), explica a perda de independência sob a “fórmula ambígua de unidade dinástica” dizendo que camuflava a ausência de poder de decisão político e militar que, acredita, define um Estado. Sobre o significado da união de coroas para os impérios coloniais de ambas, ver Boxer 2001: 117. K. N. Chaudhuri (2005: 81) refere que durante o domínio português no Oceano Índico, os acontecimentos dentro da Europa pouco se reflectiam na Ásia, mas que a chegada de ingleses e holandeses e a sua participação no comércio regional estavam intimamente ligados a “um contexto internacional mais vasto”, ao que não são por certo alheios os conflitos que Espanha mantinha com Inglaterra e as Províncias Unidas e o seu reflexo na possessões ultramarinas portuguesas, em virtude da união dinástica com Espanha.

<sup>45</sup> Sobre a vulnerabilidade do Império Asiático Português durante a união dinástica, ver Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 84, Boxer 1928: 23; Boxer 2001: 115-117; Sallmann 2003: 205-206; Tenenti 2003: 169. Charles R. Boxer (1928: 23) refere que, mesmo que a Coroa de Portugal não se tivesse unido ao Império dos Habsburgos após a crise dinástica de 1580, tanto ingleses como holandeses não teriam deixado de atacar as suas possessões no além-mar, mas afirma também que a união dinástica viria a acerbar estes ataques, permitindo que “incidentes” como o de Ormuz se sucedessem. Também Bethencourt & Chaudhuri (1998b: 84) consideram os ataques norte-europeus contra os portugueses como “parte de uma guerra mais geral contra a Espanha”.

<sup>46</sup> Depois de Carlos V se retirar da arena imperial, o seu legado seria dissolvido, herdando o seu irmão Fernando de Habsburgo a “dignidade imperial”, ou o Sacro Império Romano-Germânico, e o seu filho Filipe a herança ibérica. Ver Bouza 2005: 30-31, e também Mapa “Reparto del imperio de Carlos V” em Tenenti 2003: 99.

<sup>47</sup> Fernando Bouza (2005) dá uma boa ideia da conjuntura que envolveu os primeiros anos do reinado de Filipe II como monarca espanhol. Rafael Valladares (2000: 14-27), por sua vez, faz um breve exposição sobre os primeiros anos de Filipe II de Espanha como I de Portugal.

sobre as riquezas do além-mar, particularmente aquelas que Portugal controlava no Oriente<sup>48</sup>. Na sequência da humilhante derrota que infligiram sobre a Invencível Armada espanhola em 1588, os ingleses viram a sua supremacia naval provada. Ao tomarem conhecimento de todas as riquezas escondidas para lá do Cabo da Boa Esperança, seria apenas uma questão de tempo até apontarem definitivamente os seus lemes a Oriente [Bomati e Nahavandi 1998: 127].

Mas as tensões espanholas dentro da Europa não se cingiam à ilha britânica. Apesar desta inimizade ter sido a mais decisiva na questão de Ormuz, a formação das Províncias Unidas e a luta pela independência face ao Império Espanhol que vinham a empreender desde 1566 teriam também repercussões directas nas relações diplomáticas europeias e nos assuntos do além-mar. Seria, de facto, perigosamente ameaçador para a presença portuguesa nos mares da Ásia. Enquanto os engenheiros da revolta holandesa lutavam pelo controlo de Antuérpia, a sua importância comercial e financeira foi sendo gradualmente transferida para Amesterdão que, ao tornar-se o mercado líder do Mar do Norte, daria aos holandeses o balanço necessário para que estes se pudessem concentrar em horizontes mais longínquos<sup>49</sup>.

Um dos acontecimentos que mais ditaria a vinda dos “inimigos da Europa” para o Índico seria o encerramento dos portos portugueses aos navios dos primeiros. Tanto os mercadores ingleses como os holandeses abasteciam frequentemente os seus navios com os valiosos produtos orientais nos mercados portugueses, levando-as até aos seus mercados no Norte da Europa para aí as venderem. Ao desafiar a hegemonia de Filipe II de Espanha (agora também I de Portugal), fariam com que o monarca ibérico vedasse os portos portugueses a qualquer comerciante oriundo do Norte da Europa [Loureiro 2007: 66; Luz 1952: 291]. Esquecer todos os benefícios que tão valiosa mercadoria poderia trazer não era opção, pelo que, ingleses e holandeses não viram outra alternativa que não ir buscá-la directamente à fonte (algo que, de resto já tinham em mente anteriormente e em que já tinham investido), onde, primeiro os ingleses, depois os holandeses, viriam a formar as Grandes Companhias das Índias Orientais, em 1600 e em 1602, respectivamente<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Há a salientar, em particular, dois episódios: em 1587 os ingleses capturaram a nau S. Filipe, e em 1592, a nau Madre Deus. Tanto uma como outra carregavam documentação valiosa sobre o comércio oriental. Ver Boxer 1928: 13; Rego 1977: 33; e Wilson 1928: 133.

<sup>49</sup> Ver Magalhães 1998: 89-90. Sobre o fim de Antuérpia como empório comercial do Norte da Europa, ver Chaudhuri 2005: 81, e Cordeiro 1896: 2. Sobre o desenvolvimento dos holandeses como potência ultramarina e as suas consequências para o Império Asiático Português, ver Boxer 2001: 115-133. e também Disney 1981: 81-83. Sobre a percepção da ameaça neerlandesa na Ásia pela parte dos portugueses, ver Loureiro 2005.

<sup>50</sup> Sobre a criação e natureza das Companhias das Índias Orientais, particularmente a inglesa e a holandesa, respectivamente *East India Company* e *Verenigde Oost-Indische Compagnie*, ver Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 85; Chaudhuri 2005: 80-97; Disney 1981: 88-89; Matthee 1999: 93-95; Morineau 2004; Pearson 2008: 145; Prakash 2005: 131; Tenenti 2003: 176-179.

A partir do momento em que estas potências norte-europeias, cuja evidente destreza marítima fazia com que não temessem as desconhecidas águas da Ásia, enviaram os seus homens, artilharia e navios para o Oceano Índico, os portugueses deparar-se-iam com fortes razões para temer a preservação da sua supremacia oriental. A partir de agora, ingleses e holandeses escolheriam naturalmente o seu lado na balança de poder regional, onde encontrariam com toda a certeza mais do que um governante desejoso que o peão indicado surgisse e os deleitasse com a tão esperada jogada que afastasse definitivamente os portugueses do tabuleiro asiático, neste caso em particular, do Golfo Pérsico<sup>51</sup>.

Também no palco do Médio Oriente, tal como no da Europa, os mecanismos das relações internacionais estavam constantemente a girar, a equilibrar-se, a ajustar-se. Durante o século XVI, além da Pérsia Sefévida e da Turquia Otomana, a Ásia Central viu nascer perante si um estado imperial no Norte da Índia, o Império Mogol<sup>52</sup>, uma potência tão capaz de (des)equilibrar toda a estabilidade regional da Pérsia como a própria Turquia<sup>53</sup>, e cuja força não pode ser ignorada na questão de Ormuz.

No final do século XV, depois de um percurso tumultuoso, ao capturar Cabul, no Afeganistão, aos uzbeques, Babur, um emir local, conseguiria lançar as bases para que o seu filho, Humayun, e o seu neto, Akbar, consolidassem a supremacia mogol sobre o Norte da Índia, que até à data da morte de Babur, em 1530, apesar de já ter demonstrado as suas potencialidades, ainda não tinha convencido firmemente os territórios que procurava subjugar.

De facto, Humayun herdou um império com algumas “correntes de ar”. Entre elas, aquela que soprava do soberano afegão, Sher Khan, era provavelmente a mais forte. Enquanto Humayun estava concentrado nas suas campanhas a Sul, Sher Khan foi estendendo o seu poder até Bengala, e antes que o século XVI chegasse a meio, tinha o Norte da Índia todo sob o seu controlo, forçando Humayun a recorrer ao seu irmão Kamran para apoio e exílio em Cabul e Qandahar. Ao ver negada a ajuda do irmão, Humayun deu por si a pedir protecção ao então Xá da Pérsia, Tahmasp<sup>54</sup>. Este tornar-se-ia um aliado do imperador sem império nas tentativas de Humayun recuperar o poder. A combinação das suas forças foram bem sucedidas e acabaram por conseguir ocupar tanto Cabul como Qandahar, deixando um Afeganistão já em declínio, sob o domínio do soberano mogol. Mesmo assim, Humayun

---

<sup>51</sup> Ver Mapa 2 em Anexos.

<sup>52</sup> Sobre os impérios Sefévida, Otomano e Mogol diz Jorge Flores (2005:4-5) que são impérios “unidos por uma herança Turco-Mogol comum mas separados por profundas rivalidades políticas”.

<sup>53</sup> Sallman (2003: 67-134) dá uma boa contextualização dos avanços do Islão no século XVI.

<sup>54</sup> Ver Bomati e Nahavandi 1998: 120. Sobre o apoio do Xá Tahmasp a Humayun nestes conturbados anos do seu exílio, diz Jorge Flores (2005: 17), citando Muhammad Rabi, que a “corte persa se apresentava como um refúgio e que proclamava simultaneamente a superioridade dos sefévidas sobre os mogóis”.

deixaria a seu filho, Akbar, um território instável que o último conseguiu expandir e consolidar<sup>55</sup>.

Apesar do apoio do Xá Tahmasp na recuperação do Império Mogol através do Afeganistão, este território seria sempre uma fronteira de tensão entre os dois poderes no final do século XVI e no primeiro quartel do século XVII, especialmente no que dizia respeito à cidade de Qandahar que, sendo uma encruzilhada do comércio caravaneiro da Índia, desempenhava um papel de vital importância na Ásia Central.

Além disso, ao mesmo tempo que geria as suas relações com o imperador mogol, a Pérsia tinha também que lidar com a dinastia uzbeque da Transoxânea, onde esta contestava permanentemente o território do Khorasan, a este do Cáspio, uma quezília, aliás, que acompanhava a Pérsia Sefévida desde o reinado de Ismail I. O que é mais, os uzbeques, que partilhavam o Islão sunita dos otomanos, sendo por isso naturalmente mais próximos do sultão que do Xá, ao ameaçar o Khorasan sempre que os otomanos estavam a braços com a Europa, impediam a Pérsia de se aproveitar da vulnerabilidade otomana [Edwards 1915: 247].

Quando Abbas, o *Grande*, ocupou o trono em 1587, a Pérsia encontrava-se rodeada de potenciais fronteiras de combustão<sup>56</sup>. Dois reinados muito fracos, o de Ismail II (1576 – 1577) e o de Muhammad Khudabanda (1577 – 1587) tinham antecedido o seu, sendo responsáveis por significativas perdas territoriais e por toda a instabilidade interna dos primeiros anos de Abbas como Xá, com as suas inevitáveis repercussões negativas na situação económica do império, ao prejudicar o comércio e a indústria, bem como as condições de vida da população [Roemer 1997: 262]. O Khorasan tinha sido perdido para os uzbeques durante a guerra da sucessão de 1588 – 1589. Em 1594, Qandahar seria perdida para os Mogóis, antes que Abbas tivesse tempo para reorganizar o seu atribulado legado. As perdas mais críticas, contudo, seriam nas fronteiras ocidentais. O inimigo seria, claro está, o otomano. Depois de uma longa guerra entre estes dois vizinhos do Médio Oriente, Abbas ver-se-ia forçado a assinar a Paz de Istambul em 1590, que o obrigaria a reconhecer a perda de importantes territórios como o Azerbaijão, incluindo Tabriz<sup>57</sup>, a primeira capital do império, partes da Geórgia e Qarabagh, a cidade de Erivan e de Ganja, a província de Shirvan e de Daghistan, o Cuzistão, Luristão e o Curdistão, além da cidade de Bagdad na Mesopotâmia [Roemer 1997: 266]. Todos eles territórios que percorriam as fronteiras a noroeste e oeste da Pérsia. A assinatura deste acordo

---

<sup>55</sup> Sobre os primeiros anos do Império Mogol, a conquista e estabilidade do seu território, ver Richards 1987: 6 – 28; Flores 2005: 3-4. Ver também Subrahmanyam 1993: 208-209.

<sup>56</sup> Sobre a Pérsia e as suas “potenciais fronteiras de combustão” da Pérsia de Abbas I, o *Grande*, ver Mapas 5, 6, 7, 8 e 9 em Anexos.

<sup>57</sup> Numa carta datada de 21 de Novembro de 1598, escrita a D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, o rei Filipe I de Portugal menciona a perda de Tabriz para os otomanos [BNL, Cód. 6919, fols. 18-23].

reduziria o império sefévida a “uma potência de segunda ordem” [Sallmann 2003: 133]. Estes focos de tensão em torno da Pérsia Sefévida eram ainda completados pelos assuntos do Golfo Pérsico, cujo controlo estava essencialmente confinado aos otomanos, através de Baçorá – a conduta comercial que ligava o Oriente e o Mediterrâneo, e aos portugueses, através de Ormuz, uma vez que este pequeno reino, como já houve oportunidade de sublinhar, tinha sob a sua alçada os portos, ilhas e cidades costeiras mais importantes daquelas águas [Awad 1985].

Nestes primeiros e conturbados anos do seu reinado, apesar da desafiante conjuntura e dos evidentes insucessos, Abbas concentrou-se em ganhar terreno e reunir todas as condições, internas e externas, que lhe permitissem colocar a Pérsia sefévida de novo numa posição privilegiada no quadro das potências políticas e económicas do Médio Oriente e Ásia Mogol. O primeiro quartel do século XVII a tal se proporcionaria e uma vez alcançado tão ambicioso objectivo, seria altura para o Sofi se comenetrar em tornar o Golfo verdadeiramente Pérsico<sup>58</sup> [Gil Fernández 1997: 312].

---

<sup>58</sup> Ver Mapa 10 em Anexos.

PARTE II: ORMUZ, 1622: UM ESTREITO GLOBALIZADO

2.1. A POLÍTICA DE ABBAS, O *GRANDE*, NO GOLFO PÉRSICO

Ormuz era, de facto, importante para muitos. A presença que assegurava no estreito que ligava o Mar Árabe (e logo, o Oceano Índico) ao Golfo Pérsico era de um valor geo-estratégico extremo. O controlo que os portugueses mantiveram sobre a ilha e sobre o estreito ao longo do século XVI, apesar de permanente, nunca foi absolutamente estável. Eram muitas as forças que orquestravam a balança de poderes naquelas águas. Equilibrar a ameaça otomana, o assédio árabe, a amizade persa e a subserviência ormuzina provou-se um ofício sobejamente custoso, mas com o qual os portugueses lidaram com bastante sucesso<sup>59</sup>.

No entanto, o século XVI chegava ao fim. Com ele, toda uma nova reconfiguração de equilíbrios tomava lugar naquelas águas. O sefévida Abbas I, o *Grande*, protagonizaria uma reviravolta na distribuição de forças no quadro regional. Criou um novo exército, poderoso e leal, que lhe permitiu a autoridade necessária para impor o domínio sefévida no interior do território persa e assegurar a obediência de toda uma população, ao mesmo tempo que consolidava as suas fronteiras externas e impunha respeito aos vizinhos historicamente conflituosos. Tal estabilidade permitia-lhe, finalmente, concentrar a sua atenção no Golfo.

Esta era uma iniciativa que seria inicialmente levada a cabo pelos esforços sefévidas, mas que cedo contaria com o apoio de ingleses e mais tarde de holandeses que, neste virar de século, já desbravavam todo o Índico, sem intenção de descuidar o Golfo Pérsico, aliciados que eram pelo chamariz dos lucros da seda persa e pelas vantagens económicas que a participação no comércio regional lhes trariam. Cerco a cerco, ataque a ataque, os persas aproximavam-se de Ormuz e os portugueses sentiam-no. Da mesma maneira que sentiam a presença não desejada dos “inimigos da Europa”. Os contactos diplomáticos intensificavam-se de parte a parte. O Xá insistia na aproximação à Europa com vista a uma aliança com os principais reinos europeus contra os otomanos, e investia (ainda que de uma forma algo ambígua) em várias frentes, essencialmente, Espanha e Inglaterra. Estes procuravam também, pelos seus próprios meios, a aproximação ao Xá. Abbas acabaria por preferir a amizade – militar e comercial – primeiro de ingleses, depois também de holandeses, o que se provaria fatal para a presença portuguesa no Estreito de Ormuz.

---

<sup>59</sup> Como refere Rui Loureiro (2007: 75), “nas águas do Mar da Arábia e do Golfo Pérsico, os portugueses beneficiaram da circunstância de nem os potentados árabes, nem os otomanos, nem os safávidas possuírem meios navais capazes de fazerem frente aos navios lusitanos”.

A aproximação aos europeus é procurada pelo Sofi ao mesmo tempo que este gere habilmente as relações com os seus vizinhos – otomanos, uzbeques e mogóis. Quando se lançou sobre Ormuz, jogava o Xá com uma multiplicidade de forças: alguma paz com os otomanos e os uzbeques no Norte do seu território e, acima de tudo, alguma superioridade militar sobre eles no quadro regional; o conflito com o Império Mogol na importante cidade de Qandahar, onde os dados se viravam a seu favor; a vontade de duas poderosas potências europeias – Inglaterra e Províncias Unidas – de aceder ao lucrativo comércio da seda e de se imporem como seus agentes entre a Pérsia e a Europa em detrimento da Coroa Ibérica; e, por fim, a crescente debilidade de portugueses e espanhóis face a ingleses e holandeses em todos os mares do Índico e que acabou por expressar-se inevitavelmente no Golfo Pérsico, debilidade que não seria sequer contornada pela aproximação a otomanos e mogóis. Em Ormuz, naquele ano de 1622, a fortuna não estava, de todo, do lado dos portugueses.

Permitir-nos-á toda esta conjuntura sugerir que o conflito pelo controlo de Ormuz e do seu estreito – bem como todos os conflitos que se lhe encontram de alguma maneira associados – pode ser considerado um exemplo do início da globalização das relações internacionais no Período Moderno?

Abbas encarregou-se do seu império determinado a restabelecer o poder da Pérsia no Médio Oriente. Antes de se dedicar aos desafios que sopravam dos quatro ventos, Abbas não podia deixar de resolver o estado caótico em que os seus predecessores tinham deixado o seu reino. Para começar, o governo central era posto em causa pelo excessivo poder dos *qizilbash*<sup>60</sup>, as tribos turcomanas com origem na Anatólia Oriental e no Azerbaijão que deviam a sua influência política e militar aos seus antepassados, que tinham lutado ao lado de Ismail I na fundação da dinastia sefévida [Roemer 1997: 263]. Durante o século XVI, a maioria da classe governante do Estado sefévida e praticamente todo o exército estavam a cargo dos turcomanos, guerreiros conhecidos pela sua bravura e que tinham o exército organizado de forma tribal, ou seja, os guerreiros de cada tribo tinham como comandante o *emir* da sua própria tribo, o que se mostrou bastante eficaz para a sua coesão. Apesar de fundamentais para alicerçar as bases do império sefévida nos tempos de Ismail I, a influência dos *qizilbash* evoluiu de tal maneira que, depois da morte do primeiro soberano da dinastia, se tornaram responsáveis pela instabilidade interna do reino, desafiando a soberania dos sucessivos Xás e aproveitando os períodos mais conturbados do estado, como a primeira

---

<sup>60</sup> *Qizilbash* significa “cabeça vermelha” e deve-se à introdução de um uniforme para os membros das tribos turcomanas que consistia num turbante vermelho, nos tempos de Ismail I. As fontes portuguesas da época referem-se aos *qizilbash* como gazeisbaixos ou casselbaxos. Ver Couto e Loureiro 2007: 46, 76; Savory 1967: 75.

década do reinado de Tahmasp ou os anos críticos dos reinados de Ismail II ou Muhammad Khudabanda, para fazer escalar o seu poder e sobrepô-lo, inclusivamente, ao do próprio Xá.

O impacto negativo dos *qizilbash* na estabilidade interna do império começou a ser entendido pelo Xá Tahmasp, e seria este a pôr em prática as primeiras medidas com vista à redução da força das tribos turcomanas, em privilégio da dos persas. Os conflitos entre as elites turcomanas e as elites persas do reino vinham já desde os tempos de Ismail. Equilibrar as duas forças foi, aliás, um dos maiores sucessos do fundador da dinastia. E já desde o seu tempo, que aos *qizilbash* lhes tinham sido atribuídos os cargos político-militares mais importantes, e aos persas (ou *tajiks*) os cargos administrativos de maior relevância. Consciente da influência gradual dos turcomanos, Tahmasp levaria a cabo uma verdadeira mudança social e política que pretendia centrar o reino sefévida em território persa, uma das razões que o levou a transferir a capital de Tabriz, em território turcomano (além de demasiado próxima da fronteira otomana), para Qazvin, em pleno território persa [Sallmann 2003: 128].

Por outro lado, a excessiva autonomia e incontrolável indisciplina dos *qizilbash*, além de responsável pela fraqueza dos soberanos sefévidas – principalmente Ismail II e Muhammad Khudabanda, acabavam por permeabilizar o império face aos seus adversários. Até porque, e também associado à instabilidade provocada pelas elites turcomanas, o império encontrava-se então desprovido de um exército leal à autoridade do Xá e suficientemente forte para fazer frente às ameaças fronteiriças. Este vazio na defesa do estado sefévida juntamente com as suas dissidências internas, deixava a Pérsia vulnerável perante os seus inimigos, principalmente otomanos e uzbeques, que souberam aproveitar-se de tal fragilidade nas conturbadas décadas de 70 e 80 do século XVI para avançar sobre o território persa [Savory 1997: 363]. Seria a ascensão de Abbas que provocaria o declínio da aristocracia turcomana e da sua influência política e militar, bem como do seu estatuto social, acabando por neutralizar os principais governadores turcomanos, pelo menos aqueles que constituíam uma ameaça maior ao poder centralizado que o Xá pretendia instituir.

No entanto, o declínio dos *qizilbash* como força militar deixava uma lacuna por compensar na defesa do Estado de Abbas, uma lacuna que o *Grande* conseguiu preencher com um admirável sucesso, a partir de uma iniciativa que teve também a sua origem no reinado de Tahmasp. Abbas criou uma nova força de cavalaria no exército sefévida composta por *ghulams* (i.e. “escravos” do Xá), escravos georgianos, circassianos e arménios, recrutados em criança, convertidos ao Islão e treinados para ocupar cargos militares e administrativos no Estado, alguns dos quais viriam gradualmente a ocupar uma boa parte das posições políticas,

militares e administrativas dentro do império. Seria desta nova força militar devota ao Xá, que sairia um dos seus governadores mais importantes, Allahverdi Khan, governador da província de Fars, grande responsável pelo avanço persa sobre o Golfo e, conseqüentemente, Ormuz, e cujos feitos ganhariam a admiração e confiança do Xá que acabaria por torná-lo sultão. Ao mesmo tempo que reforçava a cavalaria do seu exército, o Xá criava também um corpo de mosqueteiros e de artilharia, que viria a ser influenciada pelos futuros aliados britânicos<sup>61</sup>. O recurso às armas de fogo era, de resto, algo em que os sefévidas se mostraram sempre reticentes, pelo menos até ao reinado de Abbas [Savory 1967: 78-79].

Com um exército cada vez mais disciplinado, coeso e fiel à sua autoridade, Abbas foi gradualmente conquistando e pacificando o território interior da Pérsia. A sua aquiescência ao acordar a Paz de Istambul com os otomanos em 1590 é muitas vezes considerada humilhante. No entanto, as tréguas com o seu arqui-inimigo turco permitiram-lhe concentrar-se na resolução dos seus problemas internos, não só na influência dos *qizilbash* e no deficiente exército, mas também na estabilização do seu próprio reino [Roemer 1997: 267].

Para tal efeito, procedeu à substituição de províncias do Estado (*mamalik*) por terras da Coroa (*khassa*). Com a reorganização administrativa resultante desta política fiscal, uma das mais significantes do reinado de Abbas, os rendimentos das principais regiões da Pérsia sefévida deixavam de reverter para os *qizilbash*, governadores destas províncias antes autónomas e ficavam reservados ao Xá. Foi uma medida fundamental para o sucesso político-económico de Abbas, uma vez que conseguiu o duplo objectivo de enfraquecer as tribos turcomanas e enriquecer o tesouro do reino, possibilitando, por sua vez, toda uma outra série de medidas responsáveis pela re-emergência da Pérsia no quadro político-económico da região [Matthee 1999: 63; Savory: 1997: 364-366]. Assim, ainda em 1590, aniquilando a influência das tribos turcomanas, em constantes quezílias entre si, conseguiu pacificar as províncias de Fars e de Kirman. Nos anos seguintes, incorporou as províncias autónomas de Gilan (1592-1595) e de Mazandaran (1596-1598) junto ao Cáspio, importantes regiões produtoras de seda, cujos rendimentos passavam agora a ser revertidos para os cofres do Estado [Floor 2006: 199; Matthee 1999: 74-76; Roemer 1997: 268-269].

Depois de reconquistado o seu próprio território, leia-se, de retirada a autonomia aos governadores turcomanos que não lhe eram leais [Newman 2006: 53], um Estado pacificado e

---

<sup>61</sup> Sobre a reorganização do exército persa, ver Floor 2006: 199; Newman 2006: 52; Roemer 1997: 265-266; Sallmann 2003: 131-132; Savory 1997: 364; Savory 1967: 76. Sobre a contribuição britânica, através dos irmãos Anthony e Robert Sherley, para a introdução de armas de fogo no exército de Abbas ver Savory 1967. Savory 1967: 81, acredita que os responsáveis pela introdução da artilharia no exército sefévida se deve não tanto aos irmãos Sherley, como é ocasionalmente mencionado, mas sim, e antes de mais, aos Venezianos e depois aos Portugueses, pela proximidade de relações com os persas conseguida através da sua presença no Golfo Pérsico.

centralizado, e com uma nova força militar “capaz de rivalizar com a dos otomanos” [Sallmann 2003: 132], Abbas estava agora preparado para se dedicar à consolidação do seu império no quadro regional.

Num território com fronteiras tão susceptíveis como era o da Pérsia, cada conflito era bem equacionado pelo Xá. Poder-se-á mesmo dizer que Abbas evitava acender conflitos em mais do que uma frente em simultâneo [Roemer 1997: 267; Matthee 1999: 75]. Se tivermos em conta as quatro fronteiras “quentes” da Pérsia sefévida – otomana, uzbeque, mogol e a do Golfo – e observarmos cronologicamente como Abbas apagou cada um destes fogos, fica a ideia de que o modo como o soberano persa alcançou a integridade territorial do seu reino fez parte de uma estratégia ponderada, ainda que fruto, em parte, de um conjunto de circunstâncias favoráveis.

Assim, subtilmente, e de certo modo também pacientemente – caso contrário não teria aceitado os termos desfavoráveis acordados na Paz de Istambul de 1590 – esperou até reordenar as suas possessões territoriais internas, construiu um exército poderoso e leal, antes de pôr em prática as acções políticas que fariam com que viesse a ser recordado como o *Grande*. Um a um, recuperou os territórios perdidos, sempre balançando tacticamente a sua posição no quadro regional, e medindo sempre cada um dos seus movimentos de acordo com os poderes circundantes, bem como as suas potencialidades como futuros aliados ou as suas ameaças como futuros inimigos<sup>62</sup>.

Abbas começou por impor o seu domínio no Coraçone e afastar a ameaça uzbeque deste território, para depois ajustar contas com os vizinhos otomanos e recuperar importantes territórios de que tinha sido privado com a assinatura da Paz de Istambul, para então concentrar atenção e esforços na costa do Golfo Pérsico e nos pontos mais importantes daquelas águas, como Ormuz, e ganhar, por fim, Qandahar ao Império Mogol, e Baçorá e Bagdad ao Império Otomano, cada uma destas cidades com um valor económico e estratégico considerável.

As primeiras campanhas vitoriosas lideradas por Abbas vão concentrar-se no Coraçone. Depois dos atribulados primeiros anos do seu reinado terem permitido aos uzbeques a ocupação de grande parte deste território no Nordeste da Pérsia, em 1598 o destemido Xá, já com um poderoso exército e usufruindo da instabilidade vivida pelos uzbeques devido a uma crise de sucessão, avança triunfalmente sobre Mashad e Herat (as

---

<sup>62</sup> Loureiro (2007: 75-76) faz um bom apanhado dos primeiros anos do reinado de Abbas I. Cordeiro (1896:7) oferece uma descrição, talvez demasiado emotiva, de como os governantes e potentados locais geriam as suas alianças com os estrangeiros.

idades mais importantes da província), ocupando outras cidades de relevância na região. Ao pôr cobro ao conflito que desde há tanto mantinha com os uzbeques, Abbas acaba por estabilizar as fronteiras orientais e impor o seu poder não só no Coraçone, mas também na Ásia Central, estabilidade que só voltaria a ser “incomodada” quando se voltasse a acender o conflito em torno da cidade de Qandahar, em 1622.

Afirmadas as fronteiras orientais, era altura do Xá ajustar contas com os otomanos e recuperar as zonas pertencentes à Pérsia que, ao momento, respondiam perante a autoridade do Sultão. Nos primeiros anos do século XVII, depois de uma série de incursões militares sobre os territórios ocidentais da Pérsia, Abbas recuperaria o Azerbaijão e a cidade de Tabriz, as cidades de Erivan e Nakchivan, a Arménia, Qarabagh, Shirvan e a Geórgia. As sucessivas vitórias de Abbas culminam com a assinatura de uma nova Paz de Istambul em 1612, desta feita, com claro prejuízo para o lado otomano<sup>63</sup>.

Estabilizadas as suas fronteiras continentais, era altura para o Xá direccionar os seus intentos para o Golfo Pérsico, cujo domínio se dividia entre os otomanos a norte, através de Baçorá, e os portugueses a sul, através de Ormuz. A partir do momento em que Abbas concentrou a sua política no Golfo Pérsico, os portugueses passaram a ter sérios motivos para sentir ameaçado o controlo que tinham sobre a ilha e o estreito de Ormuz, bem como o domínio que tinham vindo a exercer sobre o Golfo desde o início do século XVI<sup>64</sup>.

Em 1601-1602, por intermédio de Allahverdi Khan, o Khan de Xiráz e um dos governadores *ghulams* mais próximos e fiéis ao Xá, o soberano sefévida estendeu o seu domínio até à província de Lar, incorporando-o no seu reino, província que tinha, até então, servido como uma barreira política, autonomizando a influência do reino de Ormuz da influência do império sefévida<sup>65</sup>. Ao controlar o território no sudoeste da Pérsia, Abbas aproximava-se cada vez mais do Golfo, o que não era, por certo, bom agouro para a presença portuguesa na região. A ameaça persa tornava-se gradualmente mais real e, ainda em 1602, o mesmo governador conquistaria a ilha de Barém com o aval do Xá, sob o pretexto de que a ilha era património dos seus antepassados. Este avanço crescente indiciaria razões sobejas para que os portugueses temessem pela segurança de Ormuz.

---

<sup>63</sup> Sobre a vitória persa sobre os uzbeques e os otomanos em torno dos territórios orientais e ocidentais da Pérsia, ver Bomati e Nahavandi 1998: 145-152, Roemer 1997: 267, Sallmann 2003: 133.

<sup>64</sup> Sobre o avanço persa sobre o Golfo Pérsico ver Bacquè-Grammont, Couto & Taleghani 2006: 306-309; Boxer 1935: 56; Cunha 1995: 27; Floor 2006: 199-203, 215-217; Gil Fernández 2006: 37-38; Gil Fernández 2008: 184-185; Leite 1940: 3; Loureiro 2007: 76; Matthee 1999: 79. Ver também Bocarro 1876: 34.

<sup>65</sup> Gouveia 1615, fols. 20-22. Ver também Gil Fernández 2008: 184.

A ilha de Barém, na costa árabe do Golfo, era um dos maiores, senão o maior banco perlífero do Golfo<sup>66</sup>, e por isso uma importante fonte de rendimento para o reino de Ormuz, estando sob o domínio português desde 1521. García de Silva y Figueroa, um dos embaixadores ibéricos enviados por Filipe III de Espanha, II de Portugal, à corte do Xá Abbas (1614-1619), enfatiza a riqueza da ilha de Barém, dizendo que é “tão celebrada no mundo pela riquíssima pescaria de suas pérolas como as melhores e mais perfeitas de todo o Oriente”. Perdida Barém, os portugueses passam a recorrer a Julfar, outro importante banco perlífero que compensaria parte do prejuízo [Cunha 1995: 27], mas também este seria tomado pelos persas em 1614.

Ao longo do século XVI, Barém tinha funcionado como uma linha divisória entre a rivalidade portuguesa e otomana, limitando a influência de cada uma das suas forças no Golfo, tendo, por isso mesmo, sido alvo de uma disputa constante entre os portugueses e os otomanos, os primeiros confinados a sul e os últimos a norte [Awad 1985: 124; Gil Fernández 2008: 184; Ozbaran 1994: 136-139]. Ao ocupar Barém, os persas tornavam-se um perigoso vizinho para os portugueses naquelas águas. Estes, por sua vez, estavam cada vez mais conscientes, não só da política expansionista de Abbas, mas também das suas intenções em relação a Ormuz e sabiam que era apenas uma questão de tempo até o sefévida investir no alargamento da sua esfera de influência dentro do Golfo. A restituição da ilha de Barém aos portugueses seria um tópico frequente na diplomacia entre a Coroa Ibérica e a Pérsia sefévida: “[...] e porque a dita ilha [Barém] e fortaleza há de importância o que sabeis, para a conservação da de Ormuz e tirar ao rei da Pérsia a ocasião de poder pôr os olhos nela, vos encomendo muito que na mesma conformidade trabalheis para recuperá-la [...]”<sup>67</sup>. No entanto, a insistência filipina não se veria capaz de contornar a teimosia do Xá, como se verá mais adiante.

Ainda no mesmo ano, os persas poriam cerco ao Comorão, que encarava Ormuz desde o litoral persa e onde os portugueses tinham uma fortaleza. Segundo António de Gouveia, um agostinho que serviria de intermediário nos contactos entre a Pérsia e a Coroa dos Habsburgos, o cerco ao Comorão não era mais do que uma tentativa de desviar os esforços

---

<sup>66</sup> Ver Silva y Figueroa, 1903-1905: 296. Don García da Silva y Figueroa deixaria para trás uma narrativa da sua experiência, e os seus *Comentários de D. García da Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Filipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia* (1903-1905) proporcionam uma visão sobejamente interessante das relações entre Espanha, Portugal e a Pérsia, além de exaustivas descrições da região do Médio Oriente. Ver Palácios 1928. Ver também Luz 1952: 316.

<sup>67</sup> DRI-I-Doc. 73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 220.

portugueses do socorro à ilha de Barém<sup>68</sup>. Fossem esses os objectivos reais dos persas ou não, a verdade é que se reflectia no comércio de Ormuz, uma vez que, sitiados os portugueses pelos persas no Comorão, não permitiam que as caravanas passassem à ilha [Floor 2006: 204]. O cerco não se prolongaria por muito tempo, mas os persas continuavam (demasiado) próximos.

Logo depois da ocupação da ilha de Barém, Allahverdi Khan procedeu a uma série de ataques a povoações costeiras do território do Mogostão, povoações estas até então sob a tutela do reino de Ormuz. Quando estas se rendem perante a superioridade militar persa, Abbas vê o seu império consolidado nas margens do Golfo. Mesmo a revolta anti-sefévida, supostamente instigada pelos portugueses em 1606, não surtiu qualquer efeito, pois foi abafada no mesmo momento pelo governador de Lar<sup>69</sup>.

Os portugueses vêem assim o seu poder na região em evidente retrocesso, situação agravada pelo duplo golpe sofrido em 1608: os persas, ainda sob o comando do Khan de Xiráz, ocupariam e construiriam uma fortaleza em Queixome e outra no Comorão. Ambas as iniciativas teriam um preocupante impacto para os portugueses, já que tanto Queixome como o Comorão eram de uma importância extrema para Ormuz e o soberano habsburgo advertia para a necessidade de que não se deixasse construir os fortes: “[...] fazendo-lhe [ao Khan de Xiráz] para isso a guerra necessária na forma que convier [...]”<sup>70</sup>. Como se sabe, a pequena ilha que controlava a entrada do Golfo Pérsico, era desprovida de água e de solos férteis que lhe permitissem viver da sua própria produção. O mesmo não se passava com Queixome que, mesmo diante de Ormuz, se havia desde há muito tornado responsável pelo seu abastecimento de água e mantimentos<sup>71</sup>. Já o Comorão era o elo de ligação entre Ormuz e as rotas comerciais que cruzavam a Pérsia nos vários sentidos, além de fornecer, claro, parte das suas provisões [Floor 2006: 209; Loureiro 2007: 79-80].

A iniciar-se a segunda década de seiscentos, as relações entre portugueses e sefévidas tinham entrado num clima em que “a acção militar era iminente” [Floor 2006: 215]. Em 1614, novamente o Khan de Xiráz, com o consentimento do Xá, lançar-se-ia sobre o Comorão e

---

<sup>68</sup> Gouveia 1615, fol. 16; Azevedo 1641, fol. 32.

<sup>69</sup> DRI-I-Doc. 73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 218: “O arcebispo e governador me escreveu, por sua carta de 24 de Dezembro de 1606, o levantamento que aquele ano fizeram os naturais da terra do Mogostão contra os turquimães e capitães do Xá; e que, acudindo a isso o sultão de Lara, começou logo a tentar novidades contra Ormuz [...]”. Ver também Floor 2006: 205.

<sup>70</sup> DRI-I-Doc. 110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 325. Ver também Floor 2006: 209.

<sup>71</sup> Sobre a perda de Queixome e a necessidade de socorrer Ormuz, ver BNL, Cód. 580, fols. 86-93; e também Azevedo 1641, fols. 32-33.

com uma força militar arrebatadora poria novo cerco à cidade, desta vez com intenção de tomá-la, o que acabou por conseguir, pese embora a resistência oferecida pelo comandante da fortaleza portuguesa<sup>72</sup>. A perda definitiva do Comorão, que passava agora a responder pelo nome de Bandar Abbas, seria um mau prenúncio do que estava para vir. Já em 1602, altura do primeiro cerco persa ao forte português do Comorão, Frei António de Gouveia escrevia “se lhe largássemos o Comorão [aos persas] nos haviam de vir inquietar a Ormuz”, opinião partilhada pelo cronista António Bocarro na sua *Década 13* onde dizia que “em se perdendo o Comorão, logo Ormuz se perdera”, presságio que viria a provar-se verdadeiro<sup>73</sup>. Os portugueses perdiam assim o controlo sobre o único porto que conservavam até então na costa persa, para além de o rei de Ormuz voltar a reconhecer o antigo laço de vassalagem ao Xá, tornando por isso a pagar-lhe o tributo que devia à Pérsia nos tempos de Ismail, antes da chegada dos portugueses [Gil Fernández 2008: 180].

Ora, com Barém, Queixome e o Comorão sob a alçada do Xá Abbas, a presença portuguesa em Ormuz ficava demasiado dependente da boa-vontade sefévida que, por esta altura, era cada vez mais escassa em relação aos portugueses. À medida que a sua influência naquelas águas progredia, a dos portugueses retrocedia [Gil Fernández 2006: 38; Gil Fernández 2008: 186]. Até porque o Xá já não se sentia ameaçado por turcos e uzbeques, os arqui-inimigos que tinham desviado a sua atenção do Golfo nas duas últimas décadas de quinhentos. De facto, todas as acções de Abbas que diziam respeito a Ormuz estavam dependentes das suas relações com os seus vizinhos continentais, principalmente os otomanos, e no Golfo os portugueses actuavam, por sua vez, consoante o estado das coisas entre persas e otomanos: “[...] o dito rei da Pérsia trata pazes com o turco, e tem ruins intentos contra a fortaleza de Ormuz [...]”<sup>74</sup>. Por certo, o soberano sefévida não estava disposto a desafiar os portugueses nas margens persas do Golfo – onde, lembremo-nos ainda, era exigida uma considerável força naval, algo em que os sefévidas nunca tinham investido – enquanto enfrentava o assédio terrestre nas suas fronteiras mais quentes: a otomana e a uzbeque.

---

<sup>72</sup> Sobre a tomada persa de Comorão ver Bocarro 1876: 344-349.

<sup>73</sup> Gouveia 1615, fol. 15-17; Bocarro 1876: 349.

<sup>74</sup> DRI-II-Doc. 312, pp. 312-319, Carta régia ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1613, p. 313; Ver também DRI-I-Doc.110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 326: “[...] fui avisado que, dando-se-lhe [ao Xá] uma carta minha, a não quis receber, nem ouvir a quem lha dava, por respeito das pazes que o imperador fez com o turco [...]”; No seu regimento a Frei António de Gouveia, Filipe II de Portugal pede: “[...] tereis particular cuidado de me escrever por todas as vias que se oferecerem assim por terra como por mar os recontros e sucessos que o Xá e os seus exércitos tiverem com os Turcos [...]”, ver BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 163.

Esta combinação de circunstâncias tinha muito pouco de novidade para os portugueses, desde há muito cientes de que a sua calma no Golfo e a sua amizade com as forças sefévidas estavam dependentes dos atritos nas fronteiras otomanas e uzbeques do Xá, atritos estes que, para fortuna dos portugueses, tinham sido constantes ao longo do século XVI. Precisamente por saberem que a sua tranquilidade no estreito de Ormuz dependia da ocupação do Xá com as suas fronteiras terrestres, principalmente a dos otomanos<sup>75</sup>, os portugueses cedo se aperceberam das vantagens de fomentar a guerra contra o “Turco”, incitação que era uma constante nas suas aproximações à corte do Xá Abbas. Numa carta ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Filipe II de Portugal instiga a “[...] haverem de procurar entender os procedimentos daquele rei [o Xá] e incitá-lo sempre a prosseguir a guerra contra o Turco [...]”<sup>76</sup>. Os persas, por sua vez, tinham também noção de que quaisquer conflitos que se acendessem nas suas fronteiras do Norte inibiam a vontade que tinham de recuperar Ormuz, principalmente num momento em que os portugueses davam os primeiros sinais de fraqueza [Gil Fernández 2006: 85; Luz 1952: 318].

A partir do momento em que tomam conhecimento do carácter destemido de Abbas e dos seus objectivos expansionistas, os portugueses começam a consciencializar-se de que Ormuz, bem como as principais fortalezas que detinham no estreito, no Golfo Pérsico e no Mar de Omã, exigiam um investimento considerável na sua defesa, pelo que começam também a empreender iniciativas nesse sentido, o que, de resto, era já uma preocupação do *Estado da Índia* em todas as partes da Ásia: “E porquanto o que se tem alcançado dos intentos dos persas contra Ormuz, obriga a ter maior cuidado das coisas daquela fortaleza, vos hei por mui encarregado que procureis como na guarda dela e do estreito haja particular vigilância, e a façais ter sempre tão bem provida do necessário para a sua defesa, que não possa correr nenhum risco [...]”<sup>77</sup>. Era essa uma das razões porque os portugueses se esforçariam

---

<sup>75</sup> Sobre a tranquilidade que o conflito entre persas e otomanos reflectia em Ormuz, veja-se a carta enviada pelo vice-rei da Índia, Rui Lourenço de Távora, a Filipe II de Portugal, datada de Dezembro de 1609: “[...] não há indicação de movimento algum da parte do Xá nem de presente se pode recear por ele andar muito embaraçado com a guerra do Turco [...]”, BNL, Cód. 1975, fol. 366. Sobre a noção de Filipe II de Portugal das verdadeiras intenções do Xá, ver a introdução de José Gervásio Leite em Andrade 1940: 4: “[os portugueses] sabiam que quanto mais depressa fosse vencido o Turco, mais depressa nos cairia em cima todo o poder do Xá”. Neste sentido, ver também Boxer 1935: 56-58.

<sup>76</sup> DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 13. No regimento que o mesmo rei dá a Frei António de Gouveia (Madrid, 17 de Março de 1612) é também esta uma das indicações do monarca ibérico, que enfatiza “[...] o quanto convém perseguir a guerra contra o Turco comum inimigo e procurar com ela de o extinguir de todo[...]”. Ver BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 162. Ver também Floor 2006: 210.

<sup>77</sup> DRI-II-Doc.372, pp. 426-427, Carta régia ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1613, p. 426. DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 15: “[...] e na guarda e vigia da dita fortaleza de Ormuz mandareis ter todo o cuidado que convém em tempo que naquele reino há tantas alterações [...]”. Em relação à gradual aproximação dos persas a

permanentemente para não “provocar” os ânimos do Xá. Já numa carta enviada pelo rei D. Filipe I a D. Francisco da Gama, escrita em finais do século XVI, o monarca sublinhava “[...] o quanto convém conservar a amizade do Xá Rei da Pérsia [...] como coisa que tanto importa [...]”, pedindo também ao vice-rei que o avisasse de “suas [do Xá] coisas e sucessos”<sup>78</sup>. Mesmo assim, as relações entre persas e portugueses pautavam-se cada vez mais por uma desconfiança mútua, camuflando uns e outros tanto quanto podiam os seus verdadeiros interesses<sup>79</sup>. Na sua “Década 13”, António Bocarro revela a desconfiança no carácter do Xá Abbas: “Era este rei [Abbas] grande homem de guerra, assim no espírito como de invenções e traças para poder conseguir o que pretendia, fosse por quaisquer meios que pudesse, sem guardar fé nem palavra; [...] E assim depois que viu que sua Majestade lhe não deferia nada às suas pretensões não deixava de mandar embaixadores, e fingir amizades e grande desejo de as conservar, porém debaixo disto fazia coisas que mostravam bem diferente ânimo, como foi na tomada da ilha de Barém, que sendo uma das melhores que possuía el-Rei de Ormuz, e sua Majestade melhor por ele ser seu vassalo, não teve o Xá sossego até a pôr debaixo de sua jurisdição; e sobre isto dizia que queria senão paz e muita amizade com sua Majestade [...]”<sup>80</sup>. Daí que as tentativas que os portugueses levaram a cabo para recuperar os domínios

---

Ormuz, diz Frei António de Gouveia 1615, fol. 16: “Não foi pequena opressão para a cidade de Ormuz ver quão necessário era repartir-se a gente por tantas partes em tempo que havia tanta falta dela”. Ver também DRI-I-Doc.110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 322, sobre: “[...] o muito que [...] obriga a se tratar com grande calor do que convém para a sua segurança; [...] para que no que toca às obras haja quem particularmente assista às que se houverem de fazer [...]]; e que demais disto deis logo ordem para que na dita fortaleza haja continuamente quinhentos soldados de presídio efectivos de serviço [...]”; p. 325: “[...] e porque se me tem representado que não somente se deve fortificar a dita fortaleza de Ormuz, mas também a ilha, levantando-se uns baluartes antigos que tem sobre o surgidouro, com a advertência que da parte de dentro fique a fortificação fraca, assim para seguridade de alguma rebelião [...]”. O rei sugere também o investimento na armada para melhor segurança do Golfo, p. 327: “[...] que é o com que se há de fazer ali guerra, pois o persa nem os inimigos daquelas partes não podem fazer dano senão por mar, e que assim quanto mais puder haver nele de minha parte, tanto melhor e mais seguro ficará tudo e o inimigo mais inquieto e suas coisas mais arriscadas [...]”.

<sup>78</sup> BNL, Cód. 6919, fols. 112-116, fol. 113, Carta de D. Filipe I a D. Francisco da Gama, 15 de Janeiro de 1598. Ver também Bocarro 1876: 202. Ver também DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 12: Sobre os meios para recuperar Barém diz o rei “[...] o mais eficaz parece ser sempre o da guerra, e esta folgarei escusar com o dito rei da Pérsia, enquanto for possível, por conservar com ele a amizade que me tem oferecido, e boas esperanças que dá de favorecer a cristandade [...]”; DRI-I-Doc.73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 218: “[...] convém conservar a estes reis de maneira que não venham a rompimento[...]”; p. 219: “[...] lembrareis aos ditos oficiais que com todas as coisas do Xá corram com suavidade e brandura, em forma que não haja queixas nem se dê causa a elas [...]”.

<sup>79</sup> Veja-se uma carta de autoria e data desconhecidas enviada a Filipe III (?) sobre a declarada inimizade do Xá para com o Rei de Espanha, onde o autor refere que o Sofi fazia muitas coisas contra os vassallos do monarca habsburgo em Ormuz, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 447-449]. Ao mesmo tempo, numa carta enviada pelo Xá ao soberano filipino (c. 1617), traduzida para castelhano, Abbas refere-se a Filipe II como “mi hermano”, [BNL, Cód. 580, fols. 73-74]

<sup>80</sup> Bocarro 1876: 34; 668.

perdidos, pelo menos por enquanto, não tenham sido mais do que diplomáticas, como se verá em seguida<sup>81</sup>.

A ameaça iminente das forças sefévidas em relação a Ormuz é agravada, pouco tempo passado da tomada de Comorão pelos persas, com o estabelecimento dos ingleses no Golfo, que já procuravam o comércio com a Pérsia desde os finais do século XVI [Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 85]. Assim, já o Xá defronte de Ormuz, a costa persa do Golfo sob o seu domínio, e alicientes aliados nas mesmas águas, inicia-se um complexo e ambíguo jogo diplomático. Abbas pode agora finalmente considerar o apoio inglês, e eventualmente o holandês, na região para levar a cabo os seus intentos: afastar definitivamente os portugueses do Estreito de Ormuz, consolidar-se como potência no Golfo Pérsico e, por fim, consolidar todas as fronteiras da Pérsia que governava e garantir uma posição de supremacia perante cada um dos seus rivais.

---

<sup>81</sup> Veja-se o exemplo do regimento de Filipe II de Portugal a Frei António de Gouveia (Madrid, 17 de Março de 1612): “E porque sendo a fortaleza de Barém e terras firmes do Mogostão de El Rei de Ormuz meu vassalo as tem ocupadas o Sultão de Xiráz [...] trateis com ele [Xá Abbas] que lhe faça restituir uma coisa e outra, para que havendo entre nós amizade e boa correspondência, há razão para que a mesma haja entre os vassalos [...]”, ver BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fols. 162-163, fol. 163]. Sobre o mesmo assunto ver a Carta de Filipe II ao bispo D. Pedro de Castilho, 29 de Março de 1613, [BA, Cód. 51-VIII-6, fols. 181-182]. Ver também Garcia 2008: 209.

## 2.2. RIVAIS EUROPEUS NO GOLFO PÉRSICO: AMBIGUIDADES DE UMA DIPLOMACIA INTER-REGIONAL

Como se sabe, Abbas, o *Grande*, tinha bem presente que enquanto as suas contendas continentais se mantivessem não convinha agitar as águas do Golfo, pelo que soube esperar pela altura certa para a recuperação de Ormuz. E por isso mesmo, enquanto se digladiava com a hostilidade otomana (lembremo-nos que os seus problemas com os uzbeques tinham ficado resolvidos antes do século XVI chegar ao fim), o Xá procurou consolidar as suas relações dentro da Europa [Bomati e Nahavandi 1998: 114].

Com efeito, houve durante o seu reinado um esforço diplomático considerável por sua parte. Abbas pretendia, acima de tudo, promover uma aliança contra os otomanos, o que passava não só pela união de esforços militares, mas também pelo desvio da seda persa pela rota alternativa do Cabo da Boa Esperança, roubando aos otomanos os benefícios da rota do Levante. A tentativa de desviar a sua seda através da costa africana, para o que era certamente imprescindível alguma cooperação externa, era uma das maneiras de Abbas responder à ameaça otomana no seu território e poder sobre a região. Segundo o cronista António Bocarro: “O Xá, rei da Pérsia, chamado Abbas, tinha mandado a sua Majestade à Europa muitas embaixadas em tempo dos vice-reis passados, procurando por todos os meios fizesse com o imperador da Alemanha movesse por Europa ao grão Turco toda a mais guerra que pudesse, porque na mesma forma ele pela banda de seus reinos, que na Ásia confinavam com os do Turco, o apertaria com a maior a que se estendessem suas forças; levando também estes embaixadores a cargo fazerem com sua Majestade lhe mandasse comprar a seda toda que tinha em seus reinos em grande cópia, para o que a mandaria pôr no bandel do Comorão, ou na fortaleza de Ormuz, na forma que se assentasse. O que pretendia não somente para ficar tendo mais comercio, trato e aliança, com os vassallos e estados de sua Majestade, mas também para tirar das terras do Turco esta fazenda, que com grandes interesses lhe passava por todas elas, com que ficasse diminuindo mais e afracando”<sup>82</sup>.

A aproximação entre a Pérsia e a Europa não era, como se demonstrou na primeira parte deste trabalho, uma novidade do reinado de Abbas. Este, quando muito, intensificou-a, num momento em que também a Europa, sobretudo a Coroa Ibérica, se mostrava mais interessada. O denominador comum destes contactos era o concerto das forças sefévidas e europeias contra os otomanos. Com efeito, o Império Otomano situava-se geograficamente

---

<sup>82</sup> Bocarro 1876: 33-34.

entre a Pérsia e a Europa, o que tornava bastante aliciante a possibilidade de aniquilar a sua força no meio de duas ofensivas em simultâneo [Bomati e Nahavandi 1998: 114]. Tanto os persas, como os principais príncipes europeus, contemplavam esta coligação<sup>83</sup>. Já os otomanos temiam-na.

Mas, como já foi referido, desde há muito que se projectavam iniciativas que visavam uma operação conjunta persa e europeia contra os otomanos. Um bom exemplo foi a que se deu na década de 60 de quinhentos, durante o reinado do Xá Tahmasp. Pretendia unir ao Xá o rei de Portugal, D. Sebastião, o rei de Espanha, D. Filipe II, o imperador austríaco, Maximiliano II e o Papa Pio IV. Pareciam estes os soberanos europeus mais indicados para a investida anti-turca. No entanto, a ofensiva conjunta acabou por não se concretizar. Também o Sultão otomano sabia que não lhe era conveniente lutar em duas frentes e, por isso mesmo, ao ver-se em conflito aberto com os sefévidas, assinaria um acordo de paz com Maximiliano II<sup>84</sup>.

A natureza desta operação conjunta, mencionada apenas a título ilustrativo, era meramente política e militar. O objectivo de cada um dos elementos nela envolvidos era conter a ameaça otomana. De uma maneira geral, era esta a natureza de todas as aproximações diplomáticas entre os soberanos persas e as cortes europeias durante o século XVI. Com a ascensão de Abbas ao trono sefévida, estas ganham agora, adicionalmente, contornos comerciais. De parte a parte, a amizade entre a Pérsia e os principais príncipes da Europa passava a pautar-se por motivos políticos e económicos<sup>85</sup>.

Para debilitar o poderio otomano no quadro regional, Abbas idealizou também o desvio da seda persa pelo Golfo Pérsico, através de Ormuz, em detrimento da tradicional rota levantina que tinha o inconveniente de atravessar o império otomano, tendo, como tal, algum peso na sua economia. Essa possibilidade tornava-se aliciante para qualquer uma das potências europeias que em águas orientais procuravam, acima de tudo, o lucro, especialmente para as que se preparavam brevemente para assumir o controlo sobre a Rota do Cabo: a Inglaterra e as Províncias Unidas. Qualquer uma delas que se aproximasse o suficiente do Xá para se tornar o agente de ligação entre a seda persa e os mercados da Europa, adquiriria naquela região uma posição privilegiada: “[...] com a abertura do comércio

---

<sup>83</sup> Aparentemente, um dos ambiciosos objectivos de Abbas seria unir a Pérsia à Europa e juntar as suas fronteiras, “aniquilando” o Império Otomano. Ver Walker 2005: 147-148; Wilson 1928: 131-132. Ver também Inalcik 2005: vol. I, 246-249; e a introdução de José Gervásio Leite em Andrade 1940: 4.

<sup>84</sup> Sobre esta iniciativa que não foi levada a cabo, ver Floor 2006: 195-196; Gil Fernández 2006: 57-61.

<sup>85</sup> Sobre a relação entre a política e o comércio durante o reinado de Abbas, diz Rudolph P. Matthee (1999:73) que os dois se sobrepunham: “Os oficiais políticos envolviam-se no comércio; o Xá era com certeza o maior mercador do reino”.

e liberdade do comércio antigo: no qual o Persa se esconde, se os Espanhóis aceitarem as suas ofertas, a liberdade dada ao Turco será inútil, pois as Sedas descerão até Ormuz; mas tenho esperança que sua Excelência o impeça [...]. O Rei da Pérsia tem indagado ultimamente novidades sobre os Ingleses, pois é-lhe indiferente que Cristão tenha o trato, desde que o Grand Signior o perca: pois a sua primeira oferta aos Espanhóis poderá dar-lhes tréguas, e deixar-nos a nós depois com os restos”<sup>86</sup>.

Quanto a Abbas, soube aproveitar-se bem das ambições europeias e aliciá-las a tornarem-se suas parceiras, ainda que os seus verdadeiros intentos em relação ao presumível desvio da seda pelo Golfo fossem algo ambíguos [Luz 1952: 318-319], até porque, independentemente da permanente hostilidade com o Sultão, o comércio da seda pelo Levante também era conveniente ao Sofi.

Apesar das sucessivas embaixadas persas terem percorrido várias cortes dentro do continente europeu, talvez os resultados conseguidos, bem como os não conseguidos, de maior relevância para a questão de Ormuz digam respeito ao contacto com a Coroa dos Habsburgos e com a Coroa inglesa.

Na sua aproximação diplomática à Europa, Abbas não podia, de modo nenhum, ignorar a importância de Espanha, pois os interesses do seu monarca, Filipe III, que era um dos mais poderosos no palco europeu e que desde há muito procurava continuamente acabar com a ameaça do *Infiel*, iam ao encontro dos interesses do Xá. Além disso, Espanha tinha ainda uma posição privilegiada no Mediterrâneo que nunca deixara de assombrar os otomanos [Loureiro 2007: 77-78]. E por isso mesmo, a troca de embaixadas entre estes dois soberanos foi mais intensa. Poder-se-á, no entanto, dizer que as proximidades de Abbas com os ingleses (que vingariam na captura de Ormuz) são mais fruto da ingerência dos agentes britânicos, Anthony e Robert Sherley, do que uma intenção concreta do Xá. Nos assuntos do Golfo Pérsico, e em Ormuz, foram essencialmente os interesses da *East India Company*, valendo-se do espaço de manobra no campo da diplomacia que lhe era permitido pela coroa britânica [Bacqué-Grammont, Couto e Taleghani 2006: 306-309], a ditar a aliança anglo-persa.

Abbas começaria por enviar duas missões diplomáticas que, depois de visitarem alguns soberanos europeus e de encontrarem diferentes níveis de hospitalidade, chegariam às cortes castelhana e britânica. A primeira embaixada enviada à Europa em 1599 era encabeçada por Sir Anthony Sherley, que foi acompanhado por um embaixador persa Husein

---

<sup>86</sup> A Letter of Sir Thomas Roe, to another Right Honorable Councillor, 30 de Novembro de 1616, 457-460, em Purchas 1905-1907: 457-462. Ver também Floor 2006: 209; Loureiro 2007: 81; Matthee 1999; Newman 2006: 61.

Ali Beg, pretendendo sugerir uma aliança contra o Império Otomano. A segunda, que deixou a Pérsia em 1608, seria empreendida pelo seu irmão Robert que, além da coligação entre a Pérsia e a Europa, pretendia também cimentar relações de natureza comercial e, de certa maneira, averiguar os interesses de Inglaterra e Espanha na seda persa<sup>87</sup>.

Os irmãos Sherley eram dois aventureiros britânicos que se puseram a caminho da Pérsia em busca de negócios lucrativos e que chegaram à corte de Abbas em 1598, anunciando-se como emissários da rainha Isabel I de Inglaterra, algo que convenceria mais facilmente o Xá a acolhê-los com agrado, uma vez que a rainha era uma das soberanas mais poderosas da Europa, mas que estava longe de ser verdade. Até porque o empreendimento dos Sherley tinha sido incitado pelo Conde de Essex, que movia a sua política em sentido oposto ao da soberana britânica [Walker 2006: 137, 143]. Aos irmãos Sherley valia-lhes o nome, mas a sua sorte seria traçada pelas suas ambiciosas intenções. Apesar do seu tacto diplomático (uma qualidade apontada tantas vezes quanto o seu carácter duvidoso), ambas as embaixadas falhariam na sua missão de convencer os soberanos de Inglaterra, Isabel I (r. 1558-1603) e Jaime I (r. 1603-1625), e de Espanha, Filipe III, da conveniência da proposta do Xá.

Neste virar de século, a embaixada que Anthony Sherley liderava encontraria no trono inglês Isabel I, que tinha como interesse manter boas relações com os otomanos de modo a preservar os privilégios dos ingleses no comércio levantino, onde estes tinham já desde 1581 uma companhia<sup>88</sup>. Os assuntos relativos à Pérsia nada diziam a esta monarca, o que, juntamente com a má reputação que crescia em torno do agente britânico, fazia a embaixada infrutífera. Aliás, Anthony Sherley não chegou sequer a alcançar a corte britânica.

No que diz respeito ao seu irmão Robert, depois de deixar Espanha sem conseguir quaisquer resultados<sup>89</sup>, em 1611 dirigiu-se à corte inglesa pretendendo propor o mesmo pacto

---

<sup>87</sup> Sobre as embaixadas de Anthony e Robert Sherley, ver Luz 1952: 325-337; Gil Fernández 2006; Savory 1967. Christopher J. Walker (2006: 137-156) dá uma boa contextualização da proximidade entre os irmãos Sherley e Abbas I desde uma perspectiva da relação entre o Islão e o Ocidente. O papel dos irmãos Anthony and Robert Sherley como agentes britânicos ao serviço do Xá Abbas é frequentemente desenvolvido quando se estuda as relações entre a Pérsia e a Europa. No entanto, Rudolph P. Matthee (1999: 77) considera que, se observado a partir da Pérsia e não a partir de Inglaterra ou da Europa como é habitual, estes aventureiros britânicos eram agentes relativamente insignificantes, “manipulados pelo Xá ao serviço de uma ofensiva diplomática muito mais vasta”. Sobre a embaixada e ambíguas intenções de Anthony Sherley, ver Resende 2008: 235-260. Já Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (1998b: 94) consideram que “o papel pouco claro desempenhado [por Anthony e Robert Sherley] era apenas uma das muitas e complexas variáveis na equação política que levou à perda final de Ormuz depois de mais de um século de controlo português”. Ver ainda Hurewitz 1956: 15-16, “Promise by Shah ‘Abbas of Extraterritorial Privileges to Europeans, 1600”.

<sup>88</sup> O tratado de comércio estabelecido entre o Império Otomano e Inglaterra em Junho de 1580, bem como o primeiro decreto da *English Levant Company* encontram-se transcritos em Hurewitz 1956: 7-15. Ver também Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 85 e Chaudhuri 2005: 81.

<sup>89</sup> O objectivo de Robert Sherley junto da Coroa Filipina era assentar o comércio entre a Pérsia e Espanha através de Ormuz [Walker 2006: 149], e também concertar forças contra o Império Otomano, mas talvez por ser inglês e por a desconfiança ser permanente, as suas intenções tenham fracassado junto do soberano habsburgo. Ver

ao Rei Jaime I, em cuja corte seria bem recebido. De qualquer maneira, em assuntos orientais, muito pesavam os interesses das companhias mercantes, e, neste em particular, os da *English Levant Company*, que também não estava disposta a renunciar às boas relações comerciais (e de que natureza fossem) com o Sultão. O comércio da seda feito pela rota do Levante trazia-lhes grandes benefícios, pelo que o seu desvio pelo Golfo Pérsico só interessaria se fossem os seus navios e não os navios ibéricos a controlar o Estreito de Ormuz, algo que teria que aguardar até que a *English India Company* se apercebesse de que a seda persa seria de facto proveitosa [Walker 2006: 151]. No decurso desta embaixada, Robert Sherley intentaria também averiguar os interesses das Províncias Unidas em assentar relações militares e comerciais com a Pérsia<sup>90</sup>.

Também Filipe III estava ciente de como era importante não perder o controlo que a presença portuguesa no Estreito de Ormuz assegurava sobre o Golfo e procurou igualmente, pelos seus próprios meios, chegar a termos com o Xá através do envio constante de emissários, que seriam, de uma maneira geral, muito bem acolhidos na corte sefévida [Bomati e Nahavandi 1998: 114].

As instruções com que cada um dos emissários ibéricos era incumbido pouco diferiam de embaixada para embaixada. Além da sempre presente urgência em fazer guerra aos otomanos, exigia o monarca habsburgo ao soberano sefévida a restituição dos territórios expropriados ao reino ormuzino, bem como a exclusão de ingleses e outros europeus dos mercados persas, especialmente do Golfo. Em troca, prometia intensificar o assédio das suas armadas no Mediterrâneo e considerar o desvio da seda persa pelos seus domínios, nomeadamente, Ormuz<sup>91</sup>.

Era frequente estas embaixadas serem encabeçadas por religiosos<sup>92</sup>. Um dos emissários que viria a desempenhar um papel de maior relevância ao serviço não apenas de

---

*Resposta que mandou dar Filipe III a Robert Sherley, embaixador do Xá Abbas, sobre a liga contra o Turco*, 3 de Março de 1610, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 443-444] ou a sua transcrição em Luz 1952: 498-501. Sobre as intenções de Robert Sherley junto da corte ibérica, ver “*Cópia do papel que deu a Sua Majestade D. Roberto Sherley, tocante ao embaixador ao que qual o há enviado El-Rei da Pérsia*”, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 423-426]; “*Artículos y condiciones que propone el Conde Don Roberto Sherley, Embaixador de El-Rei de Pérsia para el comércio que se trata entre sua Majestade Católica y dicho Rei*”, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 427-430]; e também “*Apuntamentos de las condiciones de paz y alianza entre Sua Majestade y El-Rei de Pérsia que el embaixador D. Roberto Sherley dice que se acceptaran por su parte*”, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 431-439].

<sup>90</sup> Ver o artigo de Willem Floor, *Dutch-Persian Relations*, em [www.irannica.com](http://www.irannica.com).

<sup>91</sup> Sobre a passagem do comércio da seda persa por Ormuz ver a Carta do Conde Meirinho-Mor para D. Pedro de Castilho, Madrid, 15 de Abril de 1612, [BA, Cód. 51-VIII-15, fols. 53-56]. Sobre o comércio e valor da seda persa, ver também “*Advertência sobre o trato da seda que se oferece a sua Majestade por parte de El-Rei da Pérsia*” (autoria e data desconhecidas), [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 451-453].

<sup>92</sup> No início do século XVII são várias as missões diplomáticas enviadas pelo soberano espanhol ou pelos seus representantes no Estado da Índia à Pérsia, missões a cargo, maioritariamente, de religiosos. Em 1602 são

Filipe III mas também de Abbas, seria o missionário agostinho Frei António de Gouveia, que serviu de intermediário entre Portugal, o *Estado da Índia* e a Pérsia em mais do que uma ocasião. Gouveia era conhecedor da língua persa, o que era, por si só, uma mais-valia na comunicação dentro do círculo próximo do Xá<sup>93</sup>.

A escolha de frades como intermediários entre a Coroa dos Habsburgos e a Pérsia sefévica dissimulava um adicional interesse por parte do soberano católico: a conversão de Abbas e do seu reino à Cristandade. Acreditava-se, então, que o soberano persa poderia ter alguma inclinação para a doutrina católica [Gil Fernández 2006: 263-265]. Tal animaria bastante o monarca espanhol, pois a conversão de um Estado muçulmano como o sefévica – tradicional inimigo do Império Otomano – estreitaria uma amizade que, como se sabe, pretendia, antes de mais, a destruição deste último. Além de que não se pode esquecer, que a expansão do cristianismo foi sempre argumento presente em todo o investimento ibérico ultramarino.

Este era, contudo, um assunto que obrigava a alguma cautela no modo como era abordado, pelo que os agostinhos, por via de Frei António de Gouveia, procuravam acima de tudo descortinar os mistérios do cristianismo perante o Xá sem dar a entender que a sua conversão figurava num dos objectivos das suas missões à Pérsia. A intenção era camuflada por detrás de todo o fomento da guerra contra os otomanos, um objectivo que seria sempre, como se viu, bem acolhido pelo Xá [Gil Fernández 2006: 266; Trophea Lusitana 1995: 23].

Também o próprio soberano sefévica se serviria de Frei António de Gouveia para fazer a sua mensagem chegar à Europa em 1608. Assim, na companhia de um embaixador persa, Janghiz Beg, procuraria convencer o Papa e Filipe III a abrirem hostilidades contra o Império Otomano através do Mediterrâneo, sugerindo, novamente, o desvio do comércio da seda por Ormuz, desde que este fosse permitido aos mercadores persas [Floor 2006: 210; Loureiro 2007:78], dois objectivos que, de resto e como já foi referido, se moviam a par.

Estes eram objectivos que também figuravam nas instruções que Filipe III daria ao fidalgo castelhano D. García da Silva y Figueroa, chefe da última embaixada de relevo que seria enviada à Pérsia em 1614, tendo o seu protagonista lá permanecido até 1619. A escolha de um fidalgo castelhano para desempenhar a missão deveu-se essencialmente ao súbito

---

enviados juntamente com António de Gouveia, os agostinhos Jerónimo da Cruz e Cristóvão do Espírito Santo; em 1604-1605 são enviados Luís Pereira de Lacerda, Frei Guilherme de Santo Agostinho e Frei Belchior dos Anjos; e em 1614, é enviado o nobre espanhol D. García da Silva y Figueroa. Ver Matos 1972: XV-XVI, e também Gil Fernández 2006. Sobre a embaixada de Luís Pereira de Lacerda ver a Carta de Filipe III para D. Pedro de Castilho de 31 de Julho de 1605, [BA, Cód. 51-VIII-7, fols. 110-111]; Carta de D. Pedro de Castilho a Filipe III, 25 de Novembro de 1606, [BA, Cód. 51-VIII-18, fols. 105-106]; e também Carta de D. Pedro de Castilho a Filipe III, 13 de Outubro de 1607, [BA, Cód. 51-VIII-19, fols. 24-25].

<sup>93</sup> Ver Loureiro, *The Persian Ventures of Frei António de Gouveia* (no prelo); Gil Fernández 2006: 264.

desagrado de Abbas em relação a Frei António de Gouveia, e ao envio de frades como emissários diplomáticos de uma forma geral<sup>94</sup>, quando o Xá se apercebeu que a conversão do seu reino ao cristianismo era uma das intenções de Gouveia. A de D. García da Silva y Figueroa seria, contudo, uma embaixada sem grandes sucessos. O nobre espanhol seria mal recebido tanto pelos portugueses em Goa (ao que não era alheio o facto do embaixador ser castelhano e não português), como pelo Xá na sua corte, o que para começar, em nada o ajudaria na sua missão<sup>95</sup>.

Nenhuma das pretensões ibéricas encontraria em Abbas a resposta pretendida. Na correspondência que trocavam através dos seus respectivos emissários, tanto o soberano habsburgo como o Xá ponderavam a aliança contra os otomanos e o desvio da seda persa pela rota do Cabo. Mas o interesse demonstrado por Filipe III no desvio da seda persa através de Ormuz era algo dúbio, e era utilizado até certo ponto apenas para alimentar a boa vontade do Xá<sup>96</sup>. Por seu turno, as exigências ibéricas que diziam respeito ao Golfo, como a restituição da ilha de Barém e a reconstrução do forte português em Comorão, e que tinham como fim último recuperar a segurança que outrora envolvera a fortaleza de Ormuz, não eram do agrado de Abbas. Nem tão pouco o aprazia afastar os recém-chegados ingleses, pois estes seriam fundamentais para os seus intentos. O Xá estava consciente de como estava cada vez mais perto de ver a ilha e o estreito de volta ao seu domínio [Bomati e Nahavandi 1998: 128, 131; Boxer 1935: 58; Floor 2006: 210; Luz 1952: 347].

Em síntese, os motivos que levaram Filipe III a enviar António de Gouveia, D. García da Silva y Figueroa e outros embaixadores à corte do Xá Abbas foram essencialmente sempre os mesmos: o desejo de concertar esforços contra os otomanos, o “presumível” interesse no desvio da seda persa por via de Ormuz<sup>97</sup>, a restituição dos territórios perdidos no Golfo e nas suas margens (territórios outrora vassallos do reino de Ormuz), e o afastamento dos rivais europeus de qualquer contacto com o Xá. O que há a assinalar em cada uma destas

---

<sup>94</sup> Bocarro 1876: 369-370. Ver também Boxer 2001:131; Lockhart 1997: 392.

<sup>95</sup> Sobre a embaixada de D. García da Silva y Figueroa ver Bocarro 1876: 369-374; Boxer 1935: 57-58; Floor 2006: 221-224; Lockhart 1997: 392-393; Loureiro 2007: 80; Luz 1952: 342-349. Ver também os *Comentários de D. García da Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Filipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia* (1903-1905). Ver também BNL, Cód. 580, fols. 31-36; 60-66.

<sup>96</sup> Luz (1952: 347) afirma que os portugueses não deram saída ao desvio da seda persa pelo Golfo. Em parte porque já tinham acesso à seda da China em grandes quantidades. Sobre a importância da seda ver o “*Discurso de Frei Belchior dos Anjos sobre o comércio da seda da Pérsia*”, 8 de Setembro de 1619 a 10 de Outubro de 1619, em Luz 1952: 588-601. Ver também Boxer 1935: 57; Loureiro 2007: 84.

<sup>97</sup> O interesse do monarca filipino talvez fosse mais virtual do que real. Com ele, o rei ia alimentando a boa vontade e as expectativas do Xá. Isto porque, e já tendo os portugueses acesso à seda proveniente da China, os verdadeiros interesses de Filipe III residiam na conservação de Ormuz, para o que era imprescindível agradar o Xá.

embaixadas são as circunstâncias que ganhavam forma nas águas do Golfo Pérsico na altura em que cada uma destas missões foi empreendida.

Durante a primeira década de seiscentos, quando Gouveia foi enviado à corte do soberano sefévida, os persas levavam a cabo uma aproximação gradual a Ormuz por iniciativa do Khan de Xiráz e com o louvor de Abbas, como já foi referido. Para os portugueses, esta era uma ameaça numa única frente, a continental. As suas capacidades de defesa, resistência e resposta eram já assombradas pela presença europeia no Índico, e era conveniente instigar no seio da corte do Xá um sentimento negativo ante ingleses e holandeses. António Bocarro menciona uma carta escrita pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo enviada ao Xá por via de Frei António de Gouveia em que o vice-rei dizia “quem eram os ingleses, e que todo seu fundamento faziam em ser piratas do mar, e que a vinda que faziam a este Estado era sem licença de sua Majestade; por onde, se ele queria conservar sua amizade, os não havia de consentir em portos, nem ter comércio com eles por via deste Estado [...]”<sup>98</sup>. No entanto, pelo menos por enquanto e já que os otomanos estavam confinados ao limite norte do Golfo, i.e. Baçorá, as águas daquele estreito pertenciam aos portugueses.

Já o contexto que rodeava a embaixada de D. García da Silva y Figueroa era ligeiramente diferente e o panorama mais negro. Os persas tinham imposto o seu domínio no Golfo com as conquistas de Barém, Queixome, Comorão e de outros territórios na costa persa. Por outro lado, o nobre espanhol já encontraria no Golfo a presença firme dos ingleses. Agora os portugueses não tinham apenas que encarar o assédio persa vindo de terra, mas necessitavam de cuidar também das águas do estreito, uma vez que as armadas britânicas, à medida que os ingleses estreitavam relações com o Xá, se encontravam cada vez mais próximas [Floor 2006: 22]. Além disso, o gradual apreço de Abbas pelos ingleses – para o que em muito contribuía a proximidade de Robert Sherley junto da corte sefévida que procurava, com êxito, conjugar os interesses da *East India Company* com os de Abbas – traduzia-se num gradual desagrado ante os portugueses.

Como se demonstrou no primeiro ponto desta segunda parte, a partir do momento em que consolidou as rédeas do reino persa em suas mãos, Abbas direccionou os seus objectivos políticos para Ormuz. Era altura de se vingar da teimosia do Rei de Ormuz, que continuava a prestar vassalagem aos portugueses, e de acabar com a insolência secular dos portugueses, que no início do século XVI tinham tomado a ilha e o estreito como seus. O Xá necessitava

---

<sup>98</sup> Bocarro 1876: 203.

apenas de aliados externos, capazes de disputar o poder naval dos portugueses [Luz 1952: 307].

A chegada de ingleses e holandeses aos mares asiáticos danificaria profundamente o *Estado da Índia*, o que acabava por expressar-se no Golfo Pérsico. Numa carta dirigida a Rui Freire de Andrade o Rei Filipe III alertá-lo-ia sobre “[...] o que se diz das embarcações que se armam em Holanda e Inglaterra para em Março que vem navegarem para estas partes com intento de empreenderem as praças que neles vereis; e porque também poderiam intentar a de Ormuz, como uma das de maior importância desse estado, e mais conveniente a seus fins, e pretensões [...]”<sup>99</sup>. Como já se viu, nas iniciativas que visavam a aproximação a Ormuz no início do século XVII e que contavam com a ajuda do Khan de Xiráz, feroz opositor à presença portuguesa em águas persas e que respondia fielmente à vontade do Xá, Abbas tomaria a ilha de Barém, ocuparia Queixome e restabelecer-se-ia no Comorão<sup>100</sup>. Uma vez que os rivais europeus dos portugueses, os tão chamados “inimigos da Europa”, já absorviam os seus esforços de resistência por todo o Oceano Índico, os portugueses, apesar de se aperceberem das pretensões persas em relação a Ormuz, não se podiam dar ao luxo de agravar discórdias com o Xá. Tinham bem a noção de que deveriam tentar pôr fim aos ataques ingleses e holandeses nos mares da Ásia enquanto o Xá estivesse comprometido com as habituais quezílias com os turcos, ao mesmo tempo que observavam de soslaio cada um dos seus movimentos na região.

Estes (indesejados) norte-europeus viriam a interferir no sistema que os portugueses tinham criado com os mercadores asiáticos e onde tinham exercido a posição dominante ao longo do século XVI. Agora, no entanto, deixavam de ser os únicos europeus a usufruir das redes comerciais que o Índico tecia, vendo finalmente chegar ao *Estado da Índia* o sabor amargo da concorrência, a única capaz de acabar com o domínio lusitano em mares orientais. Ingleses e holandeses chegavam com a intenção, tal como os portugueses, de se integrarem no sistema comercial intra-asiático e não apenas de se tornarem agentes de ligação entre as riquezas orientais e os mercados europeus<sup>101</sup>. Seja como for, qualquer um dos objectivos pressupunha o afastamento dos portugueses, e os portugueses pressentiam-no<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> Carta de Filipe III a Rui Freire de Andrade, Lisboa em 29 de Janeiro de 1620, transcrita em Azevedo 1641: fols. 37-39. Ver também Bocarro (1876: 201-202) que sublinha a urgência de que “[...] a fortaleza [de Ormuz] estivesse sempre mui bem provida para qualquer ocasião, pelas muitas que se podiam esperar com os ingleses e holandeses, e do mau ânimo do Xá contra esta fortaleza [...]”. K. N. Chaudhuri (2005: 80-81) considera a chegada dos ingleses e holandeses ao Oceano Índico como o “maior desafio” que os portugueses tiveram que enfrentar na Ásia até então, um desafio que se viria a provar “fatal para o seu poder e prosperidade económica”.

<sup>100</sup> Veja-se a introdução de José Gervásio Leite a Andrade 1940: 4, e também Azevedo 1641: fols. 31-33.

<sup>101</sup> Sobre o impacto da chegada de ingleses e holandeses aos mares da Ásia para a economia do *Estado da Índia*, ver Pearson 2008. Saldanha (2006: 66) aponta a “partilha do espaço de manobra no Oriente com outras potências

Quando decidiram aventurar-se para lá do Cabo da Boa Esperança, os ingleses e os holandeses tomariam diferentes direcções, qualquer uma delas ameaçadora para os interesses portugueses. Enquanto os holandeses se concentrariam no Sueste Asiático, onde estabeleceriam o seu “quartel-general” em Batávia desde 1619, os ingleses procurariam os privilégios da costa indiana, não demorando muito até estabelecerem a sua sede oriental em Surate<sup>103</sup>. Mas, tanto uns como outros, não tardariam a aperceber-se de que alcançar a rota da seda persa e estabelecer relações com o Xá de natureza comercial e política traria por certo largas vantagens, além de prejudicar a influência portuguesa na região<sup>104</sup>.

No quadro regional, a amizade comercial com um soberano tão poderoso como Abbas seria certamente proveitosa, e os mercadores ingleses cedo se aperceberam de quanto lhes valeria estabelecer-se no Estreito de Ormuz tão depressa quanto possível. Como deixaria escrito António Bocarro: “Os ingleses, que, depois que começaram a declinar da verdadeira fé católica romana de Cristo nosso senhor, não repararam em crime nem abominação contra os católicos, vieram de mui boa vontade em uma coisa e outra, pela entrada que já começavam a ter em Surate, donde faziam conta carregar de roupas para a Pérsia e trazerem dela sua seda com aventejados interesses”<sup>105</sup>. Também os holandeses acabariam por reconhecer que a presença da *Verenigde Oost-Indische Compagnie* nos mercados sefévidas seria indispensável. Estes, no entanto, apesar de algumas investidas nas águas do Golfo no início do século XVII, só mais tarde, em 1623<sup>106</sup>, viriam a estabelecer-se efectivamente na Pérsia, e o seu apoio naval viria, a partir do mesmo ano, a ser fundamental para afastar os portugueses quando estes tentavam recuperar o já perdido domínio sobre o estreito. Na sua *Relação*, António de Gouveia não esconde o receio da presença dos holandeses no Índico para o controlo português

---

européias” como uma das razões para a perda de influência dos portugueses na Ásia. Neste sentido, ver também Chaudhuri 2005: 114.

<sup>102</sup> Ver Prakash 2005: 138. Já na época, António Bocarro (1876: 200) sublinhava a necessidade dos portugueses se empregarem “todos nas [ocasiões de guerra] dos inimigos ingleses e holandeses”, evitando a guerra com os naturais, referindo-se aqui às guerras com o “Melique por todo o Norte, e as que também se esperavam ter com o Mogor”, mas podendo bem aplicar-se tal necessidade ao contexto persa.

<sup>103</sup> As autoridades mogóis abririam relações comerciais tanto com ingleses como com holandeses, tendo ambos estabelecido uma feitoria em Surate, respectivamente em 1612 e 1617, um período em que as relações luso-mogóis atravessavam uma fase de algum constrangimento. Ver Chaudhuri 2005:90. Ver Mapa 3 em Anexos.

<sup>104</sup> Para um sucinto balanço sobre as possessões portuguesas na Ásia em que os holandeses e os ingleses desferiram os seus ataques, ver Russell-Wood 1998: 42-43. Ver também Boxer 2001: 118-120; Loureiro 2007: 67.

<sup>105</sup> Bocarro 1876: 35. Ver também Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 94.

<sup>106</sup> Em 31 de Janeiro de 1612, escreveria Filipe III para D. Pedro de Castilho, avisando dos preparos dos holandeses em Amesterdão: “De Amesterdão escrevem que estão aparelhadas catorze naus “gruesas de gente” e que além dessas se iam prevenindo outras dez para sair este Março [...] [e] que também se crê que com o trato que os holandeses têm no Levante, hão de enviar embaixadores à Pérsia”, [BA, Cód. 51-VIII-8, fols. 43-46]. Sobre o estabelecimento das relações entre os holandeses e os persas ver o artigo de Willem Floor, “Dutch-Persian Relations” em <http://www.iranica.com/articles/v7/v7f6/v7f646.html>. Ver também “Grant of Capitulations by Shah ‘Abbas to the Netherlands”, 17 de Novembro de 1623, em Hurewitz 1956: 16-18.

do Estreito de Ormuz: “[...] havendo notícia da multidão de velas holandesas que andavam no mar da Índia, receou o Capitão que então era Diogo Muniz Barreto, Vedor da fazenda, e mais oficiais de sua Majestade que em Ormuz residiam que algumas delas pudessem vir ao estreito fazer fortaleza em alguns dos lugares marítimos, que o Xá nele tem. Pretensão que os holandeses trazem há anos, como nos constou do trato que havia, entre os que estavam com o Mogor, e os que passaram à corte do Xá, todos estes receios moveram ao Capitão e ao mesmo Rei de Ormuz com toda a mais cidade a me pedirem que [...] impedisse quanto e mim fosse que se há caso viessem os holandeses ao estreito não tivessem favor algum nos portos do Xá, cujo governo o Sultão de Xiráz tem a seu cargo [...]”<sup>107</sup>.

O estabelecimento dos ingleses no Golfo esteve relacionado, em boa parte, com Robert Sherley, de quem já se falou. O agente inglês não conseguiu, como se viu, grandes sucessos junto das cortes europeias. No entanto, provar-se-ia um agente com algum peso entre os intentos ingleses e as necessidades persas, e vice-versa, ao conseguir convencer a *East India Company* a investir na abertura do comércio com a Pérsia [Boxer 1935: 55].

Apesar de não ter conseguido convencer o monarca britânico aquando da sua embaixada à Europa em 1608, movendo-se dentro da corte do Xá, Robert Sherley teve um papel de alguma relevância na aproximação das relações entre os ingleses e o soberano sefévida. A presumível influência que este diplomata – segundo Bocarro “mais espia que embaixador”<sup>108</sup> aquando as visitas à corte ibérica – teria no círculo próximo do Xá levantava grandes suspeitas junto dos portugueses, que pensaram em várias maneiras de acabar com a sua inquietante movimentação dentro da Pérsia<sup>109</sup>. O que os alarmava era, sobretudo, a sua eventual capacidade de aproximar demasiado os ingleses e o Xá<sup>110</sup>. No regimento de Filipe III de Espanha a Frei António de Gouveia, o monarca habsburgo reflecte bem a desconfiança em Robert Sherley, dizendo ao agostinho: “Procurareis que os meios que tiverdes de mais convenientes, e na ocasião de vos parecer melhor fazer entender ao dito Rei como Dom Roberto [Sherley] que a mim veio com título de seu embaixador, mostrou bem no

---

<sup>107</sup> Gouveia 1615: fol. 75-76. Estas observações por parte do frade agostinho corresponderiam a um período entre 1600 e 1605, período em que Diogo Moniz Barreto foi Capitão de Ormuz.

<sup>108</sup> Bocarro 1876: 515.

<sup>109</sup> As movimentações do agente inglês eram constantemente vigiadas. Ver Carta de Fernão de Matos ao Bispo de Castilho, Madrid, 23 de Março de 1613, sobre o embarque do inglês Robert Sherley numa nau da Companhia Inglesa das Índias Orientais, com intenção de desembarcar em Surrate e passar à Pérsia [BA-Cód. 51-VIII-13, fol. 107]. Ainda sobre a desconfiança permanente nas intenções de Robert Sherley, ver “Cópia de um papel que dei ao Marquês Vice-rei em 25 de Setembro” (autor e ano desconhecidos), [BNL, Cód. 7144, fols. 47-48].

<sup>110</sup> Numa carta de Filipe II para D. Pedro de Castilho, 24 de Dezembro de 1612, o rei demonstra a preocupação do embarque de Robert Sherley em Inglaterra em direcção ao Golfo “com quantidade de mercadorias para andarem no estreito de Ormuz e dar princípio ao trato da seda com el-Rei da Pérsia”, [BA, Cód. 51-VIII-6, fols. 152-155].

procedimento que teve ser pouco confidente e tratar só de seu particular interesse sem outro respeito [...]. E que por tudo isto se não deve fiar dele [...] nem consenti-lo em seus Reinos, e da mesma maneira a quaisquer estrangeiros que a eles fazem por serem inimigos comuns dos meus, e de meus vassallos, para que é razão que os não admita havendo entre nós tanta amizade”<sup>111</sup>.

Foi assim que, no meio de um ambíguo engenho de diplomacia, o desenrolar dos acontecimentos neste primeiro quartel do século XVII daria lugar a uma nova reconfiguração de equilíbrios nas águas do Golfo. Com a chegada dos europeus e suas rivalidades e os conflitos do Xá com as potências vizinhas – otomanos, uzbeques e mogóis – mais ou menos controlados, a balança de poderes que oscilava no Golfo Pérsico contava já com todos os intervenientes que influenciariam, directa ou indirectamente, a luta pelo controlo do Estreito de Ormuz.

---

<sup>111</sup> BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 163. Regimento de Filipe III de Espanha a Frei António de Gouveia, Madrid, 17 de Março de 1612. Para António Bocarro (1876: 35), Robert Sherley era “um homem de notável astúcia e invenção, quase nisto conforme a natureza do mesmo Xá” e a sua visita à corte britânica parecia pretender convidar “aos ingleses com o contrato da seda, debaixo de lhe prometerem [ao Xá], como depois se entendeu, de o ajudarem com as suas naus contra nós, para tomar a fortaleza de Ormuz”. Escreve também o cronista (1876: 201) que em Novembro de 1613 chegava “uma nau de Mascate, com uma carta de sua Majestade por terra, em que avisava como dom Robert Sherley, inglês que havia ido por embaixador do Xá a sua Majestade, se passara de Madrid a Inglaterra a negociar navios para passar a estas partes, com desenhos prejudiciais a este Estado, e em particular contra a fortaleza de Ormuz; ou que também viria para assentar com o Xá o comércio da seda para a Inglaterra; que uma e outra coisa convinha se atalhasse, e quando não pudesse ser por via de armas, se procurasse, por qualquer outra, que não fosse por nenhum modo à Pérsia o dito dom Robert”. Ver ainda Bocarro 1876: 511-512, 514-515. Ver também Boxer 1935: 53-55; Floor 2006: 221; Loureiro 2007: 79; Luz 1952: 346-347; Steensgaard 1973: 100-101.

### 2.3. A LUTA POR ORMUZ E O CRUZAMENTO DE CONFLITOS EUROPEUS E REGIONAIS<sup>112</sup>

Devendo-se ou não à interferência de Robert Sherley, o facto é que Abbas acabaria por permitir aos ingleses o seu estabelecimento no Golfo e, em 1616, os primeiros navios mercantes britânicos partiriam de Surate em direcção à região, pouco demorando até que fossem autorizados a comercializar no porto de Comorão. A diplomacia entre britânicos e sefévidas estava evidentemente no melhor caminho e, em 1619, os ingleses seriam autorizados a estabelecer uma feitoria em Jasques, uma cidade portuária à entrada do Golfo, cuja localização era conveniente por várias razões. Apesar de não estar demasiado afastada de Ormuz, a distância entre as duas cidades deixava os ingleses suficientemente seguros dos navios portugueses, ao mesmo tempo que lhes permitia usufruir de todas as vantagens do comércio daquelas águas e controlar o comportamento da armada portuguesa<sup>113</sup>.

Por esta altura, o Xá já estava determinado em focar as suas campanhas em Ormuz, pois tinha finalmente os argumentos por que há tanto esperava: tranquilidade nas suas fronteiras continentais e um aliado no Golfo disposto a providenciar fosse que apoio fosse para aceder directamente aos lucros da seda. Com as forças persas e inglesas praticamente alinhadas, tornava-se agora para os portugueses imperativo expulsar os ingleses daquela área de influência e pô-los fora do alcance dos benefícios económicos de Ormuz [Boxer 1935: 72-73].

Por certo, Abbas muito dificilmente teria recuperado Ormuz sem o apoio inglês, pois a força que tinha em terra, um exército que ele próprio erguera, faltava-lhe no mar. Esta era, aliás, uma fraqueza que sempre caracterizara a defesa do Estado sefévida e que era de certo modo responsável por uma permanência tão prolongada dos portugueses no estreito e no Golfo [Lockhart 1997: 380]. Mas a força naval britânica viria a preencher esta lacuna, e as forças combinadas de persas e ingleses, seriam avassaladoras para as capacidades defensivas dos portugueses naquelas águas: “[...] a guerra ficava declarada com o Xá e de Xirás vinham marchando para Ormuz enviado pelo Cão que ali tem por ser governador dez mil homens de pé e de cavalo, e feita assim esta relação representou o senhor Governador a grande importância da fortaleza de Ormuz e o muito que convinha fazer-se por sua conservação tendo declarado contra si um inimigo tão poderoso e de quem era tão desejada mormente havendo agora aviso por parte do Capitão de Chaul que além das três naus inglesas que nesta

---

<sup>112</sup> Ver Mapa 5 em Anexos.

<sup>113</sup> Sobre o estabelecimento dos ingleses no Golfo Pérsico ver Boxer 1935: 55; Loureiro 2007: 81. Sobre os argumentos ingleses para o seu estabelecimento em Jasques, ver *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz* de Edward Monnox, reproduzida em Andrade 1940: 323-362. Ver também Bocarro 1876: 672.

costa andavam [...] eram de novo vindas outras quatro naus, que tinham passado a Surrate, as quais era certo haverem todas de passar ao estreito de Ormuz e que o Xá pretendia valer-se delas para intentar todo o dano”<sup>114</sup>. Poder-se-á assim dizer que o Xá necessitava do apoio inglês para acabar com a influência portuguesa no Golfo, mas não mais do que os ingleses pretendiam colher as vantagens do comércio da seda, cuja exclusividade lhes seria (presumivelmente) garantida se a aliança com o Xá fosse concretizada<sup>115</sup>.

Com os ingleses estabelecidos em Jasques e os persas em Queixome e no Comorão, o cerco à pequena ilha de Ormuz tornava-se cada vez mais sufocante [Azevedo 1641: 36-37]. O panorama agravava-se à medida que outras ilhas no Golfo se iam revoltando contra o reino de Ormuz durante a segunda década de seiscentos, como foi o caso de Julfar ou Dolba, e os portugueses iam perdendo gradualmente o alcance do seu domínio. Além, claro, de que a preocupante falta de aprovisionamento que tais insurreições provocavam na inhóspita Ormuz enfraquecia ainda mais as forças portuguesas.

A guarnição suspirava pela assistência de Goa, mas o *Estado da Índia* estava demasiado ocupado e as suas forças demasiado divididas para acudir ao Golfo Pérsico, uma vez que, por toda a parte, ingleses e holandeses desafiavam a sua suserania. Numa carta enviada por Rui Freire de Andrade ao Governador Fernão de Albuquerque o capitão português demonstra como está ciente do quão divididas estavam as forças do *Estado da Índia*: “Conforme ao estado em que ficam as coisas de Flandres e Inglaterra entendo que serão de grande importância a Vossa Senhoria muitos cascos em Goa, porque como daí há-de sair o socorro para onde for necessário, convém que o poder seja de qualidade, que contraste ao dos inimigos, o que não poderá ser pelo estado em que a Índia se vê, tendo Vossa Senhoria as forças repartidas [...]”<sup>116</sup>.

Em Portugal, não paravam de chegar notícias sobre os perigos que assolavam todo o império asiático, nomeadamente o domínio português sobre o Estreito de Ormuz, não escondendo o monarca habsburgo a preocupação e necessidade de “restauração da Índia que tanto perigo corre”<sup>117</sup>. Assim, Filipe III seria encorajado a organizar uma armada em 1619, cujo comando ficaria a cargo do Capitão Rui Freire de Andrade<sup>118</sup>. Este conduziria a sua

---

<sup>114</sup> Ver *Assento do Conselho que fez o Governador Fernão de Albuquerque*, de 20 de Outubro de 1621, transcrito em Azevedo 1641: fol. 88. Ver também Carta da Câmara de Goa para El-Rei, 30 de Março de 1622, em TT-SV, Cx. 19, fol. 101. Ver ainda Gulbenkian 1986: 499-500, e Tavernier 1981: 340.

<sup>115</sup> Ver *História Geral de Monnox* em Andrade 1940: 325.

<sup>116</sup> Carta de Rui Freire de Andrade ao Governador Fernão de Albuquerque, 29 de Agosto [ano ?], transcrita em Azevedo 1641: 40. Ver também Gil Fernández 2008: 186.

<sup>117</sup> TT-SV, Cx 19, fol. 94. Carta de Filipe III aos governadores de Portugal, 22 de Janeiro de 1623.

<sup>118</sup> Sobre a urgência no socorro a Ormuz e o *Estado da Índia*, ver a carta de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, aos governadores de Portugal, de 22 de Janeiro de 1622: “Que as ordens dadas para que vá a Ormuz o

armada em direcção ao Golfo determinado a preservar Ormuz em mãos portuguesas. Apercebendo-se do quão perigosa a presença efectiva dos ingleses no Golfo se tornava para o já tão ameaçado domínio português sobre o Estreito de Ormuz, os portugueses cercariam a cidade de Jasques por mar e atacá-la-iam em 1620. No entanto, mais não conseguiram do que consumir ainda mais as suas já desgastadas energias e cimentar as relações entre ingleses e persas [Matthee 1999: 105]. Rui Freire de Andrade assegurar-se-ia de que uma expedição portuguesa voltava a atacar Jasques no final de 1621, quando o calendário comercial do ano se preparava para começar e as naus inglesas se preparavam para alcançar o porto. Os portugueses devastariam a cidade, mas esta expedição não cumpriu os seus verdadeiros objectivos, uma vez que não impediu, nem desencorajou, os ingleses de se juntarem à causa persa, até porque esta servia a sua<sup>119</sup>.

Além da defesa de Ormuz, sobre Rui Freire de Andrade pesava ainda a ambígua prioridade de recuperar Queixome sem provocar os ânimos do Xá. No além-mar, a guerra deveria ser feita exclusivamente contra os “inimigos da Europa”. O soberano ibérico estava bem consciente de quão frágil o estado dos assuntos portugueses no Índico se encontrava e de como dependia da gestão de boas relações com os potentados regionais. No entanto, sendo uma terra tão fértil e responsável por grande parte do abastecimento diário de Ormuz, Queixome era de facto importante para Ormuz e a sua reconquista era essencial para a conservação da fortaleza portuguesa. Em contrapartida, ao lançarem-se sobre a ilha vizinha, os portugueses estavam automaticamente a desafiar o domínio persa sobre ela, o que implicava apenas proporcionar o argumento que o Xá até aqui não tinha para investir definitivamente na campanha de reocupação de Ormuz. O teor ambíguo da missão de Rui Freire de Andrade está bem expresso no regimento de Filipe III dirigido ao capitão: “E porque eu tenho mandado entre meus vassallos e os de El Rei de Pérsia haja boa correspondência e de presente está em minha corte um embaixador seu, e outro meu na Pérsia, advertireis que a

---

socorro [...] se cumpram inteiramente por convir assim a meu serviço, e ao bem comum do Estado da Índia, escoassem logo os despachos para a execução”, [TT-SV, Cx 19, fol. 16]. Ver também TT-SV, Cx 19, fol. 98. Sobre as acções de Rui Freire de Andrade no Golfo Pérsico ver Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 95-96.

<sup>119</sup> Sobre o perigo do estabelecimento dos ingleses em Jasques e o comércio que levavam a cabo a partir deste porto ver Capítulo de carta de Filipe III para o Conde de Redondo (s. data) transcrito em Azevedo 1641: 37-38, 41: “[...] Rui Freire [de Andrade] há-de andar com a sua armada nos estreitos de Ormuz, atalhando principalmente os intentos dos ingleses, assim no Cabo de Jasques como em outras partes, e executando todas as mais coisas que se lhe ordenaram em seu regimento, e para o poder fazer convém tanto como vedes que a sua armada esteja também provida e com força tão bastante que possa obrar os ditos efeitos: visto que deles se conseguirem com ela, depende a segurança de Ormuz, que tão arriscada está assim pelo muito que a deseja o Xá (conforme ao que dizem os avisos que me enviastes nas naus passadas e ao que se vê das cartas de D. Garcia da Silva que tive nas mesmas vias) como pela continuação com que os ingleses se vão chegando a ela [...]”. Sobre os confrontos anglo-portugueses em Jasques ver Loureiro 2007: 84-88. Ver também Azevedo 1641: 40-43; e a *História Geral* de Monnox em Andrade 1940: 354.

guerra se há de fazer somente aos estrangeiros que se acharem assim no mar como na terra, e não aos Persas, e outros Vassallos do Xá com os quais tereis toda a boa correspondência sem consentir que se lhe dê nesta ocasião de queixa ou rompimento”<sup>120</sup>. Os portugueses acabariam por recuperar Queixome em 1621, o que mais não fez do que dar à aliança anglo-persa o pretexto para o ataque à mesma ilha, que se seguiu com sucesso, quando em Fevereiro de 1622 os portugueses se vêem obrigados a render-se<sup>121</sup>. Com Queixome de volta às mãos sefêvidas, ingleses e persas apontariam imediatamente os seus canhões para Ormuz [Matthee 1999: 106]. E apesar da presença da armada de Rui Freire de Andrade, os portugueses no Golfo continuavam demasiado carecidos da assistência do *Estado da Índia*, como demonstra Fernão de Albuquerque ao referir o “muy apertado cerco que os Persas e os Ingleses lhe tinham posto [a Rui Freire de Andrade] no forte de Queixome”, continuando dizendo que foi avisado que “o forte [de Queixome] se rendera e os inimigos passaram logo à ilha de Ormuz [ocupando] a cidade e [ficando] a fortaleza posta de cerco por mar e terra [...]”<sup>122</sup>.

Enquanto Abbas, com a campanha de Ormuz, procurava estender o domínio persa ao Golfo, os ingleses, acima de tudo, perseguiram a vontade de se tornarem os agentes de ligação entre a seda persa e os mercados europeus<sup>123</sup>. Contudo, algumas cartas, cujos extractos foram publicados por William Foster (1906-1909), demonstram que os ingleses receavam a reacção castelhana ao alinhamento junto dos persas no ataque a Ormuz. De certa maneira, ao unir forças com a Pérsia, que não deixava de ser um estado muçulmano, para atacar um estado católico como Portugal, cuja coroa se encontrava ainda por cima unida a uma das mais poderosas de toda a Cristandade, os ingleses temiam estar a intentar contra “Deus Todo-Poderoso”. Os holandeses, por sua vez, aplaudiam tal provocação contra a dignidade castelhana, pois Espanha continuava a ser a sua “inimiga mortal”, e qualquer atitude que a enfraquecesse fortalecia as Províncias Unidas (ainda que virtualmente) [Foster 1908: VIII-IX, 227, 312-313]. Para os ingleses, por outro lado, a possibilidade de se estabelecerem em Ormuz e exercerem uma influência hegemónica sobre o Golfo Pérsico, trazer-lhes-ia a

---

<sup>120</sup> Instruções de El-Rei a Rui Freire de Andrade, Madrid, 15 de Janeiro de 1619, documento transcrito em Andrade 1940: 289-295. A apreensão e condenação do então vice-rei da Índia Fernão de Albuquerque em relação à expedição de Queixome [expressa em TT-SV, Cx. 19, fol. 100], é frequentemente mencionado. Ver, entre outros exemplos, Azevedo 1641, Boxer 1935: 73, e Cordeiro 1896.

<sup>121</sup> Sobre os detalhes da expedição de Queixome, com uma opinião bastante reprovadora, ver Cordeiro 1896.

<sup>122</sup> TT-SV, Cx. 19, fol. 100. Decifrado de uma carta de Fernão de Albuquerque, Governador da Índia, sobre o deplorável estado dela, 31 de Março de 1622. Ver também a carta de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, de 14 de Janeiro de 1622, onde o rei refere o quanto importa socorrer a armada de Rui Freire de Andrade que andava no Estreito de Ormuz, [TT-SV, Cx 19, fol. 10]. Na Carta da Câmara de Goa para El-Rei, datada de 30 de Março de 1622, diz o seu remetente sobre as condições de defesa de Ormuz: “[...] todos em geral estamos pobres, consumidos e acabados” [TT-SV, Cx. 19, fol. 101].

<sup>123</sup> Sobre os acordos determinados pela sua aliança ver a *História Geral* de Monnox em Andrade 1940: 325-326, Boxer 1935: 74; Della Valle 1991: 8-9; e Matthee 1999: 106.

vantagem adicional de ganhar aquela que era ainda considerada a “chave para toda a Índia”<sup>124</sup> [Foster 1908: 118], uma reputação que intimidaria, no mínimo, os seus rivais europeus e asiáticos.

Tal tornava-se particularmente significativo, se se considerar a competitividade permanente com os seus vizinhos do Norte da Europa, os holandeses. Apesar de terem alcançado o Oceano Índico sensivelmente na mesma altura e com o comum objectivo de minar a supremacia que até então os portugueses seguravam naqueles mares, não deixavam de ser rivais, cada um deles conjecturando a sua parcela de ambiciosas (e habitualmente incompatíveis) pretensões relativamente ao Oriente. Apesar de terem, de facto, unido esforços em várias ocasiões para atacar e desmoralizar os portugueses no quadro regional, bem como a reputação espanhola dentro da Europa, as suas relações eram constantemente marcadas por uma desconfiança recíproca: “Os holandeses são muito falsos para serem de confiança [...]”<sup>125</sup> [...] “É uma pena que eles [os ingleses] se tenham envolvido com os holandeses [...]. Os ingleses estarão sempre em perigo enquanto os holandeses não aceitarem cessar as suas depredações na navegação do Índico [...]”<sup>126</sup>.

Mas, como se sabe, os estados europeus não eram os únicos a pautar as suas relações pela instabilidade e desconfiança. Enquanto em todos os mares da Ásia os holandeses assaltavam os domínios do *Estado da Índia*, os ingleses negociavam astutamente a sua aliança com o Xá e balançavam a sua interferência nas possessões portuguesas com as relações com os potentados locais, e os portugueses procuravam salvaguardar-se das ofensivas que pareciam vir de todas as direcções, também os persas, otomanos e mogóis, neste primeiro quartel do século XVII, se viam envolvidos em inesperados realinhamentos, não só entre si, mas também com os europeus. Estes realinhamentos viriam, por sua vez, incidir sobre Ormuz, adquirindo no seu estreito um carácter verdadeiramente global.

Para explicar o cruzamento e intersecção de conflitos europeus e regionais em torno da questão de Ormuz, é necessário ter em conta, não só todos os conflitos nas fronteiras continentais da Pérsia Sefévida já mencionados, mas também as movimentações expansionistas que o Xá dirigiu a duas outras cidades de fundamental importância no quadro

---

<sup>124</sup> Carta do Presidente Fursland e Conselho em Batávia para a Companhia, 27 de Agosto de 1622: “[...] se conseguirdes ter a posse de Ormuz e enviardes meios para mantê-la Vossas Excelências poderão estar certos de terem a chave para toda a Índia, o que será um [?] para os nossos desleais vizinhos os Holandeses, e fará com que os Mouros nos temam” [Foster 1906-1909: 118].

<sup>125</sup> Carta de Thomas Rastell, Giles James, and Joseph Hopkinson para o Presidente e Conselho em Batávia, Surate, 24 de Janeiro de 1622, em Foster 1908: 25.

<sup>126</sup> Carta do Presidente Fursland e Conselho em Batávia para a Companhia, 27 de Agosto de 1622, em Foster 1908: 116-119. Sobre a permanente desconfiança e rivalidade entre ingleses e holandeses, ver também Purchas 1905: 422-423.

regional: Qandahar (1622) e Baçorá (1624-1625). Com efeito, as campanhas que Abbas levou a cabo para reconquistar cada uma delas para o seu império (lembremo-nos que, numa altura ou noutra, já ambas tinham feito parte do domínio sefévida) influenciariam ou seriam influenciadas pelos assuntos do estreito ormuzino, pelo que se se considerar os realinhamentos que se construíram em torno de cada uma destas disputas, é possível desenhar uma relação com a luta por Ormuz.

Enquanto Abbas, já com a cooperação britânica bem acordada, se preparava para se lançar sobre Ormuz, era uma boa hora para reaver também para o seu império a cidade afegã de Qandahar que lhe tinha sido conquistada em 1594 pelo imperador Mogol, Akbar (r. 1556-1605).

A cidade de Qandahar tinha desde há muito uma relação directa com Ormuz, reflectindo-se a intensidade do tráfego da rota que a atravessava nos mercados ormuzinos [Floor 2006: 201]. Como se sabe, depois da conquista definitiva da ilha de Ormuz em 1515, os capitães portugueses da fortaleza não tardariam muito até começarem a aproveitar-se da posição que detinham no reino ormuzino. Pouco demorou até que se encarregassem do controlo da alfândega e elevassem os impostos sobre o comércio de um modo exagerado, o que cairia obviamente no desagrado dos mercadores asiáticos. Além, claro, dos casos de corrupção e desvio de lucros da abastada alfândega em proveito da riqueza pessoal.

Os elevados impostos no porto de Ormuz, juntamente com as hostilidades que se aproximavam gradualmente do Golfo no início do século XVII por intermédio do Khan de Xiráz e com o consentimento do Xá Abbas, tornariam a escala na pequena ilha cada vez menos atractiva. Mas os mercadores orientais, especialmente os persas e os indianos, cedo encontraram uma rota alternativa para o comércio oriental: precisamente Qandahar [Floor 2006: 212, 222; Gil Fernández 2008: 181, 185]. A ligação entre os mercados do Médio Oriente e da Ásia Mogol através de Qandahar tinha ainda outra vantagem sobre Ormuz: era bastante mais segura. Uma das iniciativas que Abbas levou a cabo durante o seu reinado e que viria a favorecer largamente o comércio no seio da Pérsia, seria a segurança das suas estradas e rotas terrestres. Fê-lo, e com um grande sucesso, tornando os governadores de cada província responsáveis pela segurança dos viajantes e mercadores, bem como dos produtos que consigo levavam em viagem, ou seja, se algo lhes acontecesse, seriam estes governadores obrigados a recompensá-los [Matthee 1999: 67].

Não é de estranhar, portanto, que as campanhas para a recuperação de Ormuz e Qandahar tenham coincidido no tempo, pois, a sair vitorioso, o que acabou por acontecer, Abbas passaria a controlar as principais rotas que cruzavam os seus reinos, sobretudo porque

pouco tardaria até que se empenhasse na recuperação das não menos importantes cidades de Baçorá e Bagdad, de que se falará mais adiante.

Com o Xá determinado em recuperar o domínio sobre Qandahar e em aceso conflito com os vizinhos mogóis, os portugueses viam nesta querela a sua oportunidade para equilibrar as forças no Golfo, um equilíbrio que estava, por esta altura, já demasiado inclinado para o eixo anglo-persa. No seu entender, só teriam a ganhar enquanto perdurasse a luta pela cidade de Qandahar, pois, enquanto os persas estivessem entretidos nas suas fronteiras orientais, talvez os portugueses conseguissem alguma acalmia no Estreito de Ormuz para poderem, pelo menos, recuperar o fôlego. O exército sefévida, ainda que intimidante e poderoso, via-se obrigado a dividir as suas forças por duas contendias, algo que Abbas sempre se esforçara por evitar [DOCUMENTAÇÃO].

Mas, por outro lado, o Xá tinha o apoio da força naval britânica a insistir nas ofensivas do Estreito de Ormuz. De facto, antes de iniciar a campanha pela recuperação de Qandahar, o Xá certificou-se de que estava amparado pela poderosa artilharia naval inglesa na costa persa do Golfo. Os portugueses, por sua vez, esperavam retirar vantagem da hostilidade mogol contra o Xá e até mesmo contra os ingleses<sup>127</sup>. Já o cronista António Bocarro refere o quão conveniente era para os portugueses “mostrar-lhes [aos mogóis] quanto mais lhes convinha a amizade [portuguesa] que a dos ingleses e holandeses”. Depois de um acordo de paz<sup>128</sup>, os portugueses e o Imperador Mogol, Jahangir, comprometeram-se a rejeitar qualquer tipo de acordo comercial tanto com ingleses como com holandeses, bem como a não lhes providenciar qualquer tipo de abrigo nos portos indianos. Por outro lado, Jahangir autorizava agora os portugueses a expulsar os ingleses de Surate. Ao mesmo tempo, portugueses e mogóis retomariam os seus laços comerciais [DOCUMENTAÇÃO].

Interferir e danificar as relações dos ingleses e holandeses na costa do império mogol foi uma das estratégias que os portugueses encontraram para responder à ameaça anglo-holandesa à sua hegemonia no Golfo Pérsico. Este cruzamento de rivalidades e o aproveitamento que os portugueses procuraram fazer delas, estão bem expressos numa carta enviada por Filipe IV ao Conde da Vidigueira. O soberano ibérico manifesta a vontade de empregar todas as forças dos seus Reinos “para que sem lhe alçar a mão se acabem de todo com os inimigos estrangeiros, e os Reis vizinhos se aquietem, e contenham e por entretanto procurareis conservar com eles a paz, e amizade, e desuni-los dos Ingleses e dos Holandeses

---

<sup>127</sup> Bocarro 1876: 201. Ver também Bocarro 1876: 393.

<sup>128</sup> Este acordo de paz teve lugar um pouco antes, entre 1615 e 1617, quando as circunstâncias começavam gradualmente a apertar o domínio português sobre Ormuz e o domínio mogol sobre Qandahar.

usando todos os meios e inteligências que puderem ser a propósito, e que se fomente a guerra entre o Mogol e o Persa como mais em particular [...]”<sup>129</sup>.

Talvez conscientes deste perigo, os ingleses temiam a influência de Portugal sobre os potentados regionais, da mesma maneira que os portugueses também recebiam a influência inglesa. Se o conflito entre persas e otomanos se reflectia no desvio da seda persa em favor dos navios mercantes britânicos, a disputa por Qandahar entre persas e mogóis poder-se-ia provar desvantajosa para os privilégios que até então guardavam na região. De facto, em algumas das cartas publicadas por William Foster, os ingleses não escondem o receio que a expedição persa contra Qandahar poderia arrastar<sup>130</sup>: “O Rei da Pérsia, como é declarado, fez uma investida no território Mogol neste lado de Qandahar, e enviou outro exército para tomar Tatta no Sinde; o que, se acontecer, iniciará grandes distúrbios neste país para todas as pessoas, tendo este Rei convocado desde então todos os seus soldados para socorrer àqueles lugares”<sup>131</sup>.

Mas a fortuna não estaria nem do lado lusitano, nem do lado mogol, e no conflito contra persas em torno de Ormuz e Qandahar, respectivamente, seriam eles os tristes derrotados. Aproveitando-se da confusa situação dentro do Império Mogol, ao que não era alheia a débil saúde do imperador Jahangir e a instabilidade e intrigas que a sua sucessão suscitava no seio da sua corte, Abbas lograria recuperar Qandahar em 1622<sup>132</sup>.

No mesmo ano também os portugueses perderiam Ormuz, não conseguindo sustentar por mais tempo o ataque anglo-persa e rendendo-se perante esta aliança em Maio de 1622<sup>133</sup>. A defesa da fortaleza de Ormuz é muitas vezes apontada como insuficiente<sup>134</sup>, o que se explica em parte pelo já mencionado facto de o *Estado da Índia*, cujos rendimentos na altura ultrapassavam de uma maneira geral uma severa crise, sem encontrar sem alternativas e sem

---

<sup>129</sup> Carta de Filipe IV ao vice-rei da Índia, o Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em Andrade 1940: 302-305. Ver também Faria e Sousa 1945-1948: Vol. VI, 75, 172-173.

<sup>130</sup> Pietro Della Valle (1991: 417-419) descreve algumas das tensões entre ingleses e mogóis.

<sup>131</sup> Carta de George Pike para a Feitoria de Surate, Broach, 7 de Julho de 1622, em Foster 1908: 99.

<sup>132</sup> Sobre o reino do Imperador Mogol, Jahangir, ver Richards 1987: 94-118. Sobre a instabilidade dos últimos anos de vida e reinado de Jahangir, ver Foster 1908: xxiii-xxvi.

<sup>133</sup> Para mais detalhes sobre a sucessão de eventos em torno do ataque anglo-persa e consequente perda portuguesa de Ormuz, ver Andrade 1940, Boxer 1935, Cordeiro 1896 e Loureiro 2007.

<sup>134</sup> Goa estava bem consciente de como era necessário defender e socorrer Ormuz, como está bem expresso no já mencionado *Assento do Conselho que fez o Governador Fernão de Albuquerque*, de 20 de Outubro de 1621, [Azevedo 1641: 87-90]. Também Edward Monnox, na sua *História Geral*, testemunha as condições deploráveis dos portugueses dentro da fortaleza ormuzina, [Andrade 1940: 343]. Sobre o estado preocupante de Ormuz, ver *Memorial de Matheo Duarte, morador em Goa como Produtor de Mamedexa*, Rei de Ormuz, 23 de Abril de 1622: “[...] é muita a pobreza em que hoje em dia vive [Ormuz] porque muitas das suas terras estão cobradas ou arruinadas e as vendas delas diminuídas como também o Xá Rei da Pérsia as tem ocupadas [...]; [o comércio] na Ilha de Ormuz que hoje não importa a terça parte do que rendia nos tempos dos Reis seus antecessores a cuja causa não pode [o Rei de Ormuz] acudir com socorro nem dinheiro as suas fortalezas [...]”, [TT-SV, Cx 19, fol. 76 A].

condições para evitar agressões vindas de tantas direcções [Disney 1981: 81]. No mesmo ano, por exemplo, lembremo-nos da tentativa holandesa de ocupar Macau, que, mesmo tendo resultado em fracasso [Boxer 1928: 15-16; Rego 1977: 37-39], acabou por desviar naturalmente as debilitadas forças que os portugueses ainda tinham nos mares da Ásia de outras possessões expostas e ameaçadas.

A perda de Ormuz foi, de facto, uma grande perda para o *Estado da Índia* e para Portugal, e teve graves consequências na sua situação financeira, bem como no crédito que até então detinha no ultramar, pelo que não é de modo algum surpreendente que seja tantas vezes mencionada como o início do fim do império asiático português. Em 7 de Março de 1623 Filipe IV escreveria ao vice-rei da Índia insistindo na importância da recuperação de Ormuz e justificando-a “por restaurar o crédito que ali se perdeu, como por tirar aos inimigos, e particularmente ao Xá o proveito que receberão de estar em seu poder aquela praça todavia intentando eles ocupar outra das desse estado [*o Estado da Índia*]”<sup>135</sup>. Contudo, mesmo nunca tendo conseguido recuperar Ormuz, a derrota perante a coligação anglo-persa estava longe de ser o fim da luta portuguesa pela fortaleza e pelo controlo do estreito<sup>136</sup>. Sendo forçados a abandonar a ilha, os portugueses instalar-se-iam com firmeza em Mascate<sup>137</sup> (onde já tinham uma fortaleza), na costa árabe do Mar de Omã, uma cidade portuária que também segurava uma posição privilegiada à entrada do Golfo Pérsico. Seria a partir deste porto que, de ora em diante, os portugueses preparariam as suas movimentações contra Ormuz, não deixando, entretanto, de aceder, ainda que de um modo menos significativo, aos lucros do comércio do Golfo. Mas também a fortaleza de Mascate, ainda que mais apartada da costa persa e do estreito onde os ingleses investiam, exigia ser cautelosamente conservada, como aliás o sabia

---

<sup>135</sup> Carta de Filipe IV, ao vice-rei da Índia, Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em Andrade 1940: 302-305. Também o Governador da Índia, Fernão de Albuquerque, numa carta datada de 31 de Março de 1622, chama a atenção para a urgência do monarca habsburgo “voltar os olhos para este Estado [da Índia] e mandar muy de propósito e sem nenhuma dilação socorrer conforme ao que está pedindo o trabalho e o posto em que as coisas ficam”, sublinhando a necessidade particular de acudir a Ormuz “que é uma praça tão nomeada no mundo em que todos têm posto os olhos [...]”, [TT-SV, Cx. 19, fol. 100]. A perda de Ormuz é frequentemente *dramatizada* eloquentemente. Ver Andrade 1940: 41, 43; Azevedo 1641: 31, 87-88; Della Valle 1991: 8. Citando Della Valle, com a perda de Ormuz “[...] tudo o resto [que os portugueses possuíam] naquelas partes ficava em grande perigo [...]”. Ver também Bethencourt & Chaudhuri 1998b: 96-97; Cunha 1995:15; Chaudhuri 2005: 85; Disney 1981: 83. Sobre a decadência do poder dos portugueses no Oriente ver Saldanha 2006: 65-66. O autor sublinha a perda de Ormuz de 1622, “um dos mais prezados pontos estratégicos do Estado da Índia”, como o “símbolo mais efectivo” do seu declínio.

<sup>136</sup> Sobre a necessidade de recuperar Ormuz ver *Razões que ocorrem na perda de Ormuz que obrigam a que se intente cobrar-se, e as que confirmam o contrário*, em ML-Lv.1116-Doc.48, fol. 544-557. No entanto, existiam também opiniões contrárias a este empreendimento. Ver *Razões que os homens de opinião contrária ao que fica concluído apontam para se haver de intentar cobrar-se Ormuz*, em ML-Lv.1116-Doc.48, fols. 558-567.

<sup>137</sup> No decifrado da Carta do vice-rei da Índia para Filipe IV, 6 de Abril de 1623, o vice-rei informa que toda a gente de Ormuz “se foi meter em Mascate que estava muy desamparado e se (?) recebeu com grande alento a sua chegada” [TT-SV, Cx. 19, fol. 154].

Filipe IV: “[...] e porque Mascate é agora fronteira de Ormuz, e se se perdesse (o que Deus não permita) não ficaria naquele estreito outra coisa em que pôr os olhos, deveis ordenar tudo o que julgardes por necessário, para que se conserve, e os mercadores e nações amigas que acudiam a Ormuz, enquanto ele não se recobra, achem ali o comércio e abrigo que lá tinham [desviando] dos Persas por Baçorá, Catifa, e as terras do Bombareça, e procurando que as naus do Sinde, e do norte vão a Mascate [...]”<sup>138</sup>.

Os contra-ataques portugueses a Ormuz que se sucederam provar-se-iam consideravelmente fortes, especialmente depois de Rui Freire de Andrade se ver rendido por uma armada enviada por Goa comandada pelo Capitão Nuno Álvares Botelho<sup>139</sup>, até porque a recuperação de Ormuz e a expulsão dos rivais europeus se tornaram objectivos imperativos para o monarca habsburgo, agora já Filipe IV: “[...] tudo se há de empregar na recuperação de Ormuz se outra maior necessidade não obrigar a que se lhe dê preferência, o que por agora me pareceu advertir-vos para que melhor possais tratar do que convier a meu serviço, e a defesa, e conservação desse estado [*o Estado da India*] [...] tanto importa de cobrar Ormuz, e desalojar os inimigos da Europa dos postos que vão ocupando para que esse estado [*o Estado da India*] torne ao que já foi [...]”<sup>140</sup>.

Ormuz encontrava-se agora em mãos persas e os ingleses estavam finalmente autorizados a usufruir dos lucros que cruzavam o estreito<sup>141</sup>. Depois de tomar Ormuz – que permitia o acesso à Rota do Cabo – o Xá podia concentrar-se em estender a sua suserania

---

<sup>138</sup> Carta de Filipe IV ao vice-rei, Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em Andrade 1940: 302-305. Segundo Luís de Matos (1972: xviii) havia opiniões em contrário às que pretendiam investir na reconquista de Ormuz e que defendiam que este investimento deveria ser orientado para Mascate, de maneira a fazer desta cidade “outro Ormuz, assaltar os portos persas e proceder ao bloqueio da ilha”.

<sup>139</sup> Nuno Álvares Botelho é enviado para o Golfo em 1620 [TT-SV, Cx 19, fol. 100]. Sobre a armada de Nuno Álvares Botelho ver a *Relação sumária e mui verdadeira dos sucessos da Armada do Capitão Geral Nuno Álvares Botelho*, 9 de Dezembro de 1624 a 9 de Dezembro de 1625, publicada e anotada por Charles R. Boxer em 1928. A autoria da *Relação* levanta algumas dúvidas, mas o seu valor é bastante interessante para compreender o contexto dos esforços de recuperação da fortaleza de Ormuz. Diz o autor que: “Tratou o vice-rei Dom Francisco da Gama, conde almirante, e logo com este socorro aprestar poderosa armada contra os inimigos de Europa, que se ajuntavam no poço de Surate, para daí irem a descercar Ormuz, e ajudar ao persa a conservar aquela força que nos tinha tomado, com a ajuda dos mesmo inimigos, e que o capitão geral Rui Freire tinha de cerco, com alguns navios, com que andava naquele estreito”, [Boxer 1928: 7]. Ver também o “Traslado do quartel em que o Capitão General Nuno Álvares Botelho desafiou com a sua Armada as da Inglaterra e Holanda que estava em o Poço de Surate”, [BNL, Cód. 465, fol. 84].

<sup>140</sup> Carta de Filipe IV ao vice-rei Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em Andrade 1940: 303-305. Ver também Foster 1908: xii-xiii. Ainda em 1643 se falava na reconquista de Ormuz, como se pode ver pela carta de Pedro Vieira da Silva ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, que menciona as discórdias na Pérsia e a paz na Índia com ingleses e holandeses, como pretexto para a recuperação da fortaleza perdida duas décadas antes, [BA, Cód. 51-VIII-25, fol. 1].

<sup>141</sup> Sobre a cooperação dos ingleses com os persas na conquista de Ormuz aos portugueses, diz Michael Pearson (2008: 148) que os ingleses “pouco crédito e vantagem” conseguiram de tal empreendimento. No entanto, para K. N. Chaudhuri (2005: 85), a perda do controlo do Estreito de Ormuz por parte dos portugueses abriu os mercados do Médio Oriente aos ingleses e aos holandeses pelo Oceano Índico (lembremo-nos que tanto ingleses como holandeses já lhes tinham acesso através do Mediterrâneo).

através do Golfo, o que implicava também a tomada de Baçorá aos otomanos. Alcançada tal conquista, simultaneamente com a recaptura de Bagdad (cuja preservação em mãos otomanas era essencial para impedir o avanço persa sobre o território turco), Abbas lograria afirmar a sua posição também no Levante, consolidando firmemente a sua posição no quadro regional.

No que diz respeito a Baçorá, como se sabe, estava desde 1546 sob o controlo otomano. Em palavras de Charles Boxer, “*adversity does indeed make strange bed-fellows*” [Boxer 1935: 91] e, numa inesperada reviravolta de acontecimentos, ao ser atacado pelos persas, o Pasha Turco de Baçorá recorreu, em 1624, ao apoio português. Os portugueses, determinados que estavam na recuperação de Ormuz, esqueceram todas as diferenças e responderam ao apelo turco. Este imprevisível alinhamento junto das forças turcas na defesa da cidade de Baçorá comportava duas vantagens: por um lado, a distração persa com assuntos para além de Ormuz debilitava a defesa desta fortaleza contra os portugueses; por outro, a localização estratégica de Baçorá era extremamente conveniente para as pretensões portuguesas de continuarem a usufruir do comércio que navegava as águas do Golfo.

Temendo que a conjugação de forças portuguesa e otomana fosse demasiada para o exército persa, o Xá solicitou de novo a ajuda dos ingleses. Estes, no entanto, não aquiesceram, pois continuavam determinados a não cultivar qualquer tipo de inimizade com a Sublime Porta, uma vez que era do seu interesse não prejudicar a sua posição nas redes do comércio levantino [Andrade 1940: 46-47; Awad 1985: 126; Boxer 1935: 91]. Apesar de negarem o seu apoio ao Xá na questão de Baçorá, os ingleses continuariam a defender Ormuz contra os portugueses, contando agora com o apoio naval dos holandeses<sup>142</sup>, já decididos a investir no comércio da seda persa. Mesmo sem a ajuda naval inglesa os persas conseguiriam conquistar tanto Baçorá como Bagdad, valendo-se de alguma instabilidade no seio do Império Otomano<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> Na Relação da Armada de Nuno Álvares Botelho (Boxer 1928: 16), diz o autor que “esta foi a primeira vez que os inimigos holandeses e ingleses se ajuntaram contra” os portugueses. No entanto, uma correcção de Charles Boxer chama a atenção para um episódio passado em Junho de 1622 perto de Moçambique, em que uma esquadra anglo-holandesa havia derrotado o Vice-rei Francisco da Gama, Conde da Vidigueira. Na cópia do decifrado da Carta do Vice-rei da Índia para Filipe IV, datada de 6 de Abril de 1623, o Conde da Vidigueira demonstra bem como a ameaça de ingleses e holandeses se espalhava por todos os domínios portugueses no Oriente [TT-SV, Cx. 19, fol. 154]. Sobre a ameaça holandesa em particular para as possessões asiáticas portuguesas, entre as quais Ormuz, ver Carta de Filipe IV para os governadores, escrita em Madrid em 30 de Novembro de 1622, [TT-SV, Cx. 19, fol. 167].

<sup>143</sup> Para saber mais sobre a campanha de Baçorá e de Bagdad, bem como sobre o estado do Império Otomano nesta altura, ver Della Valle 1991: 422-429. Ver também “Relación verdadera de la muerte del Gran Turco Acomates, y de los bandos, y discórdias sobre la sucesion de aquel Império, juntamente com las razones y causa de su muerte. Dase cuenta de la guerra que le da el Rei de Persia, y las terras que le va ganando, y assi mismo del buen fin que se espera mediante Dios, para provecho y servicio suyo”, [BA, Cód. 51-IX-16, fols. 179-182].

Desta maneira, no ano de 1625, a Pérsia de Abbas I, o *Grande*, alcançava a sua máxima expansão, reclamando um consistente território entre os impérios otomano e mogol, ao mesmo tempo que mantinha as pretensões e movimentações europeias no Golfo sob um apertado controlo<sup>144</sup>.

No que concerne a Ormuz, o seu ciclo como centro económico e estratégico de reconhecida importância chegava ao fim. Depois de conquistada a ilha e o estreito aos portugueses, os persas, perfeitamente cientes da sua inferioridade naval, vital para proteger qualquer porto insular, quanto mais um tão disputado como Ormuz, transferiram prontamente todo o movimento que dava vida a esta inóspita ilha para o porto de Bandar-Abbas, no litoral persa do Golfo, que seria, eventualmente, atravessado pelas mesmas rotas, produtos e mercadores.

A intensa actividade comercial de Bandar-Abbas – mesmo sem alcançar a prosperidade que afamara Ormuz durante todo o século XVI<sup>145</sup> – deixaria evidentemente de responder perante os portugueses. Apesar de tudo, a perda de Ormuz não significou o desaparecimento dos portugueses do Golfo. Pouco tardaria até que a cordialidade fosse retomada, seguindo-se muitos anos de saudáveis relações comerciais com a Pérsia da dinastia sefévida, que teria ainda mais um século de existência. Só que Portugal era agora apenas mais um dos beneficiados da riqueza que atravessava o Golfo. Um detalhe mínimo no contexto de um império que, outrora tão magnificente, enfrentava agora um sem fim de ameaças às quais não conseguia de modo nenhum responder. Relegado para uma posição meramente secundária nos mares asiáticos, Portugal, que não tardaria muito até se ver separado da Coroa dos Habsburgos e sob o reinado da dinastia de Bragança, não demoraria a encarar as potencialidades do Atlântico, nomeadamente, do Brasil. Mas, de novo, os “inimigos da Europa” e as suas frotas encontrariam rotas e ventos para as costas atlânticas<sup>146</sup>. O conflito globalizado que agitara as águas persas neste primeiro quartel do século XVII deslocar-se-ia apenas para outros paradeiros, reacendendo velhos conflitos sobre novas pretensões – territoriais, políticas e económicas.

---

<sup>144</sup> Ver Mapa 11 em Anexos.

<sup>145</sup> Ver Bacquè-Grammont, Couto e Taleghani 2006: 306-309; Chaudhuri 2005: 92; Herzig 1985; Della Valle 1991: 9-10. Sobre a transferência do porto de Ormuz para Bandar-Abbas, o antigo Comorão, diz Cunha (1995:15): “Tal resposta, corporizada no Índico Ocidental em portos como Bandar Abbas na Pérsia, o antigo Bandel do Comorão ormuzino, e Surate no Império Mogol, prenunciam já um tipo de cidade portuária totalmente nova, a do porto nacional. Este novo fenómeno trata-se, até certo ponto, de uma resposta asiática à presença europeia nas suas águas e nos seus portos, de modo a controlar a sua influência e a aumentar os réditos do soberano”.

<sup>146</sup> Lembremo-nos da ocupação holandesa da Baía em 1624-1625 e da sua invasão de Pernambuco em 1630 [Boxer 2001: 121].

Em síntese, o conjunto de circunstâncias que agitava as águas do Golfo Pérsico na década de 20 do século XVII resumia-se ao seguinte: depois de recuperar Ormuz e reocupar Qandahar em 1622, os persas lutavam contra os otomanos em Baçorá e Bagdad, defendidas pelos últimos com o apoio dos portugueses, outrora declarados inimigos dos otomanos. Apesar de os persas terem saído vitoriosos destas duas campanhas sem o apoio britânico, o que se tornou possível unicamente porque o Império Otomano atravessava alguma instabilidade no interior do seu território, provaram-se extremamente dependentes dos ingleses na reocupação de Ormuz face aos portugueses, realizada quase simultaneamente com a recuperação de Qandahar face aos mogóis. A única maneira de lutar em diferentes e distantes fronteiras ao mesmo tempo – tenhamos em conta a enorme dimensão da Pérsia Sefévida – era ter o apoio de uma força externa em, pelo menos, uma dessas fronteiras<sup>147</sup>. Esta dependência é bem ilustrada pelo facto de que, ainda que os persas pretendessem expulsar os portugueses também de Mascate, onde estes se tinham estabelecido depois de perderem Ormuz, o Xá, talvez por ver-lhe negada a cooperação britânica, não se atreveu a investir em tal campanha. Os portugueses, por seu turno, continuavam a lutar persistente mas ingloriamente contra persas, ingleses e holandeses em Ormuz para recuperar a alfândega mais importante do seu império asiático e recuperar assim o domínio regional que tinha sido posto em xeque com a chegada dos “inimigos da Europa” a partir do final do século XVI.

Por outro lado, os persas em Ormuz eram ajudados por uma armada que combinava as forças de britânicos e neerlandeses, cujas óbvias ambições de substituir a supremacia oriental portuguesa pela sua eram acerbadas pela sua declarada inimizade para com o Imperador Habsburgo, cuja coroa estava unida à portuguesa. Tal hostilidade transportar-se-ia desde o palco europeu e encontraria expressão evidente em todo o Oceano Índico no geral, e nas águas do Golfo Pérsico em particular, através dos ataques que tanto ingleses como holandeses infligiam sobre os domínios portugueses, esquecendo momentaneamente que em território ultramarino (tanto como europeu) eram também uma ameaça para cada um deles.

A instabilidade das relações entre os estados europeus encontrava no Médio Oriente e na Ásia Central um panorama semelhante, onde os momentos de fragilidade de cada uma das potências se provariam cruciais para os seus territórios, nunca sendo subestimadas pelos seus vizinhos. Se os uzbeques ocuparam o Coraçone durante a crise de sucessão sefévida de 1588-1589, os persas recuperariam este território durante as suas próprias atribulações sucessórias em 1598. Os mogóis ocupariam Qandahar em 1594 antes do Xá Abbas ter tempo para dar o

---

<sup>147</sup> Diz Jeremy Black (2004: 27) que esta cooperação entre potências islâmicas e potências ocidentais era “vital não apenas para o processo de conquista, mas também na subsequente estabilização da ordem imperial (...)”.

impulso à Pérsia Sefévida que faria com que viesse a ser recordado como o *Grande*, mas o Sofi aproveitar-se-ia da debilitada saúde do Grão-Mogol Jahangir e das intrigas da sua rainha e do seu filho dentro da corte mogol para recuperar esta importante cidade em 1622. Além disso, a concessão de importantes territórios persas para os otomanos a que Abbas foi obrigado com a Paz de Istambul de 1591 coincidiu com a fragilidade dos seus primeiros anos de reinado, mas o Xá seria suficientemente sensato para aproveitar-se dos primeiros indícios de instabilidade no seio do Império Otomano no início do século XVII para reaver, não apenas alguns dos territórios perdidos na última década de quinhentos, mas também as importantes cidades de Baçorá e Bagdad, desde há muito perdidas para o Sultão.

Neste primeiro quartel de seiscentos, Ormuz concentrou de facto uma atenção globalizada. Dos portugueses que procuravam, por todos os meios possíveis, conservar a “pedra do anel” do seu império oriental, por esta altura já em irreversível declínio. Dos persas que viram nas fraquezas portuguesas a ocasião ideal para, depois de um século tolerando a sua presença desconfortável, recuperar o controlo sobre o Golfo Pérsico, cujo “farol” era precisamente o Estreito de Ormuz. Dos ingleses e holandeses que encontraram o pretexto para satisfazer o Xá e conseguir a sua boa-vontade de maneira a abraçar os vantajosos lucros do comércio da seda, e que estavam interessados em adicionar o Golfo Pérsico e o Mar da Arábia às suas esferas de influência estratégicas (que incluíam também o Índico e o Mediterrâneo), denegrindo, simultaneamente, a posição portuguesa na região. Dos otomanos que procuravam, fosse por que meio fosse, impedir que a Pérsia Sefévida, sua arqui-inimiga, fortalecesse o seu poder sobre o Médio Oriente e o Golfo Pérsico, retirando-lhe a sua supremacia e os seus “parceiros” comerciais – ingleses e holandeses – no Levante, o que implicava para os otomanos salvaguardar tanto quanto possível o domínio sobre a cidade de Baçorá. Dos mogóis, na medida em que os assuntos da ilha de Ormuz desviavam a atenção da contenda com os persas em torno de Qandahar, ao mesmo tempo que aproximava os seus interesses aos dos portugueses. E também dos potentados árabes que tanto se alinhavam junto de uma ou outra destas potências consoante a que melhor servia os seus interesses ou se limitavam apenas a aguardar enquanto observavam as hostilidades entre os seus inimigos e ameaças até tomarem a sua posição no quadro de poderes da região.

A observação mútua e permanente entre os estados asiáticos e europeus envolvidos tornava cada um dos seus movimentos táctico e cauteloso, especialmente quando estes implicavam a escolha de um aliado vindo de fora do seu âmbito regional, o que, por certo, implicava a escolha da amizade do *Infiel* em detrimento do vizinho cultural. Sem dúvida alguma, como se pôde bem observar, a balança de poderes que oscilava em Ormuz tinha um

modo muito próprio de encontrar o seu equilíbrio. Um equilíbrio que naquele estreito adquiriu uma dimensão global.

CONCLUSÃO: GLOBALIZAÇÃO NA IDADE MODERNA?

É ao inserir o conflito por Ormuz no debate sobre a Globalização, desde uma perspectiva da História das Relações Internacionais, que se pretende a originalidade deste trabalho. Como tal permitiu-se a esta conclusão uma exposição mais alargada sobre as principais questões que têm alentado tão intensa discussão. Cada autor procura levar o estudo do fenómeno para o seu ramo, quer seja ele o económico – o mais destacado –, o político, o social ou o cultural. Aquele que este trabalho pretende discutir é o das Relações Internacionais. Cronologicamente: o Período Moderno.

Antes de mais, convém sublinhar que esta dissertação pretende essencialmente ser uma abordagem histórica sobre a globalização, uma abordagem sobre um fenómeno que chegou, de resto, tardiamente ao debate historiográfico. O termo em si difundiu-se sobretudo a partir dos anos 80, com maior afirmação a partir dos 90. À medida que se generalizou – hoje surge-nos diariamente ao ouvido pelos mais diversos canais – a necessidade de compreendê-lo, na sua integridade, em todas as suas dimensões, foi-se tornando gradualmente maior, pois, tal como afirma acuradamente A. G. Hopkins (2006: 151), neste momento “temos o marketing do termo mas ainda não temos um compromisso genuíno para com o assunto”. Até porque, ainda que uma constante em todas as vidas, a verdade é que ninguém sabe ao certo como definir tal conceito, nem o comum dos cidadãos, nem tão pouco os cientistas sociais que se debruçam sobre ele<sup>148</sup>. Assim, que melhor maneira do que recorrer à História, ao passado, para compreender as circunstâncias da actualidade?

A análise do fenómeno da globalização contagiou os cientistas sociais das mais diversas áreas. Estes adoptaram o termo e adequaram-no à sua própria área de investigação, guardando contudo pouco espaço para esmiuçar as origens históricas do fenómeno. Mesmo aqueles que o fizeram, não se delongaram demasiado neste esforço. É precisamente neste contexto que surgem os historiadores, firmes na necessidade de dar “ao estudo da globalização um lugar proeminente na agenda da investigação histórica”<sup>149</sup>.

Mesmo quando a historiografia toma a globalização como seu objecto de estudo, surgem posições controversas. Aliás, numa altura em que historiadores procuram esmiuçar as

---

<sup>148</sup> Segundo Jan Aart Scholte (2000:1), quando se pede a alguém uma explicação da sua própria compreensão de globalização, a resposta tende a enquadrar-se dentro de parâmetros “vagos, inconsistentes e confusos”. Diz ainda que apesar de um sem número de publicações subordinadas ao tema, “as nossas análises de globalização tendem a continuar conceptualmente inexactas, empiricamente frágeis, histórica e culturalmente iletradas, normativamente vazias e politicamente ingénuas”. Sobre a difícil tarefa de chegar a um consenso na definição do conceito de “globalização”, ver Steger 2003.

<sup>149</sup> Hopkins 2002:2. A.G. Hopkins é o editor de “Globalization in World History”, a primeira obra dedicada à globalização escrita exclusivamente por historiadores.

origens do fenómeno, autores há que prenunciam já o seu fim [Held e McGrew 2007: 1], e outros ainda mostram-se profundamente cépticos em relação à utilização do próprio termo “globalização”, tais como o historiador Frederick Cooper<sup>150</sup>. O debate está aceso e a busca para compreender cada uma das ramificações da globalização é incessante. Procuram-se origens, desenham-se processos, sugerem-se cronologias e desdobram-se as suas vertentes. Os “pensamentos” e teorias sobre a globalização multiplicam-se e se poucos são os consensos, a única certeza que existe em torno deste intenso debate é a de que não há nenhuma [Scholte 2000: 39].

O tema tem vindo, assim, a ganhar relevo e a ser cada vez mais debatido pela historiografia internacional<sup>151</sup>. Esta tem, porém, circulado dentro de determinados “vícios”, prendendo-se a determinadas tendências, especialmente no que diz respeito às áreas disciplinares que privilegia e às origens da globalização que sugere. Estes “vícios” são por si só uma limitação para a compreensão da globalização enquanto fenómeno.

A mais evidente inclinação da historiografia no estudo da globalização é, sem dúvida, a abordagem do fenómeno desde uma perspectiva económica [Subrahmanyam 2007: 329-330]. Mas áreas como a política e a cultura também não são negligenciadas<sup>152</sup>. Acresce ainda todo um outro conjunto de áreas em que se procura aprofundar o impacto da globalização – positivo e negativo – como os direitos humanos, as desigualdades sociais (numa óptica de pobreza versus riqueza), migração, ambiente, propagação de doenças, tecnologias da informação e comunicação, entre outras [Hopkins 2006: 151; McGrew 2005: 22].

Há, por outro lado, uma nítida tendência por parte dos historiadores para limitar a cronologia da globalização à Época Contemporânea e, em contrapartida, uma clara resistência em recuá-la até ao Período Moderno<sup>153</sup>. Mas a estipulação de uma cronologia para a globalização, e o seu enquadramento quer nos séculos XVI e XVII, quer nos séculos XIX e XX, é tudo uma questão de definição de critérios [Hopkins 2002: 2-3] – daí que seja este um

---

<sup>150</sup> Frederick Cooper (2001) considera o termo globalização como inadequado, sugerindo diferentes modos e conceitos para analisar processos que, mesmo atravessando fronteiras, estão longe de ser globais.

<sup>151</sup> Também em Portugal, a pertinência e actualidade do tema não passam despercebidas. Basta lembrarmo-nos do último Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (16-17 Novembro de 2007), cujo tema foi precisamente “*Globalization: Long-Term Perspectives*”.

<sup>152</sup> Manfred B. Steger (2003) estipula quatro dimensões para a globalização: a económica, a política, a cultural e a ideológica. Já George Modelski quando fala em “quatro dimensões da globalização”, opta por: construção de uma economia global, formação da opinião mundial, democratização ou criação de uma comunidade global, e emergência de instituições políticas globais. Ver Modelski, “The Four Dimensions of Globalization”. Ver também Modelski (2006).

<sup>153</sup> Um bom exemplo disso é a recente obra dirigida por Michael D. Bordo, Alan M. Taylor e Jeffrey G. Williamson (2005) que, não obstante o esforço de olhar para a globalização desde uma óptica historiográfica, – aliás, como o próprio título o indica –, reúnem um vasto conjunto de especialistas que se limitam a encará-la como um fenómeno económico característico da Época Contemporânea.

dos objectivos centrais deste trabalho, pois o tema foi abordado com a clara noção de que falar em globalização no Período Moderno não é o mesmo que falar de globalização nos nossos dias. É natural que um historiador que concentre a sua investigação na Época Contemporânea e que decida esmiuçar as origens da globalização, se incline para encontrá-las no período que melhor domina. O mesmo se passa com um historiador especialista na Idade Moderna.

O que é realmente imprescindível quando se discute tão complexa temática é considerar a globalização enquanto “processo”<sup>154</sup>. Não limitá-la a um período ou acontecimento específico, mas sim entendê-la como um processo que tem vindo a ganhar forma desde um passado mais ou menos distante, e que tem encontrado em cada época específica diferentes graus de expressão, diferentes fases de evolução e diferentes dimensões<sup>155</sup>.

Ou seja, é um processo que se tem desenvolvido ao longo dos séculos, manifestando-se em cada um deles de uma forma mais ou menos palpável ou mensurável [Modelska 2006]. Daí que, na análise histórica da globalização, a busca de uma baliza cronológica seja tão diversificada e se mencionem particularidades da História da Humanidade tão longínquas como a emigração do *homo sapiens* de África, o Império Romano, a *Pax Mongolica* na Idade Média [Abu-Lughod 2007], a expansão europeia iniciada no século XV com as viagens de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama<sup>156</sup>, as dinâmicas imperiais dos séculos XVI, XVII e XVIII, ou outras singularidades da História mais recentes como a Revolução Industrial do século XIX, o período pós-guerras, o fim da Guerra Fria, ou a revolução das tecnologias da informação e comunicação no século XX, e, já no século XXI, o 11 de Setembro de 2001 – visto, inclusivamente por alguns, como o fim da globalização, mas por muitos como uma evidência de um mundo globalizado [Baylis & Smith 2005: 1].

---

<sup>154</sup> É enquanto processo que William Gervase Clarence-Smith, Kenneth Pomeranz e Peer Vries (2006: 1-2), no primeiro número da revista *Journal of Global History*, se comprometem a estudar a globalização. Já David Northrup (2005: 251), para quem a globalização é sinónimo de “convergência” defende que este é um fenómeno que tem vindo a ganhar forma com uma “força e velocidade” cada vez maiores desde o início do último milénio. Também Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez (2002) encaram a globalização como processo, algo que traduzem desde logo no título do seu artigo: “Cycles of Silver: Globalization as historical process”. Manfred B. Steger (2003: 36), por sua vez, afirma que, mais do que um único processo, a globalização é um conjunto de processos que operam simultaneamente de diferentes formas, níveis e dimensões.

<sup>155</sup> Os artigos reunidos no volume dirigido por A. G. Hopkins (2002) pretendem demonstrar que historicamente a globalização se revestiu de diferentes formas, pelos autores categorizadas como arcaico, proto, moderna e pós-colonial, categorias que, segundo Hopkins (2002:3), devem ser encaradas como sequências sobrepostas e interactivas, mais do que como uma simples sucessão de estágios.

<sup>156</sup> É esta a grande tese de Adam Smith, citado por grande parte dos especialistas que se debruçam sobre o fenómeno da globalização, especialmente aqueles que recuam ao Período Moderno para situar a sua emergência. Ver, entre outros exemplos, Jan De Vries 2007:2 e Subrahmanyam 2007: 330, que fazem menção ao facto de Adam Smith estar associado a esta visão.

As áreas de estudo privilegiadas e a cronologia da globalização são, assim, as grandes questões envolvidas na discussão actualmente acesa em torno deste fenómeno. Quando se fala em “debate sobre a globalização” é praticamente incontornável mencionar aquele que se tem manifestado entre duas duplas de historiadores económicos: a de Kevin O’Rourke e Jeffrey G. Williamson e a de Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez.

Para O’Rourke e Williamson, os três centenários que se seguiram às viagens de Vasco da Gama e Cristóvão Colombo não representaram senão um lento progresso para aquilo que, no século XIX, se viria a impor como globalização, protagonizada ao início pelo Império Britânico, sofrendo uma quebra no período entre as duas Guerras Mundiais, para voltar a ganhar fulgor depois de 1945, e afirmar-se verdadeiramente a partir dos anos 80. Este processo que começou a ganhar forma no século XIX, segundo a visão de O’Rourke e Williamson, seria larga e essencialmente determinado pela integração de mercados e convergência de preços, dois aspectos que, de resto, são mais facilmente mensuráveis, possibilitando uma base mais forte para os argumentos defendidos pelos autores. Sanjay Subrahmanyam, por sua vez, aponta duas críticas aos argumentos destes dois autores: por um lado, a por vezes excessiva obsessão pelo mercado, por outro, a atenção demasiado concentrada no Atlântico, “como se o ‘global’ pudesse ser reduzido simplesmente ao Atlântico”. Dennis O’Flynn e Arturo Giráldez, por sua vez, estudando a economia da prata a uma escala mundial e concentrando-se geograficamente no Pacífico e no Oceano Índico – onde as economias chinesa e japonesa não podem deixar de ser equacionadas –, apontam os séculos XVI e XVII como o início de globalização. Para os autores, o evento chave que marca o início da globalização é o estabelecimento dos espanhóis em Manila no ano de 1571, que se traduziria na ligação, através do Oceano Pacífico, entre a Ásia e as Américas, por sua vez já ligadas a África e à Eurásia através do Atlântico. A procura de prata pela China seria o eixo a vincular os diferentes continentes. Para Sanjay Subrahmanyam, esta visão tem a vantagem de não se cingir à análise da economia atlântica<sup>157</sup>.

O objectivo deste trabalho não é o de recensar detalhadamente o debate alimentado por estes historiadores, mas o mesmo não podia ser ignorado, uma vez que a ele se deve em boa medida o desenvolvimento recente da historiografia que tem a globalização como objecto de estudo. Apontar-se-á apenas que, se a primeira dupla – O’Rourke e Williamson – se fundamenta numa perspectiva contemporânea e económica do fenómeno, a segunda – Flynn e

---

<sup>157</sup> Sobre a perspectiva da globalização de Kevin O’Rourke e Jeffrey G. Williamson ver O’Rourke & Williamson 2002; 2004. Sobre a posição de Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez, ver Flynn & Giráldez 2002; 2004. Sanjay Subrahmanyam (2007: 330-331) e Joseph E. Inikori (2007: 67-69) fazem uma sucinta análise da visão das duas duplas de autores sobre o fenómeno.

Giráldez – já considera a Época Moderna como período chave, não se desviando, porém, da visão economicista (mais especificamente, monetária), pelo que, mesmo nos especialistas mais destacados, voltamos a encontrar as duas orientações que este trabalho pretende evitar.

Há, por outro lado, uma questão sempre presente no debate sobre globalização, a que diz respeito à relação entre o Ocidente e o Oriente. Se são vários os trabalhos que se debruçam e têm debruçado nas últimas décadas sobre a emergência do Ocidente face ao Oriente – uma visão, por si só, demasiado eurocentrista<sup>158</sup> – cada vez surgem mais estudos que se contrapõem a esta visão, em parte inspirados pela actual e gradual emergência no palco internacional de países como a China e a Índia, para muitos, “*the future of the world*”. A revista *History Workshop Journal* publicou no seu número 63 um artigo de Geoff Eley, “Historicizing the Global, Politicizing Capital: Giving the Present a Name”, que foi seguido por um número dedicado à discussão analítica dos argumentos de Eley e que reuniu um conjunto de especialistas, entre os quais Sanjay Subrahmanyam e Maxine Berg. Uma das principais críticas apontadas ao seu artigo, partilhada por ambos os autores, é o facto de Eley pecar por focar-se fundamentalmente no Ocidente, não adoptando uma visão amplamente global, como seria de esperar<sup>159</sup>.

Ao não ponderar a emergência de potências orientais como as que foram acima mencionadas, corre-se o risco de, em palavras de Sanjay Subrahmanyam, “reproduzir aquela velha e familiar história do ‘global’, onde tudo começa no Mediterrâneo, passa para o Atlântico, acabando, eventualmente, e através de círculos concêntricos, por expandir-se para o resto do mundo” [Subrahmanyam 2007: 331]. A tendência de colocar o Ocidente no epicentro do processo de globalização é evidente, mas talvez se possa dizer que se encontra em retrocesso, uma vez que têm surgido vários trabalhos que procuram enfatizar o papel do Oriente na construção deste fenómeno<sup>160</sup>. De qualquer maneira, esta tendência foi também evitada ao longo deste trabalho e precisamente por isso se escolheu o teatro político do Médio Oriente e do Golfo Pérsico como geografia central deste estudo.

Se já se referiu que a globalização chegou tardiamente ao domínio da historiografia, também é certo que no das relações internacionais, particularmente a sua história, carece de uma maior conceptualização, essencialmente uma que se consiga “desligar” das particularidades económicas do fenómeno e que consiga entendê-lo como um processo

---

<sup>158</sup> Para Bruce Mazlish (2001:8), a área disciplinar que surgiu recentemente com o objectivo de estudar o fenómeno da Globalização, a Nova História Global, pretende contornar a “miopia eurocêntrica, alargando toda a perspectiva histórica da humanidade”.

<sup>159</sup> Ver os artigos de Geoff Eley (2007) e de Sanjay Subrahmanyam (2007) e Maxine Berg (2007).

<sup>160</sup> A obra de André Gunder Frank, “*ReORIENT: global economy in the Asian Age*” (1998) é um bom exemplo, um livro que procura, acima de tudo, substituir “o eurocentrismo pelo globalismo” [Ludden 1999: 564].

evolutivo [Modelski 2006] não confinado às últimas duas ou três décadas ou até ao último século, nem tão pouco à influência europeia no mundo. Libertarmo-nos destas tendências, por si só bastante limitadoras, talvez seja um primeiro passo para a compreensão da Globalização como um todo, ou seja, em todas as áreas em que se manifesta, inclusive, na área a que esta dissertação diz respeito: a História das Relações Internacionais.

Tal conceptualização resume-se, no fundo, a uma questão de critérios que sustentem uma definição coerente e consistente. Mas é importante manter presente que partir para uma definição conceptual de globalização pressupõe ter plena consciência da sua flexibilidade. A globalização económica não se rege pelos mesmos critérios que a globalização política ou cultural<sup>161</sup>. A abordagem economicista, de uma maneira geral, tende a privilegiar variáveis como a integração de mercados, a convergência de preços, a livre circulação ou a internacionalização de produtos e factores de produção. A abordagem política, por seu turno, sugere critérios como a distribuição do poder, a cooperação internacional, a interdependência entre estados e sua movimentação num palco transnacional, ou a criação de organizações políticas intergovernamentais regidas por interesses e normas comuns. Já a abordagem cultural tende a frisar factores como a transferência e difusão de ideias<sup>162</sup> e opiniões, a transmissão de línguas, a homogeneidade de hábitos, costumes (por exemplo, no consumo, o que permite, por sua vez, o aparecimento de novos conceitos ou jogos de palavras como “*cocacolization*” [Martinelli 2003: 97] ou “*googlization*”, ou abrindo ainda espaço para que se fale num “*McWorld*” [Scholte 2000: 23]) e gostos (na música, no cinema, na literatura, no vestuário, etc.). Esta homogeneidade global contrapõe-se à perda de heterogeneidade, o que levanta muitas críticas à globalização enquanto fenómeno, ao traduzir-se na perda de valores culturais distintos. Por outro lado, poder-se-á considerar que a globalização, em qualquer uma destas três vertentes, se encontra intimamente relacionada com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que ganharam fôlego nas duas últimas décadas do século XX.

Este é, portanto, um conceito desdobrável, aberto a várias definições possíveis, e é precisamente dentro desta flexibilidade que se tentará enquadrar a própria definição de Globalização das Relações Internacionais no Período Moderno e esboçar um conjunto de critérios que a consolidem.

---

<sup>161</sup> Para um desenvolvimento mais alongado das diferentes dimensões do conceito de “globalização”, bem como das suas características, ver Steger 2003.

<sup>162</sup> Geoffrey C. Gunn, no seu *First Globalization: The Eurasian Exchange, 1500-1800* (2003) em muito contribuiu para a abordagem cultural sobre o fenómeno, concentrando-se essencialmente na interacção cultural entre a Europa e o Oriente e no intercâmbio e transmissão de ideias, seus agentes e seus veículos, privilegiando o Período Moderno.

O conceito de globalização “traduz o extraordinário desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 80”. É assim que Fernando de Sousa começa por definir este conceito no seu *Dicionário de Relações Internacionais*. Depois de focar os aspectos económicos do fenómeno, o autor refere que através da globalização os “Estados tornam-se cada vez mais interdependentes, prisioneiros do “sistema-mundo”” [Sousa 2005: 91]. Para Ian Clark<sup>163</sup> (1997: 6) se a globalização tem algum significado, então é certamente o de que é o fim da visão das relações internacionais como um território governado por si próprio, substituída agora por uma lógica política entre estados. Anthony McGrew (2005: 25), por sua vez, define o fenómeno como “um processo histórico que envolve essencialmente uma mudança ou transformação na escala espacial da organização social humana que liga comunidades distantes e expande o alcance das relações de poder através de regiões e continentes”. Já John Baylis e Steve Smith (2005: 8) definem globalização como “o processo de uma interligação crescente entre sociedades de tal modo que os acontecimentos numa parte do mundo cada vez têm mais efeitos em povos e sociedades longínquos”. Esta definição oferecida pelos dois autores, e partilhada em parte por Anthony McGrew (2005:22), é, como se verá, aplicável à definição de globalização das relações internacionais no Período Moderno a que se chegou estudando o conflito de Ormuz no primeiro quartel do século XVII. De todas as definições encontradas, talvez seja esta a mais aplicável ao case-study escolhido por este trabalho.

De qualquer maneira, o que é certo é que a discussão sobre a globalização aplicada às relações internacionais não tem tido o mesmo destaque que aquele aplicado à economia ou à cultura. Diz Ian Clark (2006: 188) que o debate mais próximo da teoria das Relações Internacionais se divide entre encarar a globalização como uma força autónoma ou como um fenómeno que é em si mesmo uma criação das relações internacionais e do comportamento dos estados. Por outro lado, se este autor procura entender o fenómeno desde a perspectiva das relações internacionais, e se afirma como um dos mais salientes, restringe-o, porém, ao século XX. Algo que se passa com outros especialistas das relações internacionais que, mesmo quando procuram esmiuçar as origens históricas do fenómeno, se concentram nas problemáticas específicas dos séculos XX e XXI.

---

<sup>163</sup> Na sua obra, *Globalization and Fragmentation*, (1997) Ian Clark faz uma análise de dois fenómenos que acredita moverem-se em paralelo no seio das relações internacionais: a globalização e a fragmentação. Alberto Martinelli (2003) apresenta um ponto de vista semelhante ao considerar uma “ordem global” a par de um “mundo dividido”.

Por mais que este trabalho encontre critérios e definições do conceito em toda a literatura sobre globalização que se tem produzido nos últimos tempos<sup>164</sup>, e podendo inclusive servir-se de alguns deles para os próprios critérios e definições que pretende sugerir, a verdade é que é necessário esboçar um conjunto de critérios próprios, bem como uma definição, que se aplique à globalização das relações internacionais no Período Moderno. Este é um esforço que, de resto, se deve essencialmente ao facto de, na área específica da História das Relações Internacionais, a questão da globalização ter vindo a receber um menor desenvolvimento, especialmente quando o período que se pretende focar é a Idade Moderna.

Diz A. G. Hopkins (2002: 2-3), que a resposta ao dilema científico de considerar a globalização como produto do mundo contemporâneo ou como produto de um passado distante está dependente de duas coordenadas: por um lado, e como já foi dito, da definição de termos ou critérios para a globalização enquanto fenómeno; por outro da utilização de evidências históricas – “objectivo óbvio da entrada dos historiadores no debate”. Foram estas evidências históricas que se procuraram quando se escolheu o conflito pelo Estreito de Ormuz no primeiro quartel do século XVII.

A questão de Ormuz, ilha e estreito, como se pôde ver, estava intrinsecamente dependente de uma pluralidade de problemáticas regionais diversas. Por um lado, as da Europa, que se reflectiram na aliança – ainda que pontual – de ingleses e holandeses que, apesar de rivais no Índico e na Europa, encontraram naquele estreito um motivo de aliança, entre si e com os persas, para acabar com a influência que os seus inimigos europeus, espanhóis e portugueses (agora unidos pela Coroa dos Habsburgos), detinham no Oriente. Por outro lado, as problemáticas regionais do Médio Oriente e Ásia Central, na medida em que a acalmia no estreito dependia das relações entre o Xá da Pérsia e os vizinhos otomanos e uzbeques a Norte do território persa, caracterizadas por um estado bélico permanente, essencialmente, e as relações entre o Sofi e os mogóis na fronteira oriental da Pérsia, com quem os soberanos sefévidas mantiveram uma amizade mais ou menos constante durante o século XVI, e cuja desavença em torno da cidade de Qandahar viria a coincidir temporalmente com a questão de Ormuz.

Mas analisemos a balança de poderes considerada por cada um destes soberanos na questão de Ormuz, rejeitando cingir a perspectiva deste trabalho – que se pretende global – a uma visão demasiado eurocentrista.

---

<sup>164</sup> Alex MacGillivray (2006: 1) diz existirem ao todo, neste momento, cerca de 5.000 títulos publicados sobre o tema da globalização.

Por um lado, temos os soberanos habsburgos a considerar os conflitos que mantêm as suas forças militares – pela união de Coroas, formadas por espanhóis e portugueses – ocupadas no palco da Europa com os ingleses e os neerlandeses e as suas ambições de hegemonia e independência, respectivamente, e o modo como tais conflitos se reflectem nas suas possessões ultramarinas, não apenas nas Américas, nas costas ocidental e oriental africanas, mas também em todos os mares da Ásia e, especificamente, no Golfo Pérsico. Simultaneamente, o rei de Espanha e de Portugal considera as relações entre as potências regionais: em que estado está cada uma das fronteiras do Xá, o quão conveniente é fomentar a guerra entre persas e turcos e persas e mogóis, e o quão importante é cultivar intrigas que afastem tanto o Xá como o Imperador Mogol de qualquer tipo de entendimento com ingleses e holandeses, os rivais do Norte da Europa.

Já o Xá, por sua vez, também pesava prudentemente – e aproveitando-se de um conjunto de circunstâncias favoráveis no quadro regional – cada um dos seus adversários e potenciais aliados. Enquanto não deixou as suas fronteiras continentais bem solidificadas e a sua integridade territorial bem firme, o que implicou impor a sua força perante o poderoso Império Otomano, a ameaça sempre presente da Dinastia Uzbeque e as pretensões expansionistas do Império Mogol, Abbas, perfeitamente ciente da fragilidade da sua força naval, não se aventurou nas águas do Golfo Pérsico. Era necessário um aliado no mar pelo menos tão forte quanto os portugueses, e o Xá sabia-o. Assim, teve que esperar pela ajuda militar e naval dos norte-europeus que começaram a desbravar o Golfo a partir do início do século XVII. Ingleses e, pouco mais tarde, holandeses, viriam, em boa hora, servir os propósitos de Abbas. Estes norte-europeus chegavam tão desejosos de substituir os portugueses, e a posição privilegiada que estes seguravam até então na região, quanto o Sofi o estava de afastar os navios lusitanos do estreito e das águas que voltavam gradualmente ao seu domínio. O Xá soube aproveitar-se, e bem, dos conflitos que emanavam do continente europeu. Consciente ou não das rivalidades que a Monarquia Católica mantinha acesas com Inglaterra e com as Províncias Unidas, não precisou de muito tempo para aliciar ingleses e holandeses a ajudá-lo a expulsar os portugueses do estreito que estes tinham ocupado à Pérsia desde os tempos de Ismail I, no princípio do século XVI.

Tentemos agora vislumbrar a questão de Ormuz pelo ponto de vista dos ingleses e holandeses, já que a sua ingerência foi determinante para o reequilíbrio de forças resultante da perda portuguesa de Ormuz. Na Europa, a Inglaterra lutava por uma posição de hegemonia face, entre outros, aos soberanos castelhanos, e as Províncias Unidas, por sua vez, lutavam por se libertar do domínio habsburgo, sendo ambas, por isso, declaradas inimigas de Espanha.

Portugal, como resultado da união de coroas, ver-se-ia colhido no meio destas inimizades, e, no além-mar, seriam os portugueses os maiores prejudicados. Quando os navios do Norte da Europa se dirigiram ao Oriente, atraídos pelas riquezas que alcançavam a Europa, faziam-no já com a calculada intenção de expulsar tanto portugueses como espanhóis. Os ataques de ingleses e holandeses multiplicavam-se por todos os mares da Ásia, deixando o *Estado da Índia* sem mãos a medir para salvaguardar as suas possessões orientais. Ingleses e neerlandeses apercebiam-se gradualmente do quão importante era manter boas relações com as forças regionais, bem como cultivar o mau relacionamento entre estas e os rivais luso-espanhóis. O instrumento que viria servir este objectivo seria precisamente o da diplomacia.

Depois de os ingleses investirem na costa ocidental indiana e os holandeses no Sueste Asiático, cedo se aperceberam de como poderiam retirar também um confortável proveito das redes comerciais que prosperavam na Pérsia e no Golfo Pérsico. Aperceberam-se também de que a Pérsia contava agora com um soberano poderoso à procura de aliados na Europa para os seus objectivos políticos e económicos, nomeadamente no Golfo. Ingleses e holandeses souberam adiantar-se aos portugueses, ainda que o “debate” diplomático entre o Xá e o soberano espanhol tivesse sido mais intenso.

Minar a influência dos portugueses numa região com um potencial estratégico tão grande – a presença firme no Estreito de Ormuz e no Golfo Pérsico assegurava vantagens políticas e económicas demasiado fortes – era um objectivo que convencia facilmente os norte-europeus a juntarem-se à campanha persa contra o reino ormuzino, dominado então pelos capitães portugueses. Acrescia a possibilidade de se tornarem os agentes de ligação entre a seda persa e os mercados europeus. Apesar de tanto ingleses como holandeses acederem já às vantagens do comércio da seda persa que cruzava o Levante através das companhias mercantes que ambos sustinham no Mediterrâneo Oriental, a hipótese de transportá-la para a Europa através da Rota do Cabo, abria-lhes a perspectiva de se libertarem do controlo exercido pelos otomanos. Essa não era uma inimizade que pretendessem cultivar, mas alguma superioridade na ligação comercial entre os mercados asiáticos e a Europa era-lhes bastante conveniente. Estes norte-europeus souberam, aliás, colocar-se do lado do Xá sem danificar a sua posição no Levante e as suas relações comerciais com os otomanos. Ao mesmo tempo, procuraram também não descuidar as relações que mantinham com os mogóis ou, pelo menos, assim o tentaram, já que a balança de poderes que agora se invertia abria, por sua vez, algum espaço para uma aproximação entre portugueses e mogóis.

É em torno da cidade de Qandahar que o Império Mogol se vê envolvido na questão de Ormuz. O soberano habsburgo, nesta altura já Filipe IV, tinha noção de que o conflito entre

persas e mogóis pela cidade afegã de Qandahar poderia jogar a seu favor por duas razões: a primeira, porque qualquer conflito que o Xá enfrentasse numa fronteira distante das margens do Golfo, desviaria a sua atenção da recuperação de Ormuz, dando ao mesmo tempo espaço ao soberano espanhol e aos seus representantes no *Estado da Índia* para denegrir pela via diplomática as relações entre estas duas potências do Médio Oriente e Ásia Central; a segunda, porque contando o Xá com a amizade de ingleses e holandeses, era uma boa altura para os portugueses se aproximarem do Imperador Mogol e, recorrendo de novo aos artefactos da diplomacia, prejudicar as relações deste último com ingleses e holandeses. Em 1622, Ormuz e Qandahar trariam a portugueses e mogóis uma causa em comum. Encontravam-se ambos no eixo mais frágil da balança de poderes regional e a perspectiva de unirem os seus esforços trazia-lhes alguma esperança de responder às ameaças que enfrentavam nos seus domínios.

Analisada de relance a relação entre mogóis e os assuntos ormuzinos, resta agora encará-los a partir da perspectiva otomana. Os otomanos enfrentavam por esta altura, como se referiu, algum enfraquecimento e instabilidade no seio do seu império. Tal fragilidade manifestou-se também perante os eternos rivais, os persas. A fronteira que partilhavam com a Pérsia Sefévida encontrava-se, neste primeiro quartel do século XVII, particularmente susceptível ao revigoramento militar impulsionado pelo Xá Abbas I, que recuperava gradualmente os territórios perdidos para o Sultão no final do século XVI: o Azerbaijão, a Arménia, a Geórgia e importantes cidades no Noroeste da Pérsia. A perda destes territórios debilitava, naturalmente, a posição otomana na região, e a determinação do soberano sefévida em consolidar o poder da Pérsia fez com que este investisse firmemente e com sucesso em toda a fronteira ocidental, nomeadamente Bagdad, e contestasse ainda o domínio otomano sobre Baçorá que abria, por sua vez, a porta norte para o Golfo Pérsico.

Como se viu, os acontecimentos que envolveram Ormuz prejudicariam a posição dos otomanos no Golfo, pois só depois de conquistado o Estreito e de se ver protegido por ingleses e holandeses nos contra-ataques portugueses, é que Abbas orientou o seu exército para Baçorá. Ao longo de todo o século XVI, otomanos e portugueses haviam dividido o controlo sobre aquelas águas. A conquista persa do Estreito, juntamente com o domínio alargado sobre a margem persa do Golfo, tornava a presença dos persas aí cada vez mais forte. De tal modo, que lhes permitiu lançarem-se sobre Baçorá. Os otomanos viam assim o controlo sobre esta importante cidade portuária tremido, especialmente porque as forças sefévidas se afiguravam mais fortes do que as turcas. Numa balança de poderes regional assim invertida, os fragilizados otomanos recorreram agora ao auxílio dos portugueses,

também estes, já com Ormuz perdida para persas e ingleses, em crescente debilidade. Os portugueses acudiriam de facto aos otomanos, mas sem êxito, pois as forças de Abbas levariam a melhor e conquistariam Baçorá. O Golfo era agora, decididamente, Pérsico, e a Pérsia Sefévida alcançava a sua máxima extensão.

Temos assim o envolvimento de uma multiplicidade de intervenientes – portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses, persas, otomanos, uzbeques e mogóis – num palco geográfico com coordenadas muito específicas: Ormuz e a sua área de influência – o Golfo Pérsico e o Mar Árábico. A partir daqui, procurou inserir-se todo o conjunto de circunstâncias que agitou as águas daquele Estreito no primeiro quartel do século XVII no debate sobre a globalização, particularmente na área disciplinar da História das Relações Internacionais. Será possível admitir que o processo da globalização das relações internacionais se iniciou de facto na Idade Moderna<sup>165</sup>? De que critérios nos poderemos servir para admitir tal hipótese? Serão os factos apresentados ao longo de todo este trabalho suficientes para argumentar e dar alento a tal sugestão?

As relações entre os diferentes Estados de um determinado espaço geográfico do mundo, e os eventos que tinham lugar nesse mesmo espaço geográfico, protagonizados pelas potências que o ocupavam, não podem ser considerados isoladamente, pois as suas repercussões alcançavam uma escala global, havendo, como tal, uma ligação directa ou indirecta entre os acontecimentos que marcavam a Europa, o Médio Oriente e a Ásia Central no período em questão.

Sendo assim, não é possível cingir aquilo que se passa na Europa às suas fronteiras continentais, uma vez que a expansão europeia pelos mares da Ásia – protagonizada por portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses neste período em concreto – vai transportar os acontecimentos que marcavam as relações internacionais da Europa Moderna para o Oriente (além das Américas). Essa transposição para a Ásia do contexto político europeu, e das rivalidades e conflitos entre os seus vários estados, vai ganhar evidente expressão em Ormuz.

Da mesma maneira, é impossível ter uma perspectiva exclusivamente regional sobre as relações entre os Estados do Médio Oriente e da Ásia Central, e limitar o seu impacto a este quadro geográfico específico. Este trabalho colocou o seu enfoque essencialmente na Pérsia Sefévida, pois seria o seu mais destacado soberano, o Xá Abbas I, a delinear uma política para o Golfo Pérsico que passava pela conquista do Estreito de Ormuz e consequente expulsão dos

---

<sup>165</sup> A utilização da palavra “global” para se referir a conflitos dispersos no mapa mundial no Período Moderno não é recente. Basta recordar o título do quinto capítulo de “O Império Marítimo Português: 1415-1825”, de Charles R. Boxer (1ªed. 1969): “A Luta Global com os Holandeses (1600-1663)”. Aquilo que só muito recentemente chegou à historiografia foi a apropriação do conceito de globalização como objecto de estudo.

portugueses da região. O eco das relações que o Sofi mantinha com o Império Otomano, o Império Mogol e a Dinastia Uzbeque, relações estas frequentemente marcadas pela hostilidade, não se esgotava no Médio Oriente ou na Ásia Central, e viria, precisamente incidir nos assuntos do Estreito de Ormuz, com as devidas consequências na balança de poderes inter-regional que se gerou em torno deste conflito.

Assim, Ormuz e, por conseguinte, o controlo que os portugueses detinham sobre o estreito estava intrinsecamente dependente do que se passava na Europa e, simultaneamente, do que se passava no Médio Oriente e na Ásia Central, convergindo os conflitos e os interesses dos diferentes estados para a ilha. Esta dependência – de guerras, amizades ou circunstâncias políticas particulares (como a União de Coroas entre Portugal e Espanha) – comprova que um acidente geográfico tão específico como um “estreito” pode ser politicamente influenciado por toda uma dinâmica global. Há uma interdependência que se sobrepõe à geografia e território de um continente, à dimensão dos oceanos e às barreiras culturais entre Estados que nos permite, na Época Moderna, considerar um mundo em crescente encolhimento.

Os soberanos de cada um destes Estados começavam a ter noção de que não podiam tomar qualquer decisão sem considerar a conjuntura geopolítica a uma escala transnacional, internacional e global. Tal fazia com que a movimentação de cada um destes actores influenciasse e fosse influenciada não apenas pelo seu vizinho fronteiriço, continental e cultural, mas também por outros intervenientes que se movimentavam num outro tabuleiro geográfico do mundo. Foi precisamente esta noção de interdependência de actores políticos de regiões dispersas no globo que ganhou expressão particular na luta que se desenrolou em torno do controlo pelo Estreito de Ormuz no primeiro quartel do século XVII e que culminou com a expulsão dos portugueses da ilha e a perda da sua influência sobre a região.

Por outro lado, a balança de poderes numa região tão específica como o Golfo Pérsico ou, mais específica ainda, o Estreito de Ormuz, cruzou no conflito pelo controlo deste ponto estratégico toda uma multiplicidade de intervenientes com *backgrounds* políticos, geográficos e culturais bastante diferentes e alienados uns dos outros. A noção de espaço geográfico está intrinsecamente ligada à noção de globalização. Criou-se em torno de Ormuz toda uma rede que cruza conjunturas regionais dispersas no mapa mundial, distantes entre si, mas com um conhecimento cada vez mais alargado sobre realidades políticas geograficamente não contíguas. John Baylis e Steve Smith (2005:1) referem a Guerra no Afeganistão em 2001-2002 e o ataque ao Iraque em 2003 (que se seguiram ao 11 de Setembro de 2001) como claros exemplos de uma era globalizada, uma vez que “ambos envolvem coligações internacionais

em conflitos que parecem ligar acontecimentos em regiões do mundo aparentemente desconexas”, e o mesmo se pode dizer de Ormuz em 1622.

Como já foi referido, falar em globalização na época moderna não é o mesmo que falar em globalização na época contemporânea, algo que este estudo procurou manter sempre presente. Esta diferença reflecte-se, entre outros aspectos, na temporalidade/ velocidade das comunicações entre os vários pontos do mundo em que cada interveniente actuava, como também no imediatismo das repercussões de cada acção política em equilíbrios regionais distantes e, até mesmo, globais. Ainda que através de comunicações e impactos mais lentos, esse impacto não deixa de se fazer sentir. No entanto, este imediatismo não é condição *sine qua non* da globalização enquanto fenómeno, mas sim uma característica da globalização dos nossos dias.

Esta dissertação concentrou-se no cruzamento dos conflitos e interesses entre as potências da Europa, do Médio Oriente e da Ásia Central e “Mogol” privilegiando a região do Médio Oriente e do Golfo Pérsico em particular, mas não deixando de ter em conta que os seus principais protagonistas exerciam algum tipo de influência ou marcavam presença quer no Índico – desde a costa oriental africana à costa ocidental indiana, no Sueste Asiático e também no Atlântico. Considerando todas estas inter-ligações e todos os elementos que as compõem, sobra-nos um objecto de estudo muito específico: o Mundo. E por isso se acredita ter reunido argumentos suficientes para conceber o processo da Globalização como um fenómeno com clara expressão na Época Moderna.

Em suma: interdependência, interacção, multiplicidade, projecção, confluência e repercussão – são estes os critérios que estão na base da definição de Globalização das Relações Internacionais no Período Moderno que este trabalho, em jeito de conclusão, sugere. Assim, se a entendermos como a interdependência de conflitos e alianças de espaços dispersos no mapa mundial e a sua projecção e cruzamento num determinado espaço específico, com repercussões nos alinhamentos entre uma multiplicidade de actores políticos e consequências a uma escala mais do que regional, global, então sim, poderemos concluir que o conflito pelo Estreito de Ormuz que agitou as águas do Golfo Pérsico no primeiro quartel do século XVII, mais concretamente no ano de 1622, foi um exemplo sintomático do que poderá ter sido o início do processo de Globalização das Relações Internacionais.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Biblioteca da Ajuda

Códices: 51-VII-11; 51-VIII-6; 51-VIII-7; 51-VIII-8; 51-VIII-13; 51-VIII-15; 51-VIII-18; 51-VIII-19; 51-VIII-25; 51-IX-16;

Biblioteca Nacional de Lisboa

Fundo Geral, Códices: 465; 580; 1975; 6919; 7144;

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Colecção de S. Vicente: Caixa 19

Colecção dos Manuscritos da Livraria: Livro 1116

Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça: Caixa 6, Tomo II, E

FONTES IMPRESSAS

Albuquerque, Afonso de (1557). *Comentários de Afonso de Albuquerque, capitão geral e governador da Índia, colegido por seu filho Afonso de Albuquerque das próprias cartas que ele escrevia ao muito poderoso Rei Dom Manuel o primeiro deste nome, em cujo tempo governou a Índia*. Lisboa: João de Barreira.

Azevedo, Luís Marinho de (1641). *Apologéticos discursos oferecidos a Majestade el-rei Dom João Nosso Senhor quarto de nome entre os de Portugal. Em defesa da fama, e boa memória de Fernão de Albuquerque do seu Conselho, e Governador, que foi da Índia. Contra o que dele escreveu D. Gonçalo de Cespedes na Crónica d'el Rei D. Filipe quarto de Castela*. Lisboa: Manuel da Silva.

Barbosa, Duarte (1989). *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, (dir.) Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa. (1ªed. 1516)

Bocarro, António (1876). *Década 13 da História da Índia*, direcção de Rodrigo José de Lima Felner, Parte I. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências. (1ªed. 1634)

Castanheda, Fernão Lopes de (1979). *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. 2 vols. Porto: Lello & Irmão Editores. (1ªed. 1551-1553)

Crasbeeck, Pedro (1940). *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade*, introdução de José Gervásio Leite. Lisboa: Agência Geral das Colónias. (1ªed. 1647)

Della Valle, Pietro (1991). *The Travels of Pietro Della Valle in India*, edição, introdução e notas de Edward Grey. 2 vols. New Delhi – Madras: Asian Educational Services. (1ª ed. 1650-1658)

Foster, William (1906-1909). *The English Factories in India*. 3 vols. Oxford: Clarendon Press.

Gouveia, D. Frei António de (1995). *Tropea Lusitana*. Prefácio, Leitura e Notas de José Pereira da Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação.

Gouveia, D. Frei António de (1615). *Relação em que se tratam as guerras e as grandes vitórias que alcançou o grande Rei da Pérsia Xá Abbas do grão Turco Mahometto, e seu filho Amethe: as quais resultaram das embaixadas, que por mandado da Católica e Real Majestade del Rei D. Filipe Segundo de Portugal fizeram alguns religiosos da ordem dos Eremitas de S. Agostinho à Pérsia*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.

Hurewitz, J. C. (1956). *Diplomacy in the Near and Middle East, A Documentary Record: 1535-1914*, Volume I. Princeton: D. Van Nostrand Company, Inc.

Monnox, Edward (1940). História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz. In Andrade, Rui Freire de, *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, introdução de José Gervásio Leite. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Pato, Raymundo António de Bulhão (dir.) (1884-1935). *Cartas de Afonso de Albuquerque: seguidas de documentos que as elucidam publicadas da ordem da classe de sciencias moraes, politicas e bellas-lettras da Academia das Sciencias de Lisboa*. 7 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Pato, Raymundo António de Bulhão (dir. 1880-1893). *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções publicados de ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Artes da Academia das Ciências de Lisboa*, Tomos 1 a 5. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

Pires, Tomé (1944), *The Suma Oriental of Tomé Pires: na account of the East, from the Red Sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and The Book of Francisco Rodrigues: rutter of a voyage in the Red Sea, nautical rules, almanack and maps, written and drawn in the East before 1515*, traduzido do manuscrito português da Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, e editado por Armando Cortesão. Londres: Hakluyt Society, volume I. (1ª ed. 1512-1515)

Purchas, Samuel (1905-1907). *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrimes: containing a history of the world, in sea voyages and land travels by Englishmen and others*, 20 volumes. Glasgow: James MacLehose and Sons. (1ª ed. 1625)

Rego, António da Silva (dir. 1974-1977). *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções publicados de ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Artes da Academia das Ciências de Lisboa*, Tomos 6 a 8. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Silva y Figueroa, D. García de (1903-1905). *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*. Edição de Manuel Serrano y Sanz. 2 vols. Madrid: Sociedad de Bibliófilos Españoles.

#### BIBLIOGRAFIA

Abu-Lughod, Janet (2007). The Shape of the World System in the Thirteenth Century. In Paul James & Barry K. Gills, *Globalization and Economy, Vol. I: Globalizing Markets and Capitalism*. Londres: Sage Publications.

Asín Palacios, Miguel (1928). *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa: de la embajada que de parte del rey de España Don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*. Madrid: Tipografía de Archivos.

Aubin, Jean (2000a). Cojeatar et Albuquerque. In Jean Aubin, *Le latin et l'astrolabe : recherches sur le Portugal de la Renaissance, con expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II. Lisboa & Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian & Comission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 149-196.

Aubin, Jean (2000b). L'Iran et le Portugal au XVIe siècle. In Jean Aubin, *Le Latin et L'Astrolabe : recherches sur le Portugal de la Renaissance, con expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II. Lisboa & Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian & Comission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 281-286.

Aubin, Jean (2000c). *Le Latin et L'Astrolabe : recherches sur le Portugal de la Renaissance, con expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II. Lisboa & Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian & Comission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises.

Aubin, Jean (2000d). Le Royaume d'Ormuz au début du XVIe siècle. In Jean Aubin, *Le Latin et L'Astrolabe : recherches sur le Portugal de la Renaissance, con expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II. Lisboa & Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian & Comission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 287-377.

Awad, Abdul Aziz M. (1985). The Gulf in the Seventeenth Century. *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, vol. 12, n° 2: 123 – 134.

Bacquè-Grammont, Jean-Louis & Couto, Dejanirah & Taleghani, Mahmoud (2006). *Atlas historique du Golfe Persique (XVIe-XVIIIe siècles)*. Turnhout: Brepols.

Barendse, R. J. (2002). *The Arabian Seas: The Indian Ocean World of the Seventeenth Century*. Nova Iorque: M. E. Sharpe.

Barendse, R. J. (2000). Trade and State in the Arabian Seas: a Survey from the Fifteenth to the Eighteenth Century. *Journal of World History*, 11, n.º 2: 173 - 225.

Barreto, Luís Filipe (2000). *Lavrar o Mar – os Portugueses e a Ásia, c. 1480 – c. 1620*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Baylis, John, & Smith, Steve (eds. 2005). *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford, Oxford University Press.

Berg, Maxine (2007). From Globalization to Global History. *History Workshop Journal*, 64 (1): 335-340.

Bethencourt, Francisco, & Chaudhuri, Kirti (1998a). *História da Expansão Europeia, Vol. 1: A Formação do Império (1415-1570)*. Navarra: Temas & Debates.

Bethencourt, Francisco, & Chaudhuri, Kirti (1998b). *História da Expansão Europeia, Vol. 2: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Navarra: Temas & Debates.

Black, Jeremy (2004). The Western Encounter with Islam. *Orbis*, Vol. 48 (1): 19-28.

Bomati, Yves, e Nahavandi, Houchang (1998). *Shah Abbas: empereur de Perse, 1587 – 1629*. Paris: Éditions Perrin.

Bordo, Michael D. & Taylor, Alan M., & Williamson, Jeffrey G. (eds. 2005). *Globalization in Historical Perspective*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

Bouchon, Geneviève (1992). *Albuquerque: Le lion des mers d'Asie*. Paris: Éditions Desjonquères.

Bouza, Fernando (2005). *D. Filipe I*, Coleção Reis de Portugal. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

Boxer, Charles R. (1935). Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf: 1615 – 1635. In Edgar Prestage, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*. Watford: Voss and Michael, 46 - 129.

Boxer, Charles R. (1985). A note on Portuguese reactions to the revival of the Red Sea spice trade and the rise of Atjeh, 1540–1600, artigo II. In Charles R. Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500 – 1700*. Londres: Ashgate, 415 – 428.

Boxer, Charles R. (1928). *Nuno Álvares Botelho e a sua Armada de Alto Bordo (1624-1625): Relação contemporânea, inédita, na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Boxer, Charles R. (2001). *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.

Boxer, Charles R. (1985). War and trade in the Indian Ocean and the South China Sea, 1600–1650, artigo VI. In Charles R. Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500 – 1700*. Londres: Ashgate, 3 -17.

Boyajian, James C. (1993). *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580 – 1640*. Baltimore – Londres: John Hopkins University Press.

Braudel, Fernand (1992-1993). *Civilização material, Economia e Capitalismo : Séculos XV – XVIII, Tomo 3: O Tempo do Mundo*. Lisboa: Teorema.

Casale, Giancarlo (2007). Global Politics in the 1580s: One Canal, Twenty Thousand Cannibals, and an Ottoman Plot to Rule the World. *The Journal of World History*, Vol. 18, n.º 3: 267 – 297.

Chaudhuri, K. N. (2005). *Trade and Civilisation in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press.

Clarence-Smith, William Gervase, & Pomeranz, Kenneth, & Vries, Peer (2006). Editorial. *Journal of Global History*, 1: 1-2.

Clark, Ian (1997). *Globalization and Fragmentation: International Relations in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press.

Clark, Ian (2006). Beyond the Great Divide: Globalization and the Theory of International Relations. In Michael Cox, *Twentieth Century International Relations, Vol. IV: Globalization*. Londres: Sage Publications, 185-206.

Cooper, Frederick (2001). What is the Concept of Globalization Good for? An African Historian's Perspective. *African Affairs*, 100: 189-213.

Cordeiro, Luciano (1896). *Batalhas da Índia: como se perdeu Ormuz*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Costa, João Paulo (1994). Ormuz. In Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário da História dos Descobrimentos Portugueses*, Vol. 2. Lisboa: Caminho, 833 – 836.

Couto, Dejanirah (1998). Les Ottomans et l'Inde Portugaise. In *Vasco da Gama e a Índia – Conferência Internacional*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I, 181-200.

Couto, Dejanirah (2007). A conquista de Ormuz. In Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, *Ormuz: 1507 e 1622. Conquista e Perda*. Lisboa: Tribuna da História, 5-64.

Couto, Dejanirah, & Loureiro, Rui Manuel (ed. 2008). *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation.

Cunha, João Manuel de Almeida Teles e (1995). *Economia de um Império: economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árabe e do Golfo Pérsico (elementos conjunturais, 1595 - 1635)*, Vol. 2, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Dias, João José Alves, & Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, & Braga, Paulo Drumond (1998). Capítulo XIII: A Conjuntura. In A. H. Oliveira Marques & Joel Serrão (dir.). *Nova História de Portugal, Volume V: Do Renascimento à Crise Dinástica*. Lisboa: Editorial Presença. 689-760.

Disney, Anthony (1981) *A decadência do império da pimenta: comércio português no Índico no início do séc. XVII*. Lisboa: Edições 70.

Edwards, Clara Cary (1915). Relations of Shah Abbas the Great, of Persia, with the Moghul Emperors, Akbar and Jahangir. *Journal of the American Oriental Society*, Vol. 35: 247-268.

Eley, Geoff (2007). Historicizing the Global, Politicizing Capital: Giving the Present a Name. *History Workshop Journal*, 63 (1): 154-188.

Faria e Sousa, Manuel de (1945-1948). *Ásia Portuguesa*, tradução de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira. 6 vols. Porto: Livraria Civilização.

Farinha, António Dias (1989). A Dupla Conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque. *Studia*. Lisboa, n.º48: 445-472.

Farinha, António Dias (1998). As Relações dos Portugueses com os Árabes e os Pérsias na área do Índico. In *Vasco da Gama e a Índia – Conferência Internacional*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 1, 167 – 179.

Floor, Willem (2006). Dutch-Persian Relations. In <http://www.iranica.com/articles/v7/v7f6/v7f646.html>.

Floor, Willem (2006). *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500 – 1730*. Washington D.C.: Mage Publishers.

Flores, Jorge (2005). ‘I will do as my father did’: On Portuguese and Other European Views of Mughal Succession Crises. *E-Journal of Portuguese History*, Vol. 3, nº2: 1-23.

Flynn, Dennis & Giráldez, Arturo (2002). Cycles of Silver: Globalization as historical process. *World Economics*, Vol. 3.02: 1-16.

Flynn, Dennis & Giráldez, Arturo (2004). Path dependence, time lags and the birth of globalisation: A critique of O'Rourke and Williamson. *European Review of Economic History*, Vol. 8.01: 81-108.

Frank, Andre Gunder (1998). *ReORIENT: global economy in the Asian Age*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.

Garcia, José Manuel (2008). Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse. In Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 205-216.

Gil Fernández, Luis (2006). *El Imperio Luso-Español y la Persia Safávida, Tomo I (1582-1605)*. Madrid: Fundación Universitaria Española.

Gil Fernández, Luis (1997). La Unión Ibérica y Persia: contactos diplomáticos y choque de intereses. In Maria da Graça Mateus Ventura (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico: Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*. Lisboa: Edições Colibri, 309-340.

Gil Fernández, Luis (2008). Ormuz pendant l'union dynastique du Portugal et de l'Espagne (1582-1622). In Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden : Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 177-190.

Godinho, Vitorino Magalhães (1990). *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar: séculos XIII – XVIII*. Lisboa, DIFEL Editora.

Godinho, Vitorino Magalhães (1963-1972). *Os Descobrimentos e a economia mundial*, volume III. Lisboa: Editorial Presença.

Gulbenkian, Robert (1986). As embaixadas e as missões diplomáticas portuguesas na Pérsia. *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, Vol. 31. Lisboa, 485-506.

Gunn, Geoffrey C. (2003). *First Globalization: The Eurasian Exchange, 1500 – 1800*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Held, David, & McGrew, Anthony (eds. 2007). Introduction: Globalization at Risk. In David Held & Anthony McGrew, *Globalization Theory: Approaches and Controversies*. Cambridge: Polity Press.

Herzig, Edmund M. (1985). Hormuz: 'Ville Sans Antecedents, de Duree Circonscrite' (AUBIN). *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, Vol. 12, nº1: 3-11.

Hopkins, A. G. (ed. 2002). Introduction: Globalization – An Agenda for Historians. In A. G. Hopkins, *Globalization in World History*. London: Pimlico, 1-10.

Hopkins, A. G. (ed. 2002). *Globalization in World History*. London: Pimlico.

Hopkins, A. G. (2006). Review: The Global History Reader (Bruce Mazlish & Akira Iriye, eds., Londres & Nova Iorque: Routledge, 2005). *Journal of Global History*, 1: 151-153.

Inalcik, Halil (2005). *An economic and social history of the Ottoman Empire, Volume One: 1300-1600*. Cambridge: Cambridge University Press.

Inikori, Joseph (2007). Africa and the Globalization process: western Africa, 1450-1850. *Journal of Global History*, 2: 63-86.

Leão, Francisco Cunha (coord. 1998). *O Índico na Biblioteca da Ajuda: Catálogo dos Manuscritos relativos a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses & Centro de Estudos Damião de Góis, Biblioteca da Ajuda.

Leite, José Gervásio (1940). Introdução a Crasbeeck, Pedro, *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Lockhart, Laurence, e Jackson, Peter (1997). *The Cambridge History of Iran, Volume 6, The Timurid and Safavid Periods*. Cambridge: Cambridge University Press.

Loureiro, Francisco de Sales (1977). O Enquadramento europeu de uma embaixada portuguesa à Pérsia. *Arquivos do Centro Cultural Português – XI Separata*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 491-506.

Loureiro, Rui Manuel (2007). A perda de Ormuz. In Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro, *Ormuz: 1507 e 1622. Conquista e Perda*. Lisboa: Tribuna da História, 65-113.

Loureiro, Rui Manuel (2005). Early Portuguese Perceptions of the ‘Dutch threat’ in Asia. In Ernst van Veen & Leonard Blussé (ed.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*. Leiden: CNWS Publications, 166-187.

Loureiro, Rui Manuel. *The Persian Ventures of Frei António de Gouveia*. In Rudi Matthee & Jorge Flores (ed.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia* (no prelo).

Ludden, David (1999). Review: ReORIENT: global economy in the Asian Age. *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 30, nº3: 564-565.

Luz, Francisco Paulo Mendes da (1952). *O Conselho da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Macedo, Jorge Borges de (2006). *História Diplomática de Portugal – Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Tribuna da História.

MacGillivray, Alex (2006). *A Brief History of Globalization: the untold story of our incredible shrinking planet*. London: Robinson.

Magalhães, Joaquim Romero (1998). *Portugueses no Mundo do Século XVI – Espaços e Produtos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Martinelli, Alberto (2003). Global Order or Divided World? *Current Sociology*, Vol. 51 (2): 95-100.

Matos, Luís de (ed. 1972). *Das Relações Entre Portugal e a Pérsia: 1500-1758, Catálogo Bibliográfico da Exposição Comemorativa do XXV Centenário da Monarquia no Irão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Matthee, Rudolph P. (1999). *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600 – 1730*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mazlish, Bruce (2001). On history becoming History: The Case of World and New Global History.

Em <http://www.newglobalhistory.org/docs/mazlish-on-history-becoming-history.pdf>.

McGrew, Anthony (2005). Globalization and Global politics. In John Baylis & Steve Smith, *The Globalization of World Politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press.

Melis, Nicola (2008). The importance of Hormuz for Luso-Ottoman Gulf-centred policies in the 16th century: some observations based on contemporary sources. I Dejanirah Couto & Rui Manuel (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions on the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 107-120.

Modelski. The Four Dimensions of Globalization.

Disponível em <https://faculty.washington.edu/modelski/Global4.html.html>.

Modelski (2006). Globalization as Evolutionary Process.

Disponível em <https://faculty.washington.edu/modelski/ViennaGlobalizationasEP.html>.

Morineau, Michel (2004). *As Grandes Companhias das Índias Orientais: séculos XVI – XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Northrup, David (2005). Globalization and the Great Convergence: Rethinking World History in the Long Term. *The Journal of World History*, Vol. 16, nº 3: 249-269.

Newman, Andrew J. (2006). *Safavid Iran: Rebirth of a Persian Empire*. Londres & Nova Iorque: I. B. Tauris.

O'Rourke, Kevin & Williamson, Jeffrey (2004). Once more: When did globalisation begin? *European Review of Economic History*, Vol. 8.01: 109-117.

O'Rourke, Kevin & Williamson, Jeffrey (2002). When did globalisation begin? *European Review of Economic History*, Vol. 6.01: 23-50.

Özbaran, Salih (1994). *The Ottoman Response to European Expansion: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*. Istanbul: The Isis Press.

Pearson, Michael N. (2008). *The Indian Ocean*. Londres & Nova Iorque: Routledge.

Prakash, Om (2005). Asian Merchants and the Portuguese Trade in Asia. In Ernst van Veen & Leonard Blussé (ed.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*. Leiden: CNWS Publications, 131 - 141.

Rego, António da Silva (1977). 1622 – Ano dramático na história da expansão portuguesa no Oriente e Extremo-Oriente. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Tomo XVIII, 27-40.

Resende, Vasco (2008). “Un homme d’inventions et inconstant”: les fidélités politiques d’Anthony Sherley, entre l’ambassade safavide et la diplomatie européenne. In Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (ed.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden : Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 235-260.

Richards, John F. (1987). *The Mughal Empire*. Cambridge: Cambridge University Press.

Roemer, H. R. (1997). The Safavid Period. In Peter Jackson, e Laurence Lockhart, *The Cambridge History of Iran, Volume 6, The Timurid and Safavid Periods*. Cambridge: Cambridge University Press, 189-250.

Russell-Wood, A. J. R. (1998), *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: DIFEL Editora.

Saldanha, António Vasconcelos de (2006). Da Paz e da Guerra no Oriente. In Rosa Maria Perez, *Os Portugueses e o Oriente: História, Itinerários, Representações*. Lisboa: Dom Quixote, 57-84.

Sallmann, Jean-Michel (2003). *Nouvelle histoire des relations internationales : Géopolitique du XVI<sup>e</sup> siècle : 1490-1618*, vol. I, Paris: Éditions du Seuil.

Savory, Roger M. (1987). *Studies on the History of Safawid Iran*. Londres: Variorum Reprints.

Savory, Roger M. (1997). The Safavid Administrative System. In Peter Jackson & Laurence Lockhart, *The Cambridge History of Iran, Volume 6, The Timurid and Safavid Periods*. Cambridge: Cambridge University Press, 351-372.

Savory, Roger M. (1967). The Sherley Myth. *Journal of the British Institute of Persian Studies*. V. London: 73-81.

Scholte, Jan Aart (2000). *Globalization: A Critical Introduction*. London: McMillan Press.

Soucek, Svat (2008). The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf. In Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (ed), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 29-56.

Sousa, Fernando de (2005). Globalização. In Fernando de Sousa (org.), *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE.

Steensgaard, Niels (1973). *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*. Chicago & Londres: University of Chicago Press.

Steger, Manfred B. (2003). *Globalization: a Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Stripling, George W. F. (1977). *The Ottoman Turks and the Arabs, 1511 – 1574*, Filadélfia: Porcupine Press.

Subrahmanyam, Sanjay (2007). Historicizing the Global, or Labouring for Invention? *History Workshop Journal*, 64 (1): 329-334.

Subrahmanyam, Sanjay (1993). *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: DIFEL Editora.

Tavernier, Jean-Baptiste (1981). *Les six voyages de Turquie et de Perse*. 2 vols. Paris: François Maspero.

Tenenti, Alberto (2003). *La Edad Moderna: Siglos XVI – XVIII*. Barcelona: Crítica.

Tenreiro, António (1980). *Itinerário de António Tenreiro*. Lisboa: Editorial Estampa.

Thomaz, Luís Filipe (1994). *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL Editora.

Valladares, Rafael (2000). *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros.

Veen, Ernst van & Blussé, Leonard (ed. 2005), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*. Leiden: CNWS Publications.

Vries, Jan de (2007). The limits of Globalization in the early modern world. *Economic History Review*: 1-33.

Em [http://www.j-bradford-delong.net/2008\\_pdf/devries\\_limits\\_of\\_globalization.pdf](http://www.j-bradford-delong.net/2008_pdf/devries_limits_of_globalization.pdf).

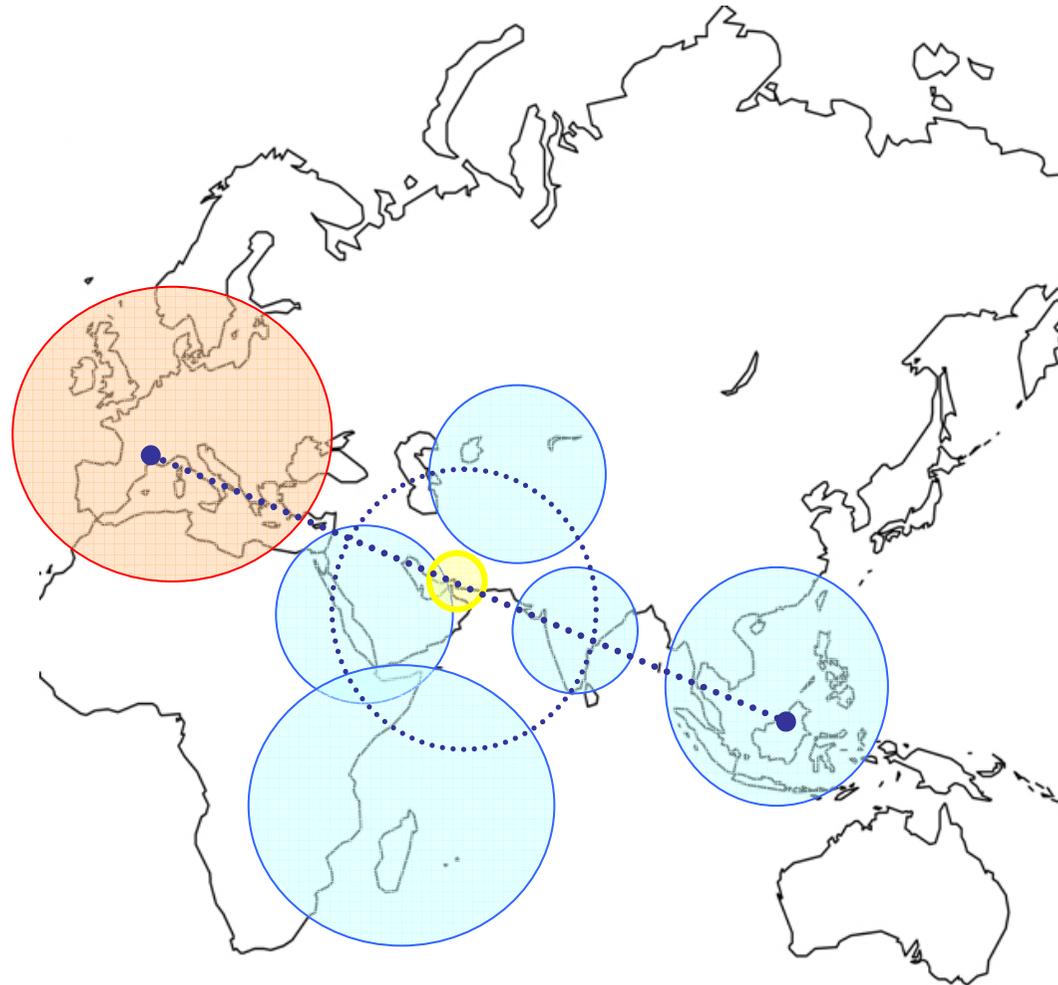
Walker, Christopher J. (2005). *O Islão e o Ocidente: uma Harmonia Dissonante de Civilizações*. Lisboa, Edições 70.

Wilson, Arnold T. (1928). *The Persian Gulf: an historical sketch from the earliest times to the beginning of the twentieth century*. Oxford: Clarendon Press.

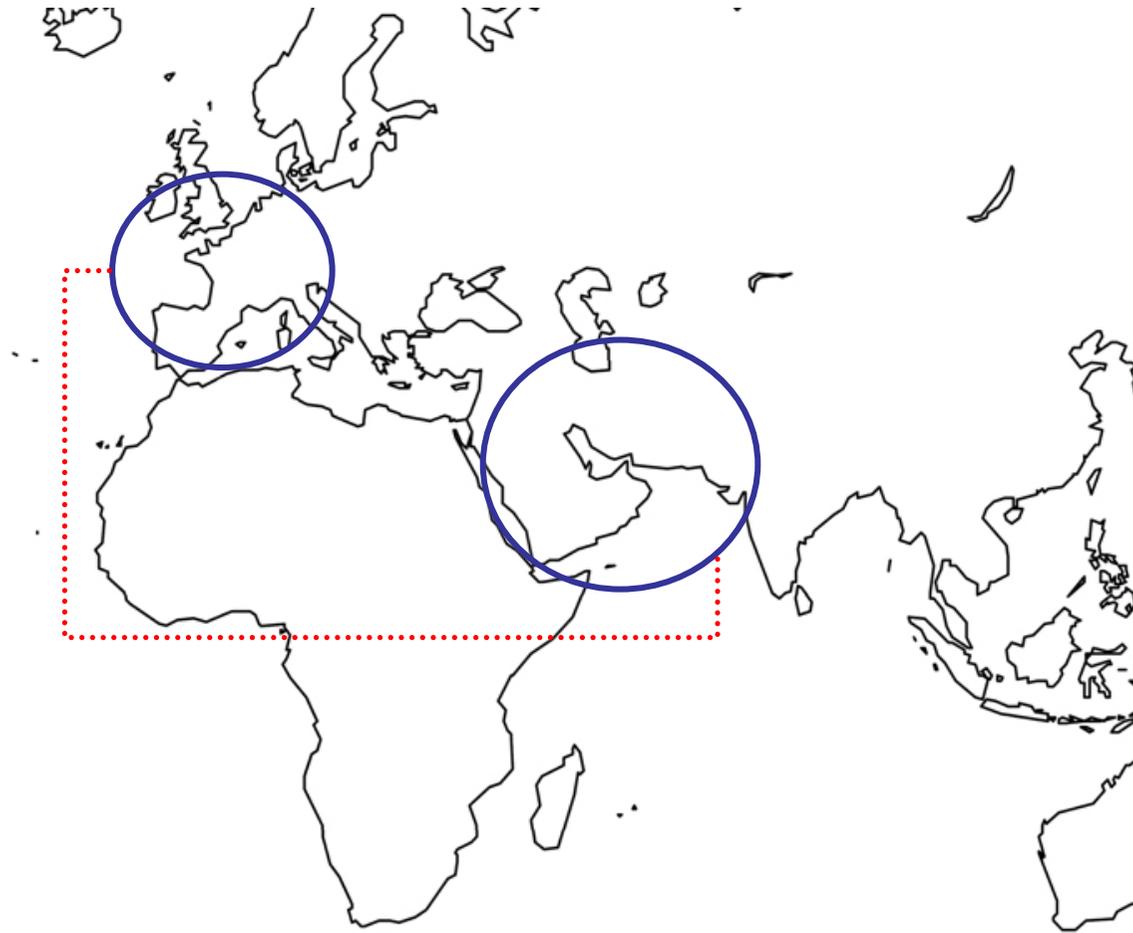
ANEXOS

MAPAS

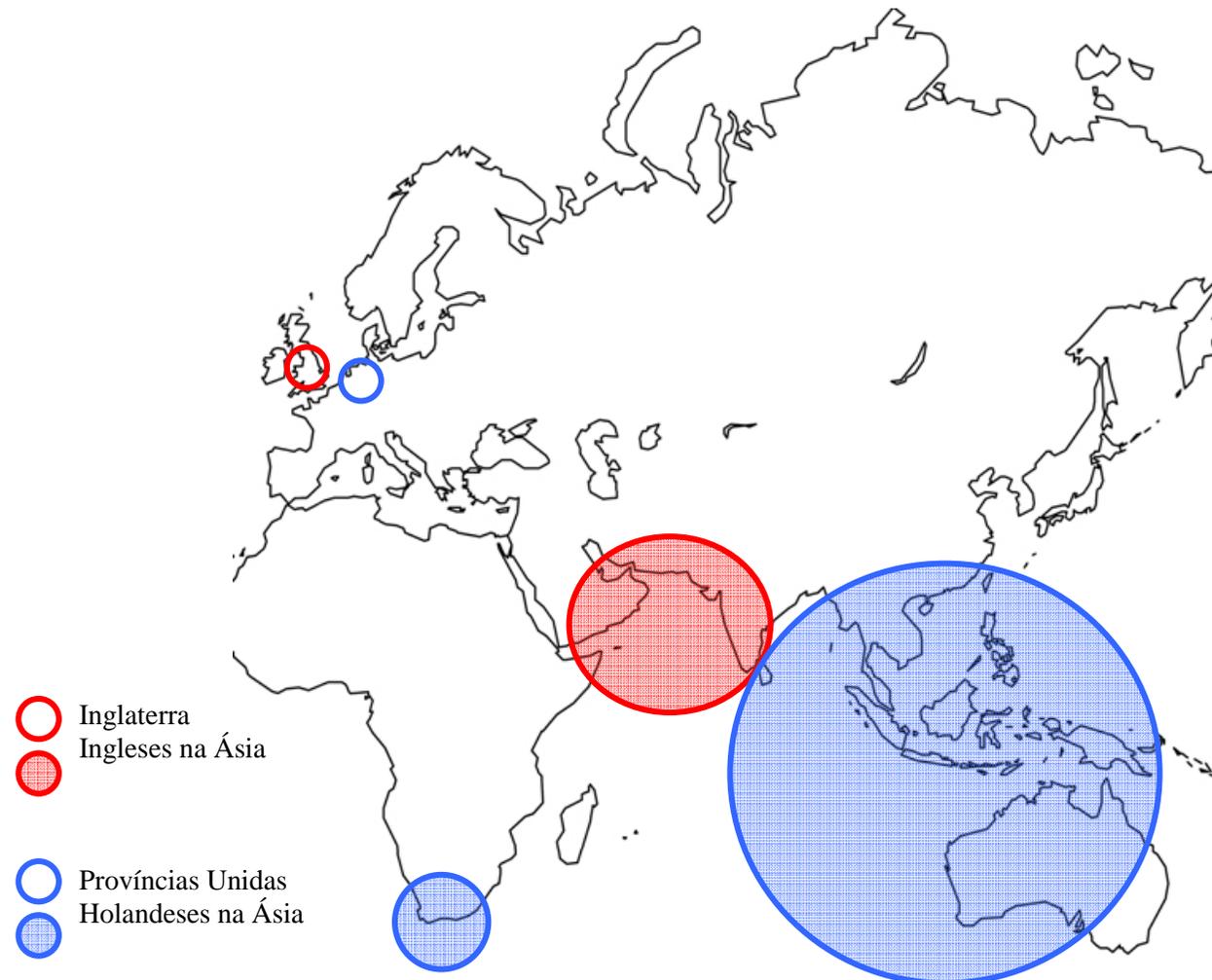
MAPA 1: A ACTIVIDADE COMERCIAL DE ORMUZ LIGAVA NOS SEUS EXTREMOS OS MERCADOS DA EUROPA AO SUESTE ASIÁTICO



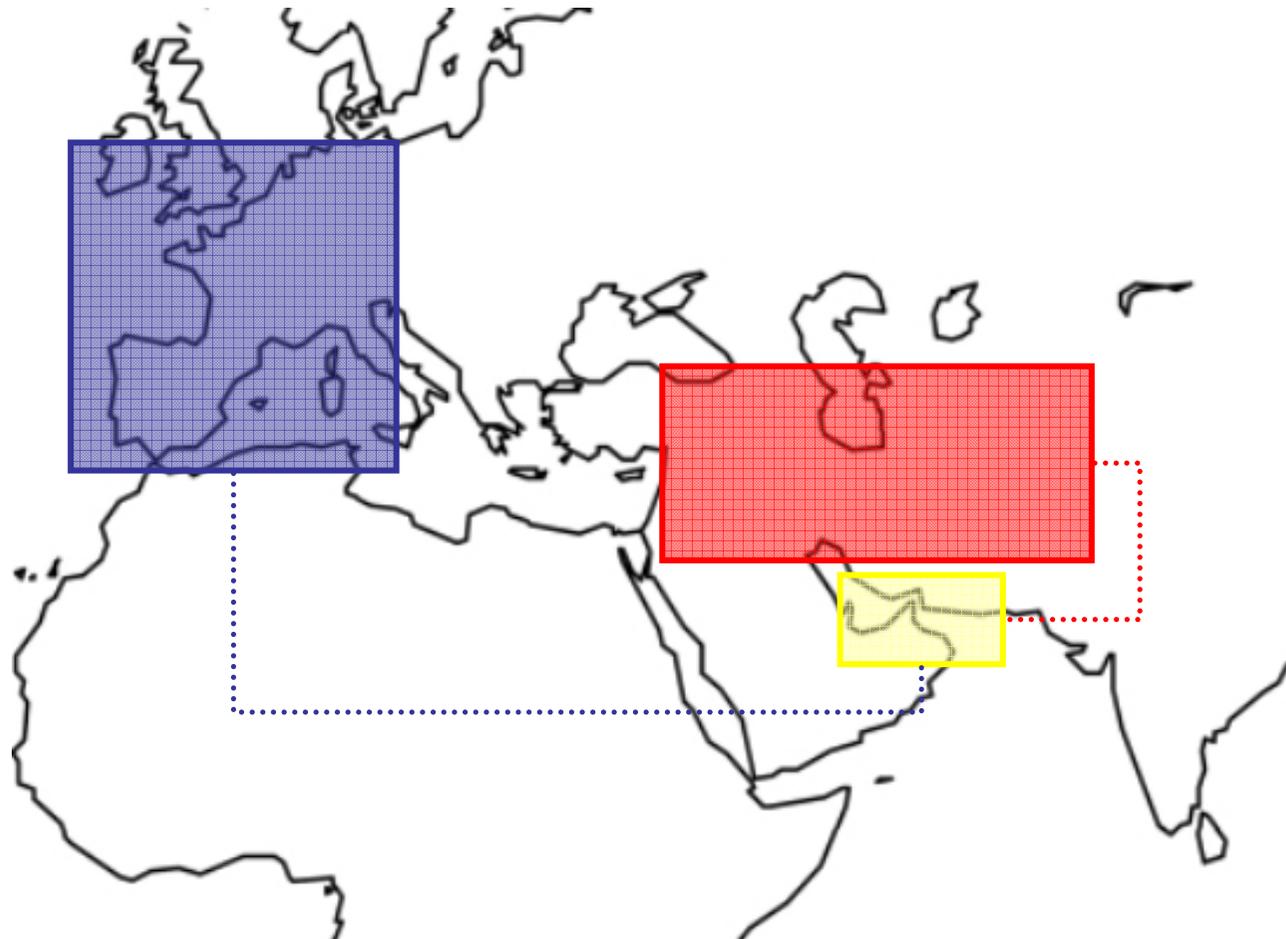
MAPA 2: OS CONFLITOS EUROPEUS ENCONTRAVAM EXPRESSÃO NO GOLFO PÉRSICO



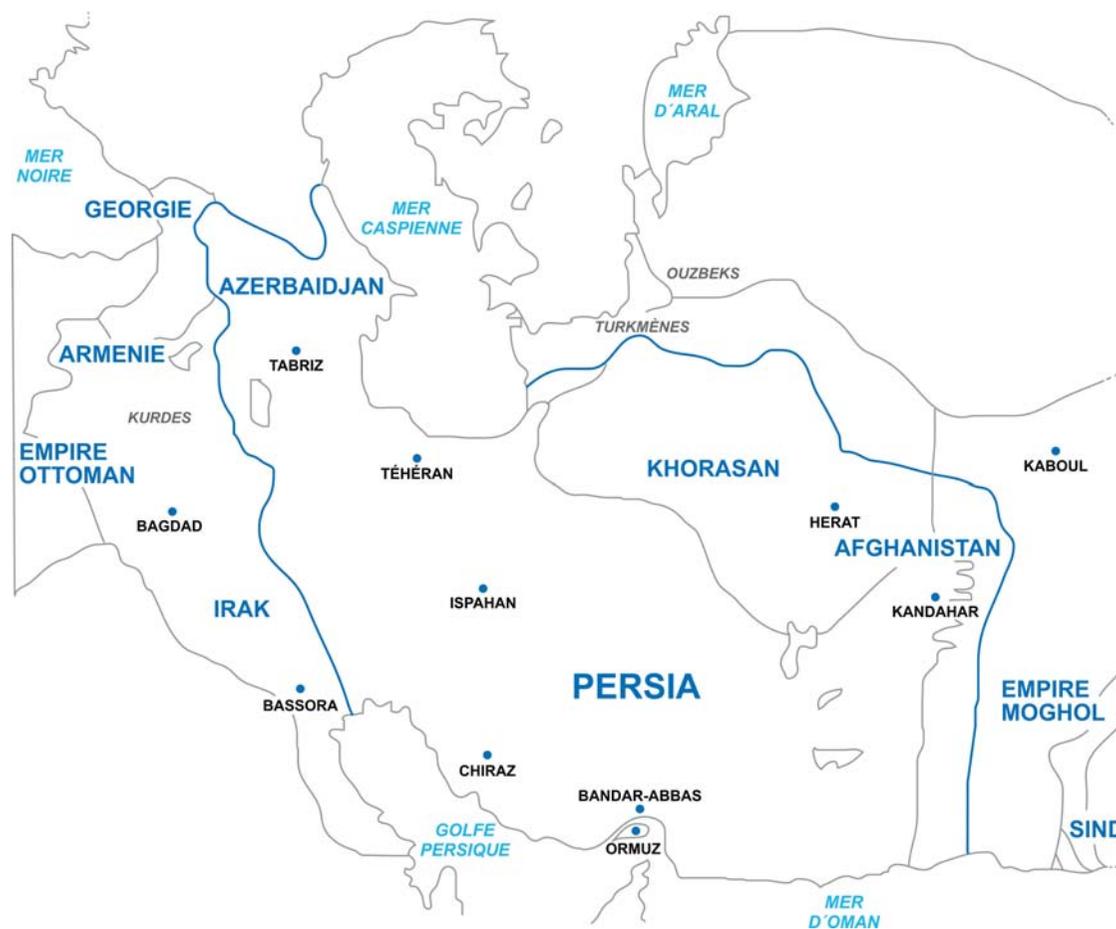
MAPA3: OS INGLESES E OS HOLANDESES NOS MARES DA ÁSIA



MAPA 4: ORMUZ E A INTERSECÇÃO DOS CONFLITOS EUROPEUS COM AS TENSÕES REGIONAIS DO MÉDIO ORIENTE



MAPA 5: A PÉRSIA SEFÉVIDA NO SÉCULO XVI



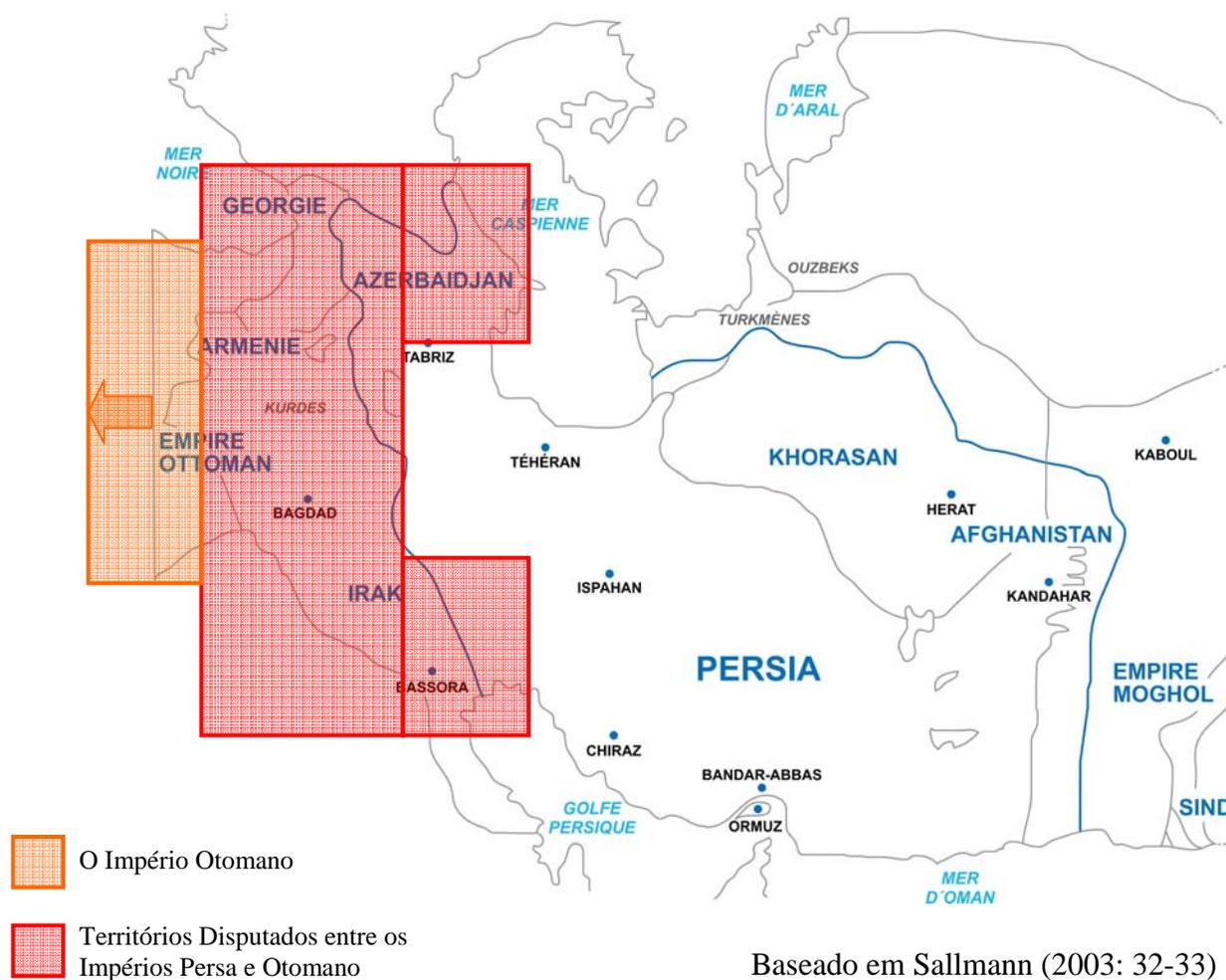
Baseado em Sallmann (2003: 32-33)

MAPA 6: A PÉRSIA SEFÉVIDA

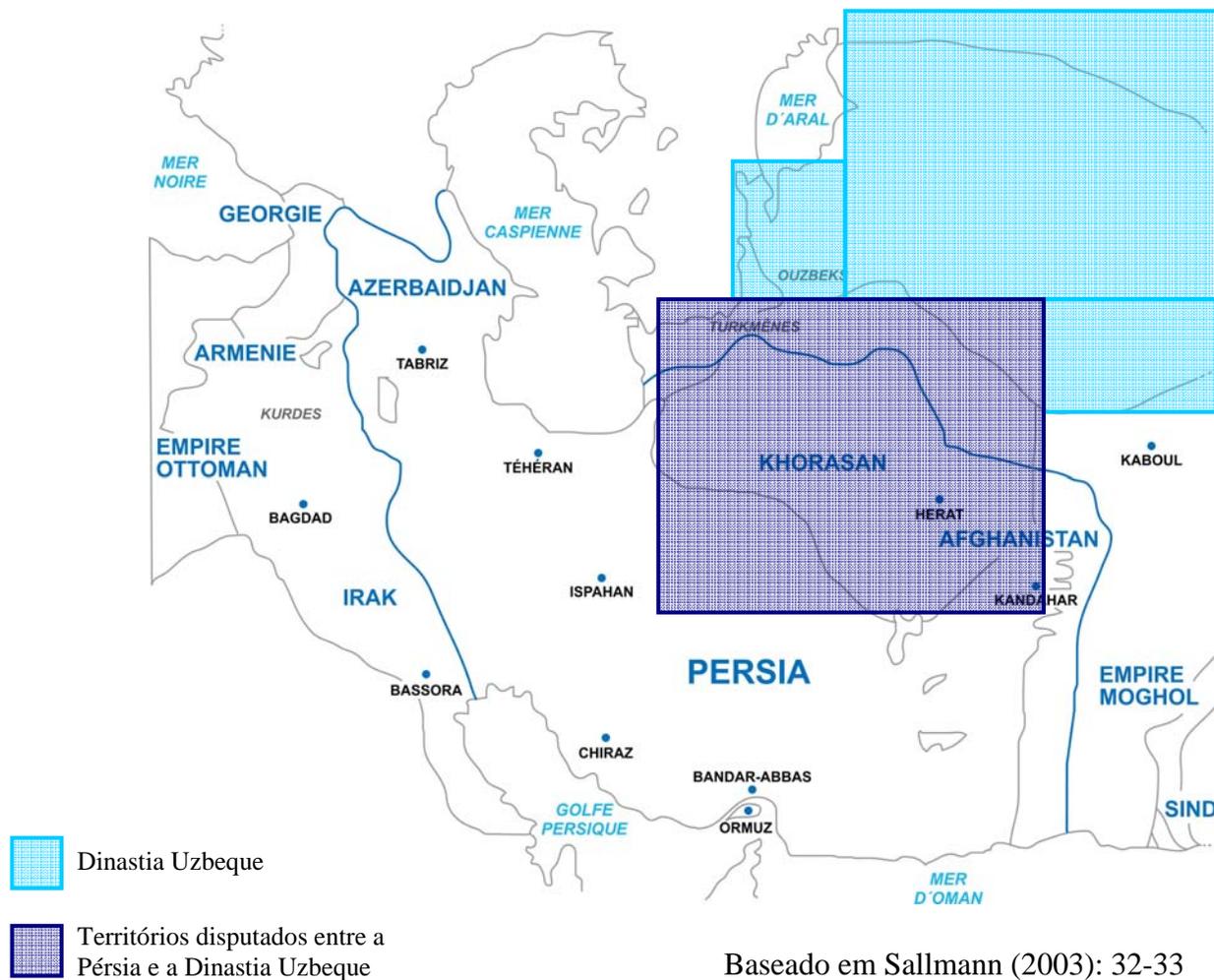


Lockhart & Jackson (1997)

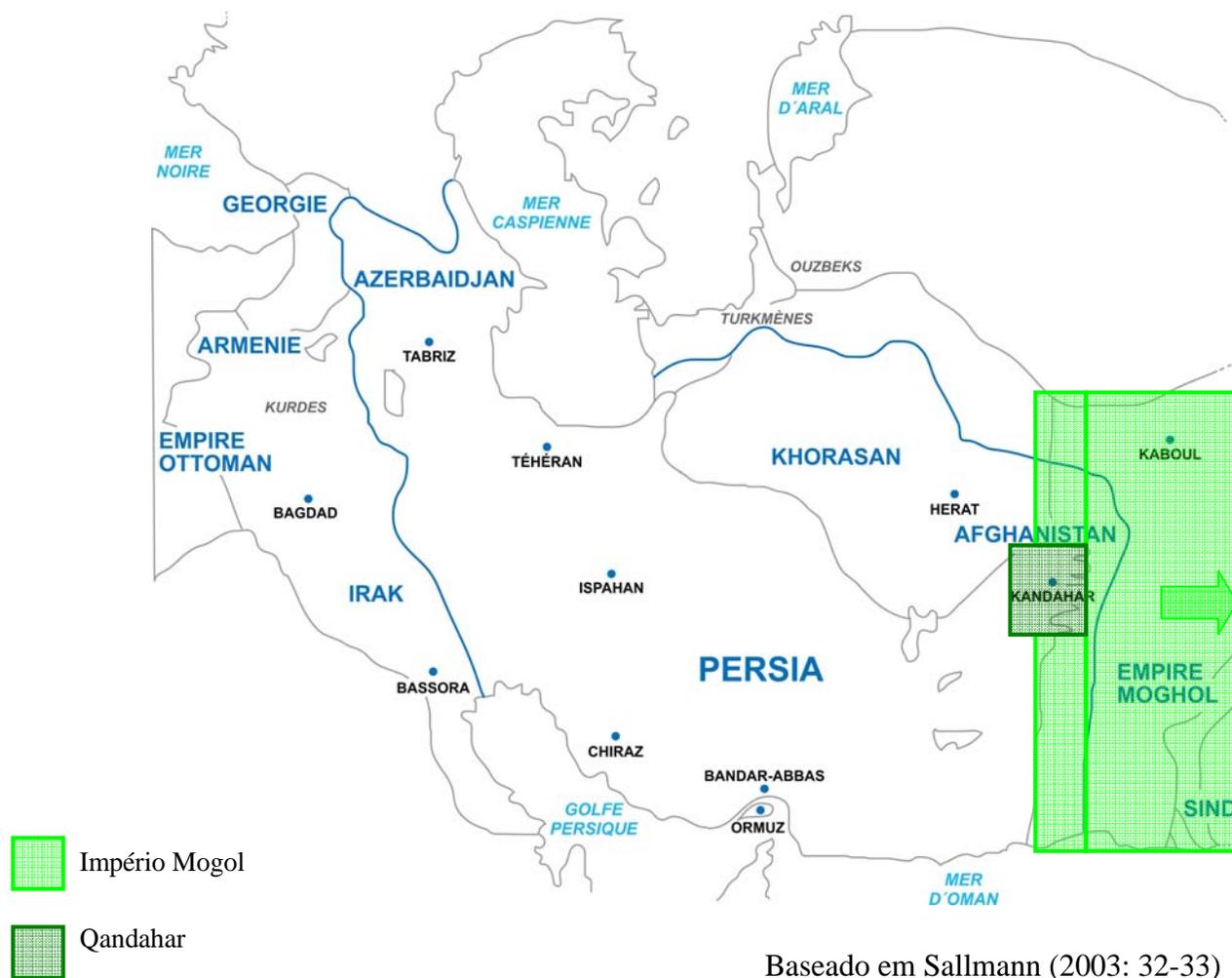
MAPA 7: A FRONTEIRA TURCO-PERSA



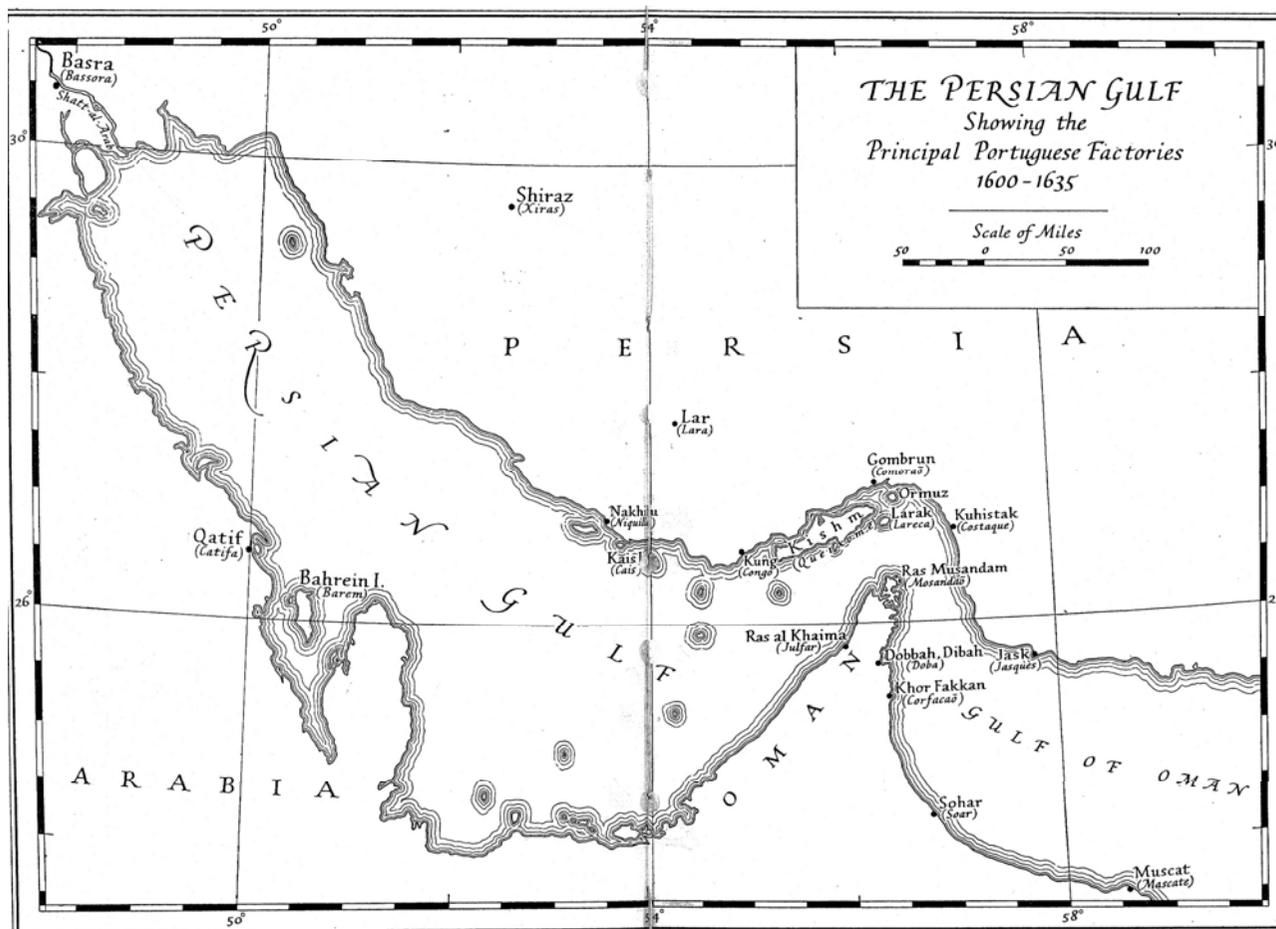
MAPA 8: O CONFLITO PERSA E UZBEQUE PELO CORAÇONE



MAPA 9: A DISPUTA PERSA E MOGOL SOBRE QANDAHAR

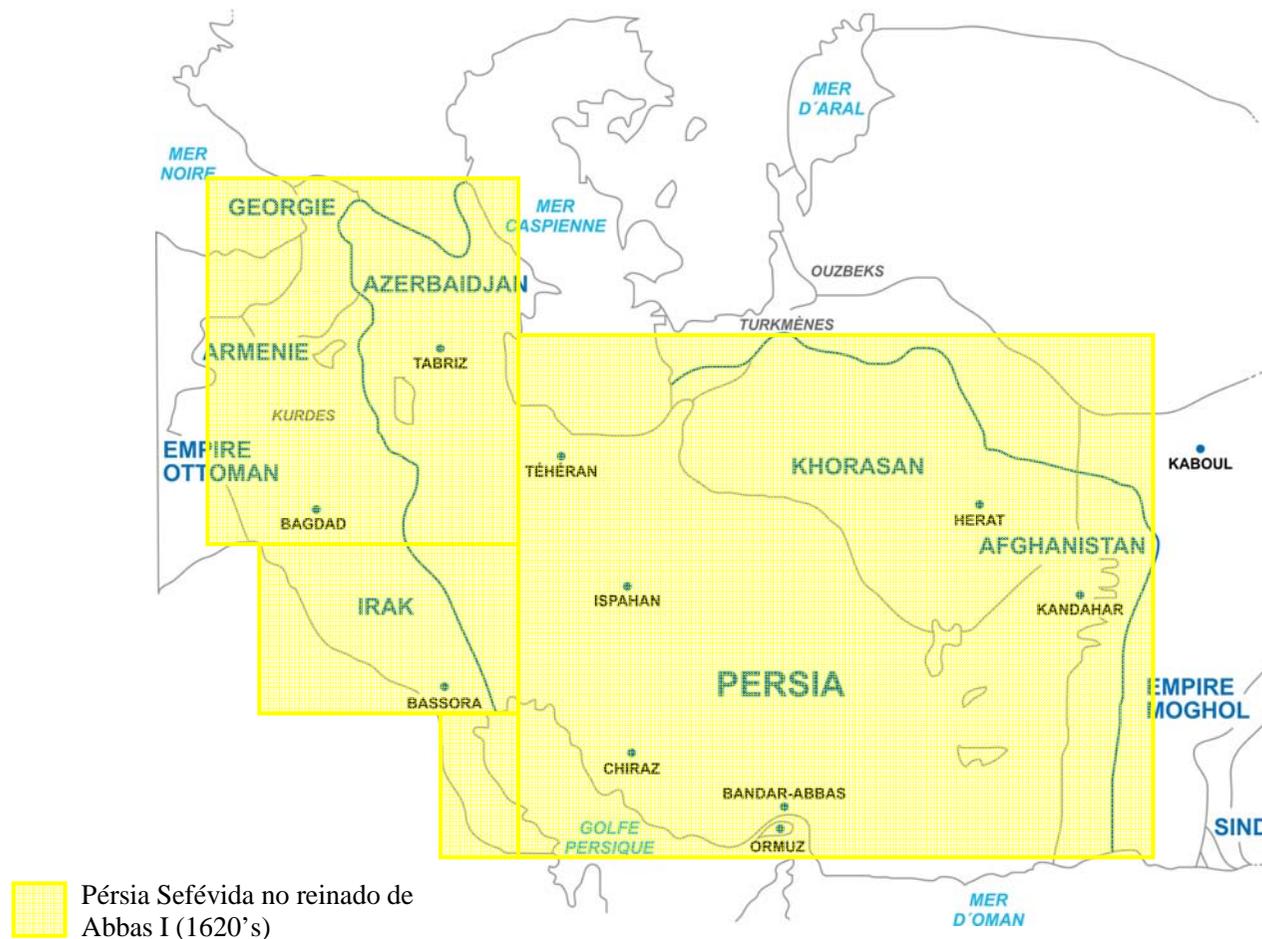


MAPA 10: O GOLFO PÉRSICO



Boxer (1935)

MAPA 11: A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO PERSA SOB O REINADO DE ABBAS I, O GRANDE



## CURRICULUM VITAE

Nome: Maria da Graça Burnay Pereira de Almeida Borges  
Morada: Rua Reinaldo Ferreira, nº 44, 3º Dto., 1700 – 324 Lisboa  
Telemóvel: 96 274 82 26  
Telefone: 21 848 26 58  
E-mail: mgborges@gmail.com  
Data de Nascimento: 24 de Junho de 1982

### Formação académica

A frequentar desde Outubro de 2006: Mestrado em História Moderna e Contemporânea, com especialização em Relações Internacionais no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa. Título da Tese: *Um Estreito Globalizado: A Luta Por Ormuz (1622) e a Globalização das Relações Internacionais na Época Moderna*. Média Curricular: 16,6 valores.

Setembro de 2000 a Dezembro de 2004: Licenciatura em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa). Quarto e último ano realizado na Facultad de Ciencias de la Información da Universidad Complutense de Madrid, sob o Programa Sócrates/ Erasmus.

### Participação e presença em eventos científicos

16 – 17 Novembro de 2007: Participação no XXVII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social com uma comunicação com o título: «*A Globalized Strait: The Fight For Hormuz And The Globalization Of International Relations In The Early Modern Period*».

11 de Abril de 2008: Presença no II Lagos Maritime History Workshop, «*From the Mediterranean to the Indian Ocean: Sailors, Ships and Life on Board (1500 – 1700)*».

7 de Abril de 2008: Presença no workshop «*Os Comentários de Don García da Silva y Figuerola: problemas editoriais*», nas conferências sobre Portugueses, Otomanos e Safávidas: Juan Gil, «*El Golfo Pérsico en la tradición medieval*»; Dejanirah Couto, «*Os Portugueses e o Golfo Pérsico*»; Luis Gil, «*Relaciones Luso-Persas durante la Unión Ibérica*».

11 a 14 de Dezembro de 2007: Presença no Congresso Internacional «*Las relaciones discretas entre las monarquías hispana y portuguesa: Las casas de las reinas (siglos XV – XIX). Arte, música, espiritualidad y literatura*», na Universidad Autónoma de Madrid e na Fundación Lázaro Galdiano em Madrid (organização: Instituto Universitario «La Corte en Europa» da Universidade Autónoma de Madrid, Departamento de Historia Moderna da Universidade Autónoma de Madrid e Departamento de História da Universidade de Lisboa).

10 Novembro de 2007: Presença no Colóquio «*Imagem e Diferença: entre a identificação do outro e o conhecimento de si mesmo*», organizado pelo Instituto de Ciências Sociais e pelo Centro de História do Além-Mar.

Presença em várias das conferências do Ciclo «*O Atlântico Ibero-Americano (sécs. XVI – XVIII): Perspectivas historiográficas recentes*». Exemplos:

6 de Junho de 2008: Manuel Herrero Sánchez, «*Ámsterdam, Génova, la Península Ibérica y el Caribe: circuitos mercantiles, rivalidades políticas y contrabando al amparo del asiento de negros de Grillo y Lomelín*».

7 de Maio de 2007: Juan Carlos Garavaglia, «*La justicia local en el mundo ibérico: la cercanía de un caso lejano*».

24 de Abril de 2007: Vera Amaral Ferlini, «*Estructuras agrárias, poder e sociedade no Brasil Colonial*».

26 de Março de 2007: Maria Fernando Bicalho, «*Centralização monárquica, política ultramarina e elites coloniais: séculos XVII – XVIII*»; Tamar Herzog, «*Nosotros y ellos en un contexto atlántico moderno*».

Trabalhos realizados durante o mestrado

«*A Kampuchea (Não) Democrática de Pol Pot, 1975 – 1979*», Sistemas Políticos e Relações Internacionais, Prof. Dr. António Costa Pinto;

«*As Alianças Matrimoniais na Diplomacia Portuguesa do Pós-Restauração*», Diplomacia e Política Externa no Antigo Regime, Prof. Dr. José Vicente Serrão;

«*Portugal e a Independência de Timor: A Participação Portuguesa nas Missões de Paz das Nações Unidas, 1999 – 2005*», História da Política Externa Portuguesa, Prof. Dr. Luís Nuno Rodrigues;

«*O Apartheid: Fundamentos e Política de uma Ideologia*», África: da Descolonização à Globalização, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Mouta Faria;

«*Ormuz na Literatura de Viagens do Século XVI*», História da Cultura Europeia, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Pina;

Recensão crítica do livro de Irene Flunser Pimentel «*Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*», História Oral, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luísa Tiago de Oliveira;

Recensão crítica do artigo de Roger Chartier «*Atravessando Fronteiras no Início da Europa Moderna – Sociologia dos Textos e da Literatura*», Novas Perspectivas em História Moderna, Prof. Dr. José Vicente Serrão;

Recensão crítica do artigo do Professor Sérgio Campos Matos «*Iberismo e Identidade Nacional, 1851 – 1910*», Novas Perspectivas em História Contemporânea, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Sá;

Reflexão escrita sobre um excerto do livro de Amin Malouf «*As Identidades Assassinas*», Nacionalismo e Etnicidade, Prof. Dr. Carlos Maurício.

### Experiência profissional

5 de Fevereiro de 2007 até Fevereiro de 2008: Redactora/ copywriter na agência de publicidade Wilkens Portugal. Funções que passavam pela elaboração de conceitos para campanhas e pela redacção, edição e revisão de textos.

Junho de 2005 até ao presente: início da colaboração em regime de *freelancer* com a revista “Notícias Magazine”, suplemento dos jornais “Diário de Notícias” e “Jornal de Notícias”. Publicação de reportagens sobre vários temas. Alguns exemplos: “Os Índios da Meia-Praia” (21-09-2006); “Quem isto ouvir e contar, em pedra se há-de tornar”, sobre o mundo desconhecido dos contadores de histórias do nosso tempo (05-02-2006); “Ler Mais Cedo”, sobre o programa da Rede de Bibliotecas Escolares do Ministério da Educação (22 – 04 – 2007).

2 de Fevereiro a 31 de Julho de 2006: Estágio Profissional na Casa da Juventude de Estugarda, Alemanha, no âmbito do Programa Europeu “Leonardo Da Vinci”, enquadrado num projecto desenvolvido a par do Mundial de 2006, (funções nas áreas das Relações Públicas e Relações com os Meios de Comunicação).

30 de Maio de 2005 a 31 de Setembro 2005: Estágio no Departamento de Marketing e Relações Exteriores da TVI – Televisão Independente, (funções nas áreas das Relações com o Público e Assessoria de Imprensa).

#### Domínio de línguas estrangeiras

**Inglês:** Avançado nível na compreensão, conversação e escrita.

**Castelhano:** Avançado nível na compreensão, conversação e escrita.

**Alemão:** Bom nível de compreensão, conversação e escrita.

**Francês:** Nível médio de compreensão, conversação e escrita.